

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS – ESAN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP

AMANDA CAROLINE ORTEGA DE OLIVEIRA ZAMBELLI

**PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL NA UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

CAMPO GRANDE/MS

2025

AMANDA CAROLINE ORTEGA DE OLIVEIRA ZAMBELLI

**PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL NA UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ESAN/UFMS), como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Dr. Silvio Paula Ribeiro.

CAMPO GRANDE/MS

2025

AMANDA CAROLINE ORTEGA DE OLIVEIRA ZAMBELLI

**PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL NA UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP – realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Silvio Paula Ribeiro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Orientador)

Prof. Dr. Cleston Alexandre dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro Interno)

Prof. Dr. Deivid Ilecki Forgiarini
Universidade Federal do Acre
(Membro Externo)

Campo Grande, 11 de dezembro 2025.

"A coragem não é a ausência do medo, mas o triunfo sobre ele".

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela coragem concedida em iniciar essa trajetória de pesquisa e forças para chegar até aqui.

À minha família, em especial ao meu marido Lucas Zambelli, e aos meus pais, por sempre acreditarem em meu potencial, pela compreensão e paciência nos momentos difíceis e pelo incentivo diário.

Ao meu orientador, pela paciência e sabedoria transmitidas.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar o perfil dos servidores públicos de uma instituição de ensino superior, que utilizam o crédito consignado e os fatores determinantes para sua aquisição, analisando os impactos do endividamento e propondo medidas educativas voltadas ao uso responsável do crédito, por meio de relatório técnico, com dados obtidos em questionário aplicado aos servidores ativos e aposentados desta instituição. A revisão da literatura foi realizada nas plataformas *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*, indicando que fatores como faixa etária, remuneração e nível de escolaridade influenciam diretamente na taxa de utilização do crédito consignado. Observou-se também que a maioria dos servidores desta instituição de ensino superior não possuem conhecimentos adequados em finanças pessoais, o que contribui para o uso recorrente de empréstimos e consequente comprometimento da renda. A análise documental demonstrou que cerca de 10% dos valores de folha de pagamento são destinados a três principais consignatárias da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Cooperativa Sicredi, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Os resultados obtidos por meio do questionário aplicado apontam que a maioria dos servidores, com maior comprometimento de margem consignável possui renda familiar entre R\$ 4.500,01 e R\$ 9.000,00, e a principal motivação para a aquisição de empréstimos consignados é para quitação de dívidas anteriores. Este estudo avança na discussão do tema ao evidenciar a necessidade de políticas institucionais de educação financeira voltadas ao serviço público federal, reforçando a importância do relatório técnico como instrumento de apoio à conscientização da gestão financeira pessoal e institucional.

Palavras-chave: empréstimo consignado; endividamento do servidor público; educação financeira; servidores públicos federais.

ABSTRACT

This research aimed to identify the profile of public servants at a higher education institution who use payroll-deducted loans and the determining factors for their acquisition, analyzing the impacts of indebtedness and proposing educational measures aimed at the responsible use of credit, through a technical report with data obtained from a questionnaire applied to active and retired employees of this institution. The literature review was conducted on the Scopus, Web of Science, and Google Scholar platforms, indicating that factors such as age range, remuneration, and level of education directly influence the rate of use of payroll-deducted loans. It was also observed that most employees of this higher education institution do not have adequate knowledge of personal finance, which contributes to the recurrent use of loans and consequent commitment of income. The document analysis showed that approximately 10% of the payroll amounts are allocated to three main payroll-deducted loan providers of the Federal University of Mato Grosso do Sul: Sicredi Cooperative, Banco do Brasil, and Caixa Econômica Federal. The results obtained through the applied questionnaire indicate that the majority of civil servants with the highest commitment of payroll deduction margin have a family income between R\$ 4,500.01 and R\$ 9,000.00, and the main motivation for obtaining payroll loans is to pay off previous debts. This study advances the discussion of the topic by highlighting the need for institutional financial education policies aimed at the federal public service, reinforcing the importance of the technical report as a tool to support awareness of personal and institutional financial management.

Keywords: payroll loan; public servant indebtedness; financial education; federal civil servants.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação esperada das variáveis com os fatores	20
Quadro 2 - Modalidades de oferta de crédito – pessoa física	27
Quadro 3 - Fatores (des)motivadores de contratação de empréstimos consignados pelo servidor público	30
Quadro 4 - Componentes da pesquisa.....	43
Quadro 5 - Detalhes do instrumento de pesquisa	43
Quadro 6 - Cronograma	45
Quadro 7 - Análises das Hipóteses	85
Quadro 8 - Seção 1 – Dados Demográficos e Profissionais	99
Quadro 9 - Seção 2 – Hábitos de Consumo.....	100
Quadro 10 - Seção 3 – Endividamento	100
Quadro 11 - Seção 4 – Empréstimos Consignados	101
Quadro 12 - Seção 5 – Comportamento Financeiro.....	102
Quadro 13 - Seção 6 – Educação Financeira.....	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hierarquia das necessidades de Maslow	41
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Consumo de crédito consignado no período de 2012 a 2021	22
Gráfico 2 - Comparativo consumo de crédito consignado	23
Gráfico 3 - Evolução do crédito consignado na UFMS (2019-2025)	23
Gráfico 4 - Quantitativo de servidores UFMS 2019-2025	24
Gráfico 5 - Comparativo das consignatárias – folha maio-2024	33
Gráfico 6 - Evolução do crédito consignado na UFMS: (2024-2025)	35
Gráfico 7 - Relação total de repasse e percentual consignado –maio/2024	36
Gráfico 8 - Relação total de repasse e percentual consignado – abril/2025	37
Gráfico 9 - Gênero dos participantes	52
Gráfico 10 - Faixa etária dos participantes	53
Gráfico 11 - Estado civil dos participantes	54
Gráfico 12 - Dependentes financeiros dos participantes	54
Gráfico 13 - Tempo de serviço público dos participantes	55
Gráfico 14 - Cargo dos participantes	56
Gráfico 15 - Situação funcional dos participantes	56
Gráfico 16 - Tipo de moradia dos participantes	58
Gráfico 17 - Renda bruta mensal dos participantes	58
Gráfico 18 - Grau de formação	59
Gráfico 19 - Motivo pelo qual escolheu o serviço público	60
Gráfico 20 - Nível médio de gastos mensal	61
Gráfico 21 - Reserva de emergência	64
Gráfico 22 - Dívida Vigente	66
Gráfico 23 - Perfil Servidor com Impacto Crítico Empréstimo Consignado	68
Gráfico 24 - Perfil Servidor com Impacto Moderado Empréstimo Consignado	69
Gráfico 25 - Perfil Servidor com Impacto Significativo Empréstimo Consignado	70
Gráfico 26 - Percentual de comprometimento da renda com consignado	71
Gráfico 27 - Quantidade de contratos ativo	73
Gráfico 28 - Refinanciamento de Consignado	74
Gráfico 29 - Motivos da Contratação de Consignado	75
Gráfico 30 - Consignatárias	76
Gráfico 31 - Comportamento Financeiro	77
Gráfico 32 - Investimentos e Riscos Financeiros	77
Gráfico 33 - Prioridade Financeira	79

Gráfico 34 - Planejamento financeiro para aposentadoria	80
Gráfico 35 – Relação com Dinheiro.....	81
Gráfico 36 - Educação Financeira	81
Gráfico 37 - Modalidades de Programas de Educação Financeira	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das Consignatárias	32
Tabela 2 - Perfil básico do servidor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	33
Tabela 3 - Comparativo de crédito consignado anual dos servidores da UFMS	34
Tabela 4 - Perfil da amostra	46
Tabela 5 - Comparativo Cargo X Situação Funcional	57
Tabela 6 - Comparativo Renda X Escolaridade	60
Tabela 7 - Escala de Gastos com Operações de Crédito	62
Tabela 8 – Perfil dos servidores com gastos mensais superiores a R\$ 2.000,00 em empréstimos consignados.....	63
Tabela 9 - Perfil dos servidores em relação à reserva de emergência.....	65
Tabela 10 - Impacto das dívidas no orçamento mensal do servidor	67
Tabela 11 - Perfil do servidor X comprometimento de renda com empréstimo consignado.....	72
Tabela 12 - Modalidades de Programas Educação Financeira X Perfil do Servidor .	83
Tabela 13 - Perfil dos Servidores com alta incidência de consignado.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CGU – Controladoria-Geral da União

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

ESAN – Escola de Administração e Negócios

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LC – Lei Complementar

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

PGD – Programa de Gestão e Desempenho

PROFIAP – Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho

SEAP – Secretaria de Aposentadoria e Pensão

SGP – Sistema de Gestão de Pessoas

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

WOS – Web of Science

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Questão de Pesquisa e Objetivos	18
1.1.1 Objetivo Geral	18
1.1.2 Objetivos Específicos	18
1.2 Hipóteses de Pesquisa	18
1.3 Justificativa.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 Consumismo e o endividamento	25
2.2 Modalidades de Crédito	26
2.3 Utilização do crédito consignado e o risco de endividamento	28
2.4 Fatores do endividamento do servidor público.....	30
2.5 Usuários de crédito consignado na UFMS.....	31
2.5.1 Comparativo anual da utilização do crédito consignado dos servidores da UFMS	34
2.5.2 Educação Financeira.....	37
2.5.3 Qualidade de Vida e o Endividamento do Servidor Público	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 Cronograma.....	45
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
4.1 Análise da estatística-descritiva	46
4.2 Perfil Sociodemográfico	52
4.2.1 Hábitos de consumo.....	61
4.3 Síntese das Hipóteses	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
5.1 Limitações da Pesquisa.....	89
5.2 Sugestões para pesquisas futuras	90
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE.....	99
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO	99
APÊNDICE B – Relatório Técnico (PTT) derivado do TCC.....	105

1 INTRODUÇÃO

Os recursos financeiros são componentes indispensáveis à manutenção das necessidades dos seres humanos e de seus familiares, manutenção da qualidade de vida, saúde, lazer e segurança, e pode representar para muitos, significado de *status* social (Macedo, 2023).

O poder aquisitivo da população cresceu consideravelmente a partir do século XX, especialmente com a propagação dos recursos tecnológicos de comunicação e informação, que potencializaram a produção de bens e serviços, e com o crescimento de indústrias de diversos segmentos produtivos, aumentando o desejo de compra por meio de ações de divulgação e propagandas, a fim de nortear o comportamento do consumidor. A competitividade entre as empresas gerou o consumo indiscriminado, e desta forma observaram-se pressões no sistema econômico, gerando reações inflacionárias, ocasionando a perda do valor da moeda (Freitas, 2021; Rothbard, 2022).

Com o início do século XXI, as empresas, mercado e consumidores tiveram um misto de sentimentos, de incertezas e rápidas transformações, uma explosão de produtos e serviços para todos os gostos e públicos, decorrente das mais diversas campanhas de *marketing*, que eram cada vez mais assertivas, potencializando o crescimento das vendas e do consumismo, gerando reações de consumo muitas vezes impulsivas, distanciando das reais necessidades do consumidor (Macedo, 2023).

Nesse sentido, hábitos de consumo desenfreados podem gerar endividamento, que se encontra difundido em todos os segmentos da sociedade capitalista, que interfere nas finanças pessoais de todas as classes trabalhadoras, inclusive aqueles que percebem médias salariais mais elevadas, tais como servidores públicos, que gozam de maior estabilidade funcional (Acordi, 2019).

Desta forma, instituições financeiras têm concedido diversas formas de acesso ao crédito a servidores públicos federais, tais como cartões de crédito com elevados limites, e facilidade para contratação de empréstimos consignados com taxas de juros baixas, em decorrência da estabilidade funcional (Rossato; Deskow; Pinto, 2019).

Conceitualmente, o empréstimo consignado é um tipo de crédito, cuja característica principal corresponde ao desconto automático em folha de pagamento. Nesta operação, o valor da prestação é descontado diretamente do salário, aposentadoria ou pensão pela fonte pagadora (Banco Central do Brasil, 2014).

O acesso ao crédito consignado teve importante ascensão durante o Governo do Presidente Lula, entre os anos de 2003 a 2010, pois a população de baixa renda passou a ter facilidade de acesso ao crédito e ao domicílio bancário, oportunizando o desconto em folha de pagamento (Lira, 2014).

Os empréstimos consignados são regidos, de forma geral, pela Lei nº. 10.820 de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.

A referida Lei estabelece um percentual de até 40% (quarenta por cento) do salário do servidor, exclusivamente para desconto de consignado, sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados, exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados, somente a descontos decorrentes de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque em dinheiro por meio do cartão de crédito consignado.

No ano de 2023 foi sancionada a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que dispõem sobre novo percentual máximo para a contratação de crédito consignado, aumentando de 40% (quarenta por cento) para 45% (quarenta e cinco por cento) o total de consignações facultativas, sendo 5% (cinco por cento) reservados, unicamente para uso do cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) para amortização de despesas contraídas com cartão benefício.

Com o aumento do percentual da margem consignável, que ampliou a possibilidade de acesso ao crédito ao servidor público federal, considerando a desburocratização desta modalidade, o empréstimo consignado tornou-se a modalidade de crédito preferida deste público, que possuem acesso rápido ao crédito, taxas de juros reduzidas e maiores prazos para pagamento, podendo chegar a 96 meses (Macedo, 2023).

É válido destacar que o crescimento nas contratações de crédito consignado por parte dos servidores públicos federais tem revelado um aumento no índice de endividamento. Nesse sentido, são diversas estatísticas que destacam como o servidor público tem recorrido a essas modalidades, praticamente imediatas de crédito e comprometendo todo o percentual permitido por lei em consignações

facultativas, reduzindo sua remuneração líquida, o que pode comprometer o pagamento de outras despesas básicas (Collares, 2019; Rothbard, 2022; Capucho, 2023).

Esta pesquisa pretende trazer uma base de dados de conhecimento científico sobre o tema: perfil dos servidores referente a contratação de consignados de uma IES, permitindo assim, que gestores públicos consigam elaborar mecanismos de orientação financeira e prevenção ao superendividamento do servidor público federal.

O aumento de empréstimos consignados nas folhas de pagamento dos servidores públicos torna real a necessidade de programas e incentivos de educação financeira, transformando o uso do crédito consignado em uma ferramenta consciente e inteligente, proporcionando maior qualidade de vida aos usuários de crédito (Souza, 2024).

A democratização do crédito ao consumidor tem gerado impactos negativos na denominada sociedade de consumo, uma vez que, a outorga do crédito é realizada sem qualquer medida aliada a uma aquisição irrefletida, comprometendo seriamente sua saúde financeira através do superendividamento. Eis a necessidade de medidas legais para a prevenção e controle deste produto/serviço chamado empréstimo consignado, destinado especialmente ao servidor público, e por esta razão o Estado de Rondônia, a exemplo de outros entes federativos, criou a Lei Complementar n.º 622 de 11 de julho de 2011, instituindo a Comissão Especial de Consignações – CECON. O enfrentamento da matéria é necessário, discernindo a quem compete responsabilidade quanto a eventual violação aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor nesta relação quando envolve o servidor público estadual. (Marisco; Fernandes, 2012, p. 157).

Conforme relatado pelos autores, a facilidade do crédito possui impactos negativos na vida do consumidor, tendo em vista que muitas vezes o indivíduo faz aquisição do crédito sem prévia análise financeira, e sem uma necessidade específica, apenas para quitação de outras dívidas ou para gastos rotineiros, o que não é uma prática indicada e, inclusive pode refletir na qualidade de vida do contratante, tornando-se necessária a inclusão de políticas públicas para enfrentar e minimizar o alto endividamento em decorrência da facilidade na aquisição de crédito.

1.1 Questão de Pesquisa e Objetivos

Considerando a discussão apresentada, o estudo propõe a seguinte problemática: qual é o perfil dos servidores públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que recorrem ao crédito consignado e quais fatores influenciam essa decisão?

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar o perfil dos servidores públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que utilizam o crédito consignado e os fatores que influenciam no momento da aquisição.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os fatores determinantes da contratação de consignados pelos servidores da universidade em questão;
- Apresentar à Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul um relatório técnico, com o intuito de servir como base de apoio para a elaboração de programas de educação financeira aos para servidores públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), voltado à conscientização e ao uso responsável do crédito consignado, elaborado com base no perfil e fatores identificados na pesquisa.

1.2 Hipóteses de Pesquisa

Considerando os objetivos específicos da pesquisa, torna-se necessário atribuir as seguintes hipóteses:

Bricker *et al.* (2012); Vieira, Flores e Campara (2014), afirmam que quanto menor o nível de renda, mais vulneráveis ao endividamento às pessoas ficam.

De Lima Cordeiro *et al.* (2023) reforçam a afirmação dos autores citados acima, que o consumo elevado de empréstimo consignado e, consequente endividamento possuem relação direta com menor escolaridade e menor remuneração entre os servidores, possivelmente em decorrência das dificuldades em gerir suas finanças, tendo que complementar a renda mensal para cumprir com suas obrigações financeiras.

H 01: Servidores com menor remuneração apresentam maior incidência na contratação de crédito consignado.

Estudo realizado por De Lima Cordeiro *et al.* (2023), confirma o pensamento de Gonçalves (2021), onde percebe-se que o percentual de endividamento saudável, considerado aquele cujo comprometimento é inferior a 30% de sua renda líquida, diminui com o avanço da idade, principalmente a partir dos 50 anos de idade, em que apenas 79,63% dos servidores entrevistados permaneceram dentro dos limites aceitáveis.

H 02: Quanto maior a idade, maior o consumo do crédito consignado. Estudo de Gonçalves (2021), demonstra que o padrão de consumo adquirido ao longo da carreira tem fortes tendências de prolongar a contratação do crédito consignado, mesmo nos estágios finais da carreira.

Flores (2012), identifica que o risco ao endividamento é influenciado pelo grau de educação financeira.

H 03: A falta de conhecimento em educação financeira influencia positivamente a contratação de crédito consignado.

Segundo estudo realizado por Silva (2020), em uma amostra de 143 servidores técnicos-administrativos da UFV/MG (Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais), a maioria dos servidores apontaram a necessidade do empréstimo consignado para quitar dívidas anteriores.

Corroborando com a hipótese, estudo realizado por Almeida (2025), em instituições financeiras que concedem crédito consignado, analisou que grande parte dos clientes procuram as instituições para aquisição de consignado com a finalidade de quitar outras dívidas.

H 04: A contratação do crédito consignado ocorre, em sua maioria, para quitação de dívidas anteriores.

Desta forma, considera-se que as variáveis de perfil dos consumidores influenciam diretamente o nível de endividamento, podendo intensificar ou atenuar os riscos financeiros observados.

Quadro 1 - Relação esperada das variáveis com os fatores

Variável	Relação Esperada entre o endividamento e as variáveis de perfil	Autores
Sexo	Homens = maior endividamento.	Flores (2012)
	Mulheres = maior endividamento.	Berg <i>et al.</i> (2010)
Idade	Maior idade = menor endividamento.	Flores (2012)
Estado Civil	Solteiros = maior endividamento.	Disney e Gathergood (2011); Flores (2012)
Dependentes	Ter dependentes = maior endividamento. Ter dependentes = menor endividamento.	Keese (2010) Claudino, Nunes e Silva (2009); Disney e Gathergood (2011); Keese (2010); Flores, Vieira e Correio (2012)
Escolaridade	Mais escolaridade = menor endividamento.	Flores (2012)
Ocupação	Desempregados = maior endividamento. Servidor público = maior endividamento.	Disney e Gathergood (2011) Campara, Flores e Crestani (2016)
Moradia	Morar sozinho = maior endividamento.	Keese (2010); Disney e Gathergood (2011); Flores (2012)
Renda	Menor renda = maior endividamento.	Claudino, Nunes e Silva (2014); Flores (2012)
Variável	Relação Esperada entre o conhecimento financeiro e as variáveis de perfil	Autores
Sexo	Homens = maior conhecimento financeiro.	Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015); Lusardi & Wallace (2013)
Idade	Maior idade = menor conhecimento financeiro.	Claudino, Nunes e Silva (2014)
Estado Civil	Solteiros = menor conhecimento financeiro.	Potrich <i>et al.</i> (2014)
Escolaridade	Mais escolaridade = maior conhecimento financeiro.	Claudino, Nunes e Silva (2014)
Tempo de Serviço	Mais tempo de serviço = maior conhecimento financeiro.	Potrich <i>et al.</i> (2014)
Renda	Maior renda = maior conhecimento financeiro.	Claudino, Nunes e Silva (2014); Potrich <i>et al.</i> (2014)
Crédito Consignado	Uso de crédito consignado = menor conhecimento financeiro	Pinheiro (2008)

Fonte: Adaptado de Pacheco *et al.* (2018).

A análise dessas possíveis relações torna-se necessária a fim de compreender o perfil dos servidores, principalmente quanto ao conhecimento financeiro e os riscos ao endividamento, pois não existe na literatura um consenso de quais seriam os perfis com maior risco ao endividamento, e considerando as características locais de cada estudo (Pacheco *et al.* 2018).

1.3 Justificativa

O cenário econômico global é caracterizado por mudanças aceleradas, que envolvem inovações tecnológicas, crises sociais e a instabilidade financeira, o que acarreta diretamente na vida cotidiana, tornando as decisões financeiras cada vez mais complexas (Almeida, 2025).

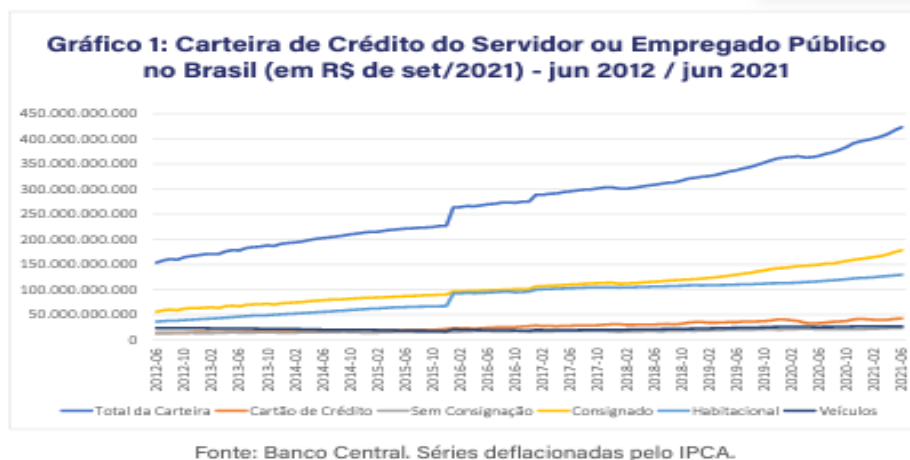
Em uma sociedade altamente consumista, onde o *marketing* incentiva, constantemente o consumo desenfreado, torna-se urgente o investimento em educação financeira, sendo de suma importância o conhecimento em finanças, tanto para a sociedade em geral quanto para o indivíduo, pois auxilia na tomada de decisões sobre suas ações de consumo (Souza, 2024).

Nesta perspectiva, a ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação (BACEN, 2013, p. 12).

De acordo com dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é possível verificar uma crescente, no consumo de consignados a partir do ano de 2016, com crescimento evidentemente acentuado no período da pandemia pelo COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021.

Em março de 2018, os servidores públicos já eram os maiores consumidores de crédito consignado, representando 56,2% da totalidade de usuários desta modalidade de crédito. Além do percentual, também foi analisado valores dos créditos, e constatou-se que no ano de 2008 a dívida dos servidores era de R\$ 59 bilhões, e em 2018 esse valor subiu para R\$ 178 bilhões (Acordi, 2019).

Gráfico 1 - Consumo de crédito consignado no período de 2012 a 2021



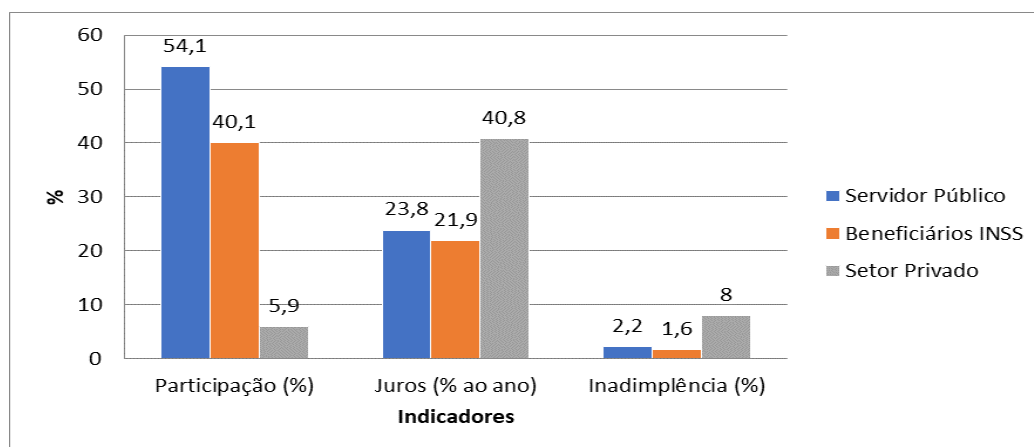
Fonte: Banco Central do Brasil (2024).

Um dos fatores que culminou na crescente utilização de crédito consignado pelos servidores públicos foi a pandemia causada pelo COVID-19, que teve início no Brasil no ano de 2020, causando uma relevante diminuição das atividades econômicas e aperto financeiro em grande parte da população e organizações, incluindo os servidores públicos federais (Nunis, 2024).

O período da pandemia foi marcado por mudanças decorrentes de estímulos emocionais levando em consideração o isolamento social e as incertezas do cenário, o que contribuiu para novos comportamentos de consumo, tais como compras *online*, o que ampliou as oportunidades de compra (Collares, 2019; Capucho, 2023).

Diante dos fatos descritos, e observando o Gráfico 1, é possível perceber aumento significativo na utilização da modalidade de crédito consignado por parte da população brasileira em geral. Demonstra o crescimento entre os anos de 2012 a 2021, e um aumento acentuado a partir do ano de 2020, início da pandemia de Covid-19.

Gráfico 2 - Comparativo consumo de crédito consignado

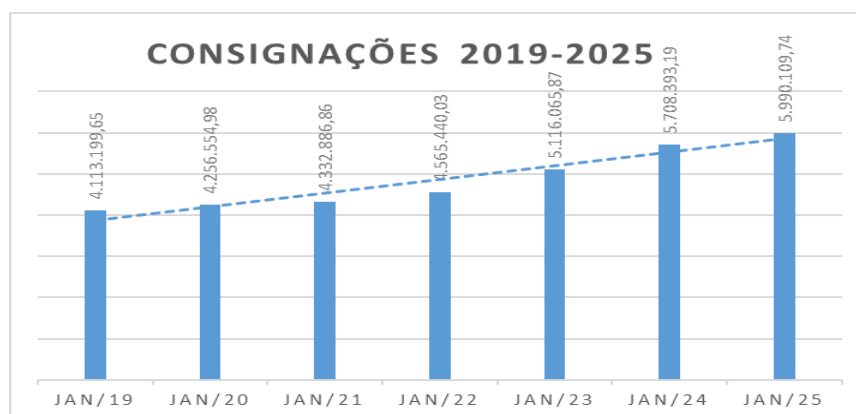


Fonte: Banco Central do Brasil (2024).

O Gráfico 2, destaca outro dado importante que justifica a necessidade do estudo proposto. Percebe-se que a contratação de empréstimo consignado entre os servidores públicos representa a maioria das contratações desta modalidade de crédito, se comparados aos beneficiários do INSS e trabalhadores do setor privado.

Além do crescimento da utilização do crédito consignado pela população geral, a pesquisa justifica-se, principalmente pela crescente procura desta modalidade de crédito entre os servidores federais da UFMS.

Gráfico 3 - Evolução do crédito consignado na UFMS (2019-2025)

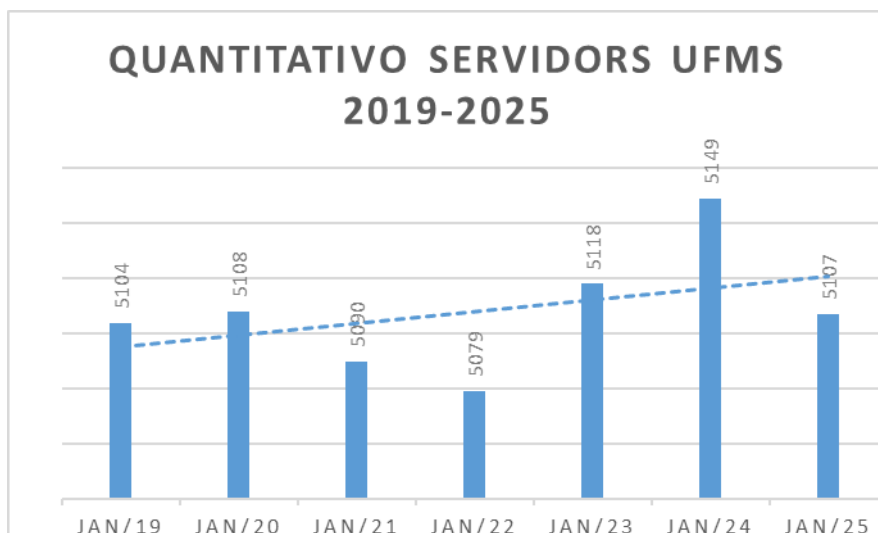


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Analisando relatórios de folha de pagamento dos servidores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul dos últimos 06 anos, (janeiro/2019 a janeiro/2025) é possível identificar um aumento de repasses de crédito consignado de servidores no

importe de R\$ 1.876.910,09 (um milhão, oitocentos e setenta e seis mil, novecentos e dez reais e nove centavos), ou seja, considerando o período analisado, houve um aumento percentual significativo, de aproximadamente 46% (quarenta e seis por cento).

Gráfico 4 - Quantitativo de servidores UFMS 2019-2025



Fonte: Elaborado pela autora (2025), considerando dados obtidos no Sistema de Gestão de Pessoas – SGP.

Analisando o Gráfico 4, percebe-se que o número de servidores ativos e aposentados da UFMS, praticamente seguiu inalterado no período abordado, (2019-2025), ou seja, o fator determinante para o aumento expressivo no valor de repasse de consignação, não se justifica pelo aumento no quantitativo de servidores.

A presente pesquisa justifica-se, principalmente, pelo crescimento alarmante de empréstimos consignados em folha de servidores ativos e aposentados da UFMS, com o intuito de identificar o perfil dos consumidores e os fatores determinantes na vida do servidor público federal ao contratar empréstimo consignado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Consumismo e o endividamento

É possível perceber, em uma sociedade contemporânea de consumo, que as pessoas estão, cada vez mais, sendo valorizadas pelos bens materiais que possuem, até mais do que pelo próprio caráter (Bauman, 2008). Diante dessa perspectiva, em decorrência do elevado grau de consumo, as instituições financeiras se especializaram na concessão de crédito com a finalidade de facilitar o acesso ao crédito da população, em especial, a de baixa renda, para aquisição de bens duráveis, tais como carro e casa e serviços diversos. As consequências são as elevadas taxas de juros em caso e a inadimplência (Pereira *et al.* 2020).

Diante do cenário de inflação no qual o brasileiro se encontra, juntamente com a falta de políticas públicas eficientes para introdução de conhecimentos financeiros, tem levado a população mais vulnerável a adquirir empréstimos consignados de forma desenfreada, a fim de garantir o suprimento de suas necessidades básicas. Desta forma, percebe-se uma sociedade contemporânea de consumo, na qual as pessoas estão, cada vez mais, sendo valorizadas pelos seus bens materiais em detrimento do próprio caráter (Silva *et al.* 2020).

Segundo pesquisa realizada pela Secretaria Nacional do Consumidor e Federação Brasileira de Bancos – SENACON FEBRABAN, o Brasil apresenta um cenário de endividamento e dívidas em renegociação, após um período de inflação alta, e ao final do ano de 2022, o Brasil havia atingido a margem de 24,3 milhões de endividados.

O índice de inadimplência dos brasileiros se mostra em ascensão, e as situações mais comuns que contribuem para esse fato são: diminuição de renda, que traz queda no orçamento, que passa a não atender as necessidades básicas do indivíduo, tais como saúde, lazer, habitação, gastos elevados com remédios, ou até mesmo a necessidade de ajudar um familiar em situação econômica prejudicada, e a oferta extensiva de crédito consignado (Santos; Ferreira, 2019).

Na década de 1990 houve uma disseminação do crédito pessoal no Brasil, com a oferta do Cheque Especial e outras modalidades de crédito que foram sendo ofertadas com o decorrer dos anos, que se deu em decorrência do achatamento

salarial e perda de poder econômico e aquisitivo dos indivíduos assalariados (Alves, 2016)

Ainda de acordo com Alves (2016), houve uma grande diferença sobre modalidades de crédito se comparado ao último governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), onde a lógica do crédito era de privilegiar o crédito produtivo, com o intuito de gerar emprego e renda para os empreendedores de baixa renda. Em contrapartida, no início do mandato de seu sucessor, Lula passou a incentivar o consumo de crédito popular, gerando demanda para a economia. Essa iniciativa teve como objetivo inserir a população de baixa renda no sistema financeiro, estimulando a oferta ao crédito.

O Governo tem aumentado a oferta de crédito para a população, com o intuito de incentivar o consumo, ampliando a produção. No entanto, o ideal seria o Governo realizar investimentos propulsores, pois a oferta de crédito por si só não garante os estímulos necessários aos investimentos e geração de emprego e renda (Savoia; Saito; Santana, 2007).

A expansão da oferta de crédito atrai pessoas que se encontram em situações financeiras menos favorecidas, com pouco, ou nenhum conhecimento sobre educação financeira. Este público encontrará, a longo prazo, dificuldades para manter o pagamento desses empréstimos pessoais, gerando um ciclo vicioso de endividamento ao contrair novos empréstimos com a finalidade de quitar dívidas anteriormente adquiridas (Del Fiori *et al.* 2024).

Os autores tecem uma crítica ao governo, considerando-o incapaz de criar uma política de investimentos suficiente para manter a economia, e acabam adotando medidas emergenciais, como o crédito pessoal, com o intuito de girar a economia do país, movimentando o crédito.

2.2 Modalidades de Crédito

Existem diversas modalidades de crédito, o Quadro 2, apresenta as principais modalidades de oferta de crédito para pessoa física.

Quadro 2 - Modalidades de oferta de crédito – pessoa física

MODALIDADES	SIGNIFICADO
Cheque especial	Fassarella (2020), traz a definição de cheque especial como sendo uma operação de crédito, na qual é disponibilizado um limite de crédito na conta do cliente, podendo ser utilizado na modalidade crédito ou resgatado mediante saque. A modalidade traz grande comodidade ao usuário, no entanto, os juros pela operação são elevados e cobrados somente sobre o período de utilização.
Cartão de crédito de loja	Atualmente, a maioria das lojas de departamentos, eletroeletrônicos e redes de supermercados oferecem seus próprios cartões para compras a prazo. Uma das vantagens deste tipo de cartões é que não fazem muitas exigências no nível de renda e documentação para abertura de crédito.
Crédito direto ao consumidor	Na prática, a obtenção deste tipo de crédito é bastante simples. O CDC (Crédito direto ao consumidor) permite que o consumidor obtenha o crédito no momento que está adquirindo um bem ou um serviço. Este tipo de crédito tem taxas de juros mais baixas que os cartões de crédito e cheques especiais.
Crédito consignado	Modalidade de crédito pessoal, na qual você passa a ter direito ao 12 crédito a partir do momento que você autoriza o desconto na sua folha de pagamento do seu salário. A vantagem é que ele possui as taxas de juros mais baixas do mercado.
Crédito pessoal	Este tipo de crédito é oferecido pelo banco para seus correntistas e, em especial, para quem tem conta salário. O consumidor recebe o dinheiro para usá-lo livremente: esta linha de crédito não está ligada à compra de produtos. O crédito pessoal está aberto a qualquer pessoa física que necessite de valor emprestados, e deve passar pela aprovação da instituição financeira. Tem sido bastante utilizado atualmente por possuir juros menores se comparado ao cheque especial, por exemplo (Haas, 2018).
Crédito imobiliário	Esta modalidade de crédito proporciona algumas facilidades na hora da aquisição do seu imóvel residencial novo ou usado.
Cartão de Crédito	Conforme definição do Banco Central do Brasil (2013), o cartão de crédito é um meio de pagamento utilizado para aquisição de bens ou serviços, constitui-se sob a forma de um cartão de plástico, e atualmente também possui versões digitais, podendo ser utilizados online ou por aproximação do aparelho celular onde o cartão esteja cadastrado. Segundo Canhete, 2021, o cartão de crédito pode ser definido em dois usos distintos: na modalidade pós-pago e modalidade de crédito ao titular. Ou seja, no primeiro caso o titular irá pagar o total da fatura sem incidência de juros, somente as transações financeiras realizadas anteriormente, o segundo caso ocorre quando há parcelamento da fatura, ou pagamentos parciais, onde é concedido um crédito ao consumidor, que para quitá-lo futuramente irá contar com a incidência de juros. Alguns benefícios estão associados ao uso do cartão de crédito, como o acúmulo de milhas para emissão de passagens aéreas (Gianello, 2014).
Crédito Universitário	Utilizado para financiar os estudos na universidade.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Collares (2019).

2.3 Utilização do crédito e o risco de endividamento

Diante do contexto, o crédito consignado apresenta-se como uma opção interessante para boa parte dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, pois tende a suprir as necessidades financeiras, mesmo que momentaneamente, e também ter a sensação de expansão de renda, mesmo que no curto prazo, não importando que, para isso fiquem reféns de longas parcelas descontadas em seus contracheques (Da Silva; Gois, 2021).

A depreciação dos salários do funcionalismo público é um dos fatores que impulsiona o crescimento de empréstimos consignados, tendo em vista a facilidade na contratação, baixa burocracia, fazendo com que muitos servidores utilizem suas margens de crédito como se fizessem parte de seu salário, resultando em uma bola de neve com suas dívidas, e muitas vezes, o servidor opta pelo refinanciamento de contratos de consignados já existentes para honrar com seus compromissos financeiros, e não causar um superendividamento, muitas vezes inevitável (Bruno; Gentil, 2022).

Para Pereira (2021), o endividamento ocorre quando o devedor consome bens e investimentos para benefício próprio utilizando recursos externos às suas próprias finanças, estando com o saldo negativo, atingindo a inadimplência.

Segundo Barros (2023), o superendividamento define-se pela insuficiência de recursos financeiros da pessoa física, de boa-fé, que possui dívidas, e não possui condições de quitá-las, e caso o fizesse comprometeria seu próprio sustento ou de sua família.

O superendividamento pode ser considerado um endividamento crônico, e é uma realidade de grande parte da população, em especial aos servidores públicos, em decorrência das facilidades de acesso ao crédito, detendo assim uma maior capacidade de endividamento (Pires *et al.* 2025). Ainda, segundo Pires *et al.* (2025), esse endividamento crônico gera um ciclo vicioso de dívidas, levando ao comprometimento excessivo da renda, e acaba ultrapassando os limites legais considerado o mínimo para sobrevivência.

O mínimo existencial é considerado um direito e garantia fundamental ao indivíduo, como mecanismo de aferir a dignidade humana, e não é restrito apenas às necessidades básicas do ser humano, mas também aos aspectos socioculturais (Pires *et al.* 2025).

No contexto do superendividamento, a Lei nº 14.181/2021 incorporou esse parâmetro ao Código de Defesa do Consumidor, estabelecendo que nenhuma renegociação ou concessão de crédito pudesse comprometer o valor mínimo necessário à sobrevivência do devedor.

O Decreto nº 11.150/2022 regulamentou a norma e, estabeleceu, inicialmente, que o mínimo existencial corresponderia a 25% do salário mínimo vigente. Posteriormente, o Decreto nº 11.567/2023 atualizou esse valor para R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais como referência nacional.

Viana (2020), destaca que o superendividamento do servidor público federal inicia quando atingem o percentual máximo da margem consignável, que atualmente é de 45% da remuneração, excluindo-se os descontos compulsórios, que são: imposto de renda, contribuição social, reposição ao erário e pensão alimentícia, caso possua, e com isso ficam impossibilitados de contratar novos empréstimos consignados. A partir desse momento os servidores buscam novas opções de crédito, tais como cartão de crédito, limite de cheque especial, e quando esgotam todas as possibilidades iniciam os refinanciamentos dos empréstimos consignados, que consiste em contratar um novo empréstimo para quitar o saldo da dívida anterior

Júnior e Makário (2021), ressaltam a importância de mencionar a diferença entre endividamento e superendividamento do servidor público, pois não é considerado superendividado o servidor pelo simples fato de possuir um ou mais empréstimos consignados em sua folha de pagamento, e sim quando estes empréstimos começam afetar, demasiadamente as finanças de sua vida, como por exemplo, quando o servidor não consegue honrar com suas despesas básicas como alimentação, moradia, saúde e segurança. Ainda, segundo o autor, uma vez que, grande parte de seus rendimentos, já estão comprometidos com empréstimos consignados. Vale ressaltar, que não há a possibilidade de o servidor escolher quais dívidas pagar nesse caso, pois o empréstimo consignado é repassado diretamente pela fonte pagadora do servidor.

Estudos anteriores buscaram identificar servidores com alto comprometimento de suas rendas em decorrência da contratação de empréstimo consignado. De Lima Cordeiro *et al.* (2023) realizou um estudo com 309 servidores públicos do município de Juazeiro/BA, e constatou que 82,85% da amostra possuem contratos de consignado se enquadram-se em uma margem considerada saudável de comprometimento da renda líquida, ou seja, até o limite máximo da margem

consignável. No entanto, 17,15% dos servidores ultrapassam essa margem considerada saudável, demonstrando grande vulnerabilidade ao superendividamento.

Pesquisa realizada por Leão; Fernandes; Martins (2016), com 200 servidores técnicos administrativos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com o objetivo de identificar o comprometimento financeiro destes servidores, dos quais 38,10% dos entrevistados afirmaram estar com o orçamento desequilibrado. A pesquisa identificou o principal motivo que levam as famílias estudadas ao desequilíbrio financeiro e, consequente superendividamento é o empréstimo consignado, sendo utilizado por grande parte dos servidores públicos para complementação de suas rendas, e para pagamentos de despesas ordinárias e pagamento de dívidas anteriores.

2.4 Fatores do endividamento do servidor público

Cabe ao servidor organizar a estrutura de suas despesas, considerando os seus rendimentos, pois quanto menor a sobra mensal, ou seja, a diferença entre o valor líquido recebido e as contas pagas, maiores são as possibilidades de endividamento. No entanto, existem diversos fatores que levam a contratação de empréstimos consignados pelo servidor público (Zambelli; Ribeiro, 2024).

Sendo assim, elaborou-se o Quadro 3, com os fatores (des)motivadores de contração de empréstimos consignados pelo servidor público.

Quadro 3 - Fatores (des)motivadores de contração de empréstimos consignados pelo servidor público

MOTIVADORES	REFERÊNCIAS
Quitar dívidas existentes.	Nunis (2024); Viana (2020); Felipe (2023), Da Costa Marinoni (2022).
Aquisição, construção ou reforma de casas.	Viana (2020), Da Costa Marinoni (2022), Lopes (2018).
Abertura de um negócio próprio.	Viana (2020); Felipe (2023).
Gastos emergenciais com saúde e medicamentos.	Viana (2020), Nunis (2024) Felipe (2023), Da Costa Marinoni (2022), Lopes (2018).
Gastos com viagens	Viana (2020), Felipe (2023).
Aquisição ou troca de veículos.	Viana (2020), Felipe (2023), Da Costa Marinoni (2022).
(DES)MOTIVADORES	
Baixa qualidade de vida, ou seja, impacta o bem-estar do indivíduo.	Souza (2015), Rochman (2011), Pereira e Souza Júnior (2021), Ponchio; Rohden; & Mette (2023).
Impacta negativamente na sua vida	Souza (2015), Rochman (2011), Kolling

profissional.	(2022).
Reduz a sua produtividade no seu serviço.	Souza (2015), Kolling (2022).
Adiamento da aposentadoria.	De Lima Cordeiro <i>et al.</i> (2023), Santos e Gallucci Neto (2020).

Fonte: elaborado pela autora, com base na revisão da bibliografia (2024).

A facilidade de pagamento a longo prazo incentiva o contratante a adquirir o crédito, pois possui o pensamento de que o pagamento não impacta em seu orçamento, pois o valor da parcela geralmente é baixo. Ainda ressalta que, o prazo para quitação do consignado muito longo pode levar a uma consequência de endividamento futuro, considerando que novos imprevistos podem surgir durante esse período (Nunis, 2024).

Não há, por parte dos servidores públicos, o costume de poupar dinheiro com a finalidade de se adquirir recursos necessários para a aquisição de um bem com pagamento à vista (Viana, 2020).

A habilidade de gerenciamento das finanças pessoas assegura, além de estabilidade financeira, equilíbrio mental e emocional, pois a falta de estabilidade financeira gera, além de outras consequências, o excesso de preocupações (Dos Santos *et al.* (2024).

Segundo De Lima Cordeiro *et al.* (2023), na maioria das vezes, o servidor que contrata o empréstimo consignando está próximo a idade de aposentadoria, ou já obteve o direito de se aposentar, mas optou por continuar em exercício por conta da quantidade de dívidas que possui.

A falta de uma política educacional sobre finanças e a liberação desenfreada do crédito ao servidor público, gerou graves desajustes nas finanças desses servidores, principalmente nas classes C e D, em decorrência da defasagem salarial, considerando que o aumento da renda não acompanha o reajuste de preços e a inflação do país (Porto, 2014).

2.5 Usuários de crédito consignado na UFMS

O objetivo desse estudo é identificar o perfil dos servidores públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que utilizam o crédito consignado e os fatores determinantes na aquisição. Para iniciar a pesquisa foi realizado um estudo prévio baseado em relatórios da folha de pagamento do mês de maio de 2024, nos

quais foram analisados os dados financeiros de servidores da Universidade, ativos e aposentados que possuem rubricas de créditos consignados na folha de referência.

O estudo se baseou nas três maiores consignatárias presentes nas folhas, sendo elas: Cooperativa Sicredi, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (Caixa). Vale ressaltar que a Universidade possuía no mês de estudo 3.231 servidores ativos, sendo 1.740 técnicos-administrativos e 1.491 professores. Além dos servidores ativos, existiam 1.903 servidores aposentados, sendo 1.266 técnicos-administrativos e 637 professores.

O valor de repasse de empréstimos consignados na folha analisada foi de R\$ 6.007.616,31. Considerando que o valor total da folha de pagamento dos servidores ativos e aposentados no mês de maio de 2024 foi de 70.645.949,40, o valor repassado correspondente a empréstimos consignados representa 8,50% do valor total da folha, apenas de servidores ativos e aposentados, sem considerar os pensionistas.

Para melhor visualização e compreensão dos cenários descritos, os dados obtidos foram apresentados por meio de tabelas e gráficos.

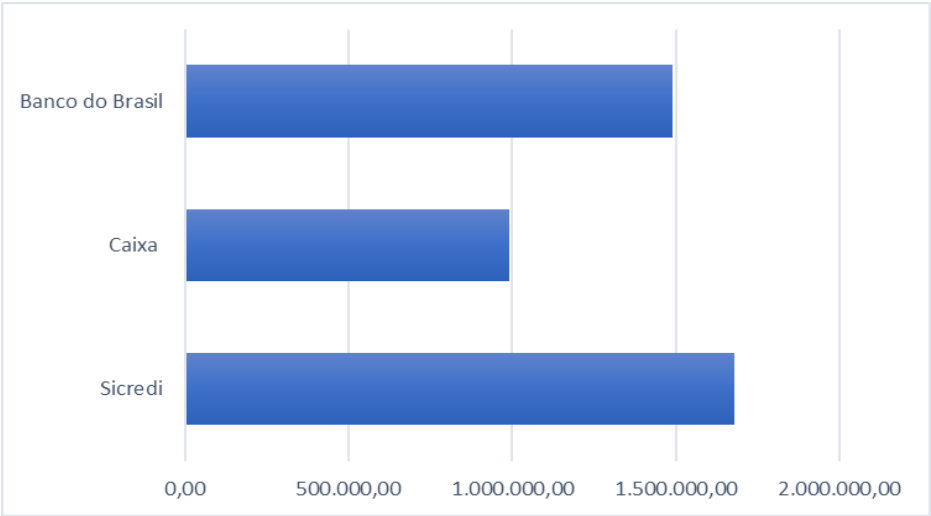
Tabela 1 - Relação das Consignatárias

BANCOS DO DESTINO DOS CONSIGNADOS FOLHA MAIO/2024			
BANCOS	DO BRASIL	SICREDI	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
QUANTIDADE	714	871	664
VALOR	1.490.016,25	1.676.288,91	989.261,07

Fonte: elaborada pela autora (2024).

A Tabela 1, demonstra o repasse de valores da folha de pagamento da Universidade aos consignatários no mês de maio de 2024, logo abaixo o gráfico detalha quais são as 03 (três) maiores consignatárias, dentro da folha de pagamento da instituição.

Gráfico 5 - Comparativo das consignatárias – folha maio-2024



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Observa-se no Gráfico 5, que a maior parte dos consignados na folha de pagamento do mês de maio de 2024 pertencem à Cooperativa Sicredi, representando 16% do valor de repasse e, logo em seguida 15% são repassados ao Banco do Brasil, seguido da Caixa Econômica Federal, que ocupa o terceiro lugar das consignatárias, com 10% do valor de repasse.

Tabela 2 - Perfil básico do servidor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ESCOLARIDADE	
Doutorado	284
Ensino Fundamental	4
Ensino Fundamental Incompleto	2
Ensino Médio	104
Ensino Superior	760
Mestrado	243
FAIXA ETÁRIA	
18 - 30	8
31-40	93
41-50	101
51-60	32
61-70	8
71-80	1

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

De acordo com a Tabela 2, com base em dados extraídos do Sistema de Gestão de Pessoas da Universidade, foram analisadas duas variantes dos servidores que possuem empréstimo consignado em folha, sendo elas: faixa etária e escolaridade. Assim, baseado na faixa etária, observa-se predominância dos

servidores com rubricas ativas de empréstimo consignado incluídos na faixa etária de 41 a 50 anos, seguidos da faixa etária de 31 a 40 anos. Por fim, quanto à escolaridade observa-se que a maioria possui ensino superior.

Para Silva (2014), existe uma relação entre o grau de escolaridade e os níveis de endividamento, uma vez que indivíduos com maior grau de escolaridade possui mais facilidade na aquisição de crédito, podendo leva-lo ao endividamento, e não à educação financeira.

Os dados encontrados na análise do perfil dos servidores considerando as três maiores consignatárias da UFMS não são compatíveis com os apontamentos dos autores De Lima Cordeiro *et al.* (2023), segundo os quais, grande parte dos servidores públicos contratantes de empréstimo consignado, especialmente àqueles que utilizam toda a margem consignável disponível possuem idade superior a 50 anos de idade, com tempo de serviço entre 25 e 30 anos, em sua maioria. Tal situação contribuiu para o adiamento da aposentadoria, em muitos casos.

2.5.1 Comparativo anual da utilização do crédito consignado dos servidores da UFMS

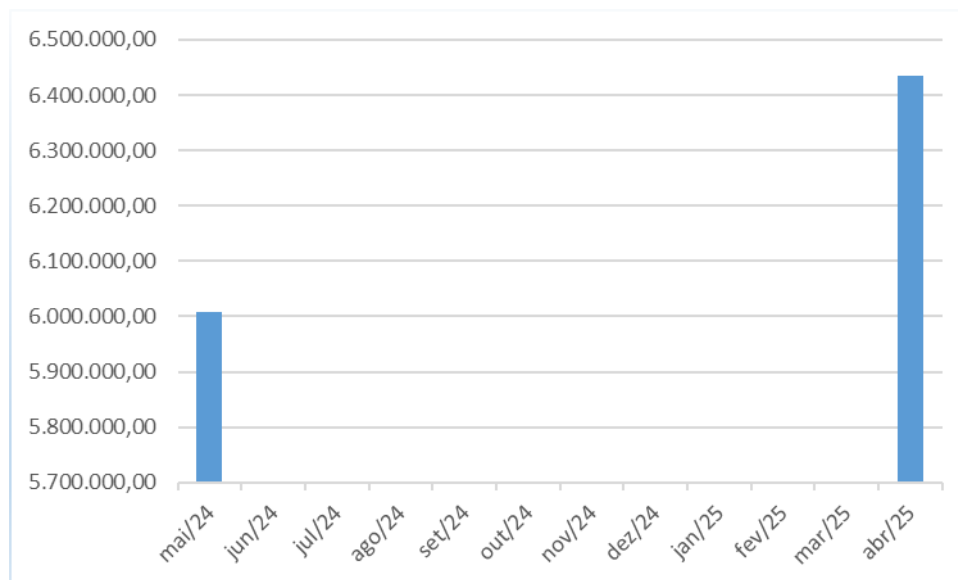
A fim de traçar um comparativo na utilização de empréstimo consignado por parte dos servidores da UFMS, foram realizados novos levantamentos de quantitativos dos relatórios mensais de folha de pagamento, desta vez referente à folha de abril de 2025, praticamente 01 anos após a realização da primeira investigação, e com ele foi possível identificar um aumento significativo na utilização desta modalidade de crédito, conforme pode-se observar na Tabela 3:

Tabela 3 - Comparativo de crédito consignado anual dos servidores da UFMS

PERÍODO	QUANT. SERVIDORES	TOTAL CONSIGNADO
Maio/2024	3699	R\$ 6.007.616,31
Abril/2025	3783	R\$ 6.435.498,55
DIFERENÇA	84	R\$ 427.882,24

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Gráfico 6 - Evolução do crédito consignado na UFMS: (2024-2025)



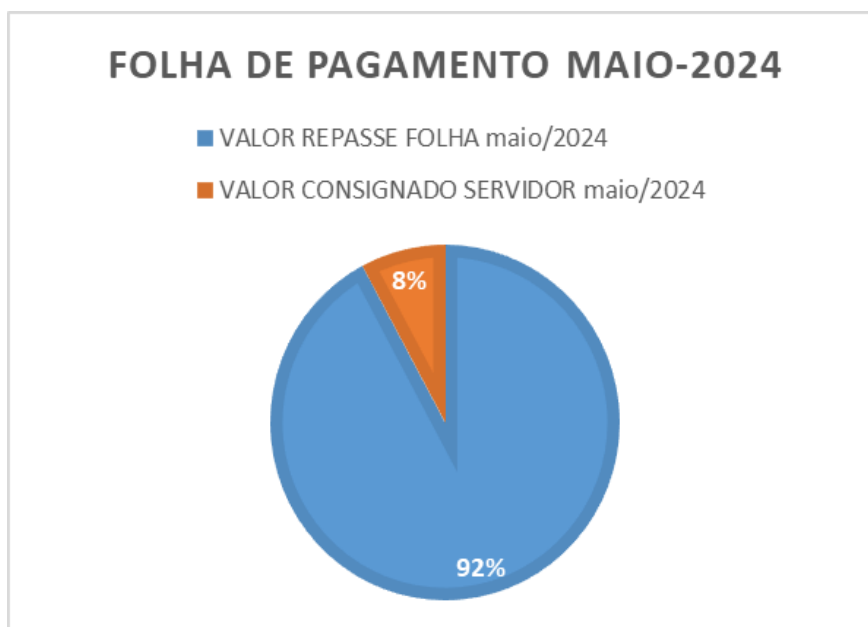
Fonte: elaborado pela autora considerando relatórios da folha do período mencionado (2025).

Conforme evidenciado pelos dados apresentados na Tabela 3 e Gráfico 6, observa-se um acréscimo significativo no montante total de crédito consignado, da ordem de aproximadamente meio milhão de reais, ao se comparar os períodos de 2024 e 2025. Tal elevação, contudo, não se refletiu proporcionalmente no número de servidores contratantes, que aumentou em apenas 84 indivíduos. Considerando-se o expressivo crescimento do valor global em contraste com o modesto incremento no número de novos contratos, é possível estimar uma média de R\$ 5.000,00 em descontos por servidor recém-aderente.

Esse cenário sugere que, no intervalo analisado, além da entrada de novos servidores na contratação de crédito consignado, houve também uma intensificação do comprometimento financeiro entre aqueles que já possuíam descontos em folha, os quais recorreram à contratação de novos empréstimos ou à renegociação de dívidas preexistentes por meio de refinanciamentos.

Estudo realizado por Viana (2020), na Universidade de Brasília (UnB), identificou uma redução no número de servidores contraentes de crédito consignado, considerando o período de 2016 a 2017, contudo, observou-se um aumento expressivo no valor total contratado, sugerindo que os servidores com empréstimos ativos adquiriram novos empréstimos, ampliando assim seu nível de endividamento.

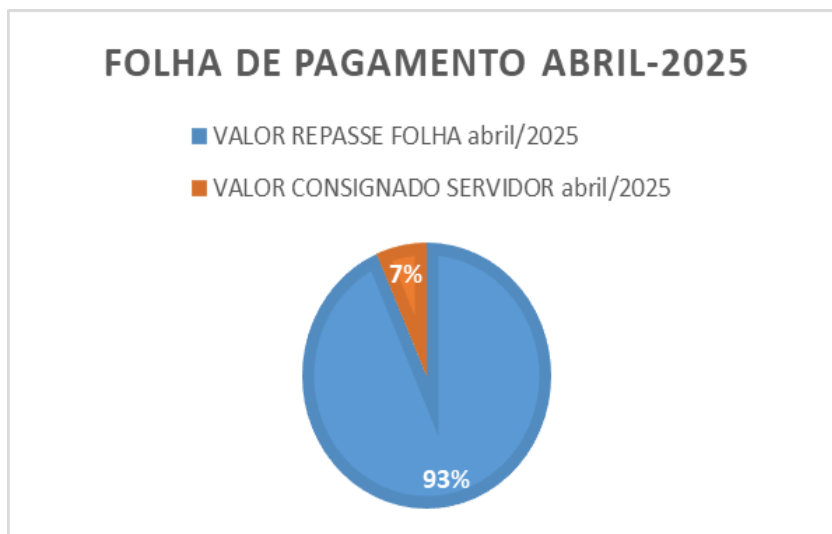
Gráfico 7 - Relação total de repasse e percentual consignado –maio/2024



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao comparar os Gráficos 7 e 8, referentes às folhas de pagamento dos meses de maio de 2024 e abril de 2025, observa-se que o percentual correspondente ao repasse de crédito consignado, em relação ao montante total da folha de pagamento da Universidade, manteve-se relativamente estável, apresentando uma variação de apenas 1% no período analisado.

Gráfico 8 - Relação total de repasse e percentual consignado – abril/2025



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Contudo, a folha de pagamento de abril de 2025 foi impactada por um evento atípico, que resultou em um aumento expressivo no valor global repassado pela instituição. Tal ocorrência decorre da aplicação da Medida Provisória nº 1.286/2024, a qual concedeu reajuste salarial aos servidores ativos e aposentados pela média, com efeitos retroativos a contar de janeiro de 2025.

Embora o reajuste tenha sido implementado apenas na folha de abril de 2025, os valores retroativos correspondentes aos meses de janeiro a março foram integralmente pagos nessa mesma folha, acarretando uma elevação significativa nos repasses e, por conseguinte, influenciando o percentual de crédito consignado.

Desconsiderando-se os montantes pagos a título de retroativos e tomando-se por base o valor habitual da folha, constata-se um acréscimo no percentual relativo ao crédito consignado entre os meses de maio de 2024 e abril de 2025.

Todavia, em razão da excepcionalidade do evento ocorrido, não é possível, neste momento, estimar com uma margem de erro aceitável o percentual real desse aumento. No entanto, a educação financeira é um caminho para minimizar a contratação de empréstimos.

2.5.2 Educação Financeira

Educação financeira pode ser definida como o conhecimento e capacidade que os indivíduos possuem na utilização dos conceitos financeiros básicos,

necessários para tomada de decisões sobre seu dinheiro e investimentos pessoais, tais como compras e poupanças. Para obter um grau satisfatório de educação financeira, deve-se acrescentar conhecimentos sobre inflação, taxas de juros, riscos e planejamento para aposentadoria (Lusardi; Mitchell, 2014).

O assunto abordado é de suma importância na sociedade em todas as faixas etárias, e uma das grandes influências da educação financeira é o estímulo ao pensamento relacionado às finanças pessoais, necessidades e projeções futuras. (Ribeiro; Rizzo; Scarausi, 2020).

Segundo De Souza (2024), o tema Educação Financeira é um desafio para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, pois é necessário desconstruir a cultura do consumismo, e realizá-lo em uma sociedade capitalista demanda de uma estratégia eficiente.

O aprendizado eficiente da educação financeira vai além de aprender a reduzir despesas, proporciona uma mudança na mentalidade do consumidor, quando o assunto é dinheiro, formando consumidores conscientes e capazes de tomar decisões financeiras de qualidade e com autonomia, o que consequentemente gera uma melhor qualidade de vida ao indivíduo (De Souza, 2024).

Para Oliveira (2018), o conhecimento em educação financeira não melhora apenas o uso do dinheiro e reduz os riscos do endividamento, mas afeta diretamente na melhoria da qualidade de vida do indivíduo, com a prática de hábitos financeiros saudáveis.

De acordo com Da Silva; Neto; Da Cunha (2017), em decorrência das diversas maneiras que o servidor público pode chegar ao endividamento, torna-se necessário analisar e entender os aspectos relevantes à educação financeira destes servidores, compreender seus hábitos de consumo, como são suas percepções de riscos e investimentos.

Ainda segundo estudos realizados pelos autores, foi possível identificar baixo grau de conhecimento sobre educação financeira por parte dos servidores públicos, e que estes estão sendo cada vez mais estimulados ao consumo desenfreado, o que pode levá-los a uma compra desnecessária, considerando seu baixo grau de conhecimento financeiro.

Pesquisa realizada por Claudino; Nunes; Silva (2014), constatou que um dos principais motivos pelos quais o servidor público pode se tornar endividado é o baixo grau de conhecimento em educação financeira. O conhecimento financeiro é

essencial para os consumidores em geral, principalmente no momento de uma crescente oferta de crédito (Collares, 2019).

Segundo Ribeiro; Rizzo; Scarausi (2020), o descontrole financeiro interfere em fatores além do uso do dinheiro, como também no desenvolvimento de doenças psicológicas, tais como depressão, isolamento social, altos índices de divórcio, e além destes citados, também podem comprometer significativamente sua produtividade no ambiente de trabalho, pois indivíduos endividados tendem a apresentar maior déficit de atenção.

Estudo realizado por Soares *et al.* (2017), com servidores ativos do Governo do Estado de Santa Catarina, identificou uma relação importante entre o aumento de afastamentos em decorrência de problemas psíquicos e o uso do crédito consignado. Nessa análise foi possível identificar um aumento elevado nos custos com licenças para tratamento de saúde, e que R\$ 33,7 milhões eram custos para arcar com licenças de servidores que possuíam empréstimos consignados em folha.

De acordo com Savoia; Saito; Santana (2007), o Governo brasileiro não exerce papel adequado de fornecimento de educação financeira à sociedade, e que algumas organizações privadas, tais como a Bolsa de Valores de São Paulo, acabam assumindo esse papel, a fim de orientar seus consumidores na aquisição de produtos financeiros.

Ainda segundo os autores, mesmo com a iniciativa de empresas privadas atuarem na prática da educação financeira, tais ações são insuficientes para a conscientização sobre o uso indiscriminado do crédito.

Uma característica importante a ser considerada na escolha da modalidade de proposta de educação financeira é o estado psíquico do endividado, pois quanto maior o nível de endividamento do indivíduo, mais resistência ele tem em aceitar ajuda sobre gestão financeira, o que evidencia a relação entre fragilidade emocional e alto nível de endividamento (De Carvalho e Rigamonte, 2025).

Diante do crescimento do superendividamento dos servidores públicos torna-se necessária a adoção de políticas públicas voltadas à educação financeira, como um processo formativo e contínuo, em que o servidor seja capaz de analisar as suas escolhas de forma a optar pela mais consciente, promovendo o uso responsável dos recursos financeiros disponíveis (Atkinson; Messy, 2013).

Instituições empregadoras estão colaborando para o endividamento de seus servidores quando não adotam programas de formação e treinamento financeiro,

fato este que vem de uma cultura de falta de planejamento financeiro. A criação e manutenção destes programas de formação continuada gerariam impactos positivos ao servidor no quesito saúde econômica, e inclusive no melhor rendimento profissional (Campos e Guimarães, 2023; De Carvalho e Rigamonte, 2025).

2.5.3 Qualidade de Vida e o Endividamento do Servidor Público

O conceito de qualidade de vida é complexo e não há uma única definição, sendo necessário identificar diversos aspectos relacionados ao indivíduo. Para definir qualidade de vida é necessário compreender o ambiente e o estilo de vida pessoal, pois é um tema multifacetado, ou seja, necessita de uma visão ampla, de um conjunto de fatores na vida do indivíduo (Alves, 2020).

Quando o crédito consignado é utilizado de forma descontrolada pode gerar uma situação de aprisionamento financeiro, com o comprometimento financeiro de parte significativa de sua renda com dívidas contínuas, por longos anos, afetando sua autonomia financeira e estabilidade psíquica (De Carvalho; Riagamonte, 2025). Pesquisas realizadas por Piccini *et al.* (2014), apontam que três em cada 10 pessoas são mais felizes quando possuem o controle de suas finanças.

De acordo com Oliveira (2023), em pesquisa realizada com servidores de uma unidade prisional em Areia Branca/SE, com o objetivo de avaliar as consequências do endividamento na qualidade de vida dos indivíduos, constatou-se que a principal consequência emocional relatada foi o estresse (68,4%), seguido pela ansiedade (57,9%).

Kamakia *et al.* (2017), evidenciam que mesmo com a aplicação de ações educativas financeiras, muitos servidores continuam com o orçamento desequilibrado, reafirmando a possibilidade de instabilidade emocional, e também comprometimento em sua produtividade no serviço.

Halles *et al.* (2008), afirmam que a qualidade de vida está diretamente ligada a bons hábitos financeiros, podendo ser afetada em decorrência do agravamento de sua situação econômica.

Diversos autores destacam os impactos negativos que o endividamento causa na qualidade de vida no trabalho (QVT), dentre os mais citados estão maior propensão a erros, em decorrência de distração, produtividade reduzida (Kamakia *et al.* 2017), afastamentos recorrentes, retração social, dificuldades em aceitar

orientações da gestão (Andelic e Feeney, 2022), dificuldade de concentração, baixa eficácia no cumprimento de metas (Eleftheriades *et al.* 2020), produtividade comprometida e maior número de licenças médicas (Soares *et al.* 2017).

Dificuldades financeiras afetam diversos aspectos na vida do indivíduo, tais como alimentação, lazer e isso gera um alto nível de estresse e insatisfação, tanto no ambiente familiar, quanto no ambiente de trabalho, gerando a diminuição da eficiência em decorrência do alto nível de estresse.

Existe uma teoria criada por Abraham Maslow, amplamente utilizada até hoje nas áreas da administração e psicologia, denominada Teoria da Hierarquia das Necessidades, que classifica por meio de uma pirâmide os níveis de satisfação das realizações humanas (Oliveira; Silva, 2021).

Figura 1 – Hierarquia das necessidades de Maslow



Fonte: Da Costa Silva; Casagrande (2025), adaptado de Maslow (1943).

A teoria sugere que as necessidades humanas são organizadas em cinco níveis, e as necessidades mais básicas e fisiológicas ficam na base da pirâmide, enquanto as necessidades mais avançadas e complexas ficam no topo da pirâmide (Maslow, 1943).

O segundo nível da pirâmide de Maslow aborda a questão da segurança, incluindo a segurança financeira, e no contexto organizacional estão ligadas à remuneração, benefícios e estabilidade no cargo (De Almeida; Chelske; Rover, 2019).

No próximo item, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa classifica-se como aplicada, de origem quantitativa, com fins descritivos e exploratórios, e utiliza como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico e dados de análise documental de relatórios da folha de pagamento da UFMS. Além disso, foi utilizado um questionário para coleta de dados, conforme anexo.

A abordagem quantitativa foi necessária pela natureza dos dados a serem coletados, os quais foram obtidos por meio de questionário estruturado com perguntas fechadas, o que possibilitou a mensuração estatística das variáveis do perfil do servidor público da UFMS, tais como seu comportamento financeiro em decorrência das facilidades de aquisição do crédito consignado, e possíveis fatores determinantes para o endividamento.

De acordo com Arruda (2013), a grande diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa é que a pesquisa qualitativa busca captar a relação entre a objetividade e a subjetividade, enquanto a quantitativa visa traduzir dados coletados em números, e dessa forma possibilita a classificação da amostra.

Vale ressaltar que, as pesquisas exploratórias são bastante flexíveis, e possuem o objetivo principal de aprimorar ideias quanto ao problema, torná-lo mais explícito, e em grande parte das pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico (Gil, 2022). A pesquisa assume o papel exploratório ao investigar os fatores que motivaram os servidores a contratarem o crédito consignado e os possíveis impactos financeiros decorrentes dessas contratações.

A pesquisa também se caracteriza como descritiva, pois busca identificar características dos servidores da UFMS que apresentam grande comprometimento de seus rendimentos com empréstimos consignados. Conforme Gil (2002), o objetivo principal das pesquisas descritivas é a determinação das características de determinado grupo estudado, ou a definição da relação entre as variáveis. Uma das técnicas mais utilizadas nas pesquisas descritivas são técnicas padronizadas para coleta de dados, tais como questionários.

Visando a preocupação com a atuação prática do problema, as pesquisas descritivas e exploratórias são as mais utilizadas por pesquisadores (Gil, 2002). Para atender as etapas da pesquisa adotou-se os seguintes procedimentos (Quadro 4):

Quadro 4 - Componentes da pesquisa

Itens	Descrições
Primeiro semestre de 2025	Revisão dos estudos precedentes nas principais bases de dados.
População	Servidores ativos e aposentados da UFMS.
Amostra	Por acessibilidade, obteve-se 5,10% do total de servidores.
Dados primários	Instrumento de pesquisa (questionário) elaborado e adaptado de Dos Santos; Ferreira (2019), Galindo (2021), Alves (2016), Diniz (2015)
Dados secundários	Folha de pagamento, análise do período de 2019 a 2025.
Estatística descritiva	Média, frequência.
Organização dos dados	Planilhas <i>excel</i> .

Fonte: elaborada pela autora (2025).

Nos meses de junho a outubro de 2025, realizou-se a coleta de dados primária por meio de questionário aplicado de forma eletrônica, *Google Forms* e, também foram aplicados questionários de forma presencial, direcionados aos servidores, principalmente aposentados, que buscaram atendimento na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

A participação na pesquisa ocorreu de forma voluntária, ou seja, não probabilística por conveniência, e os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, com apoio do *Excel*, permitindo a elaboração de tabelas e gráficos comparativos.

Secundariamente ao questionário, utilizou-se da folha de pagamento da UFMS, com relatórios entre os anos de 2019 a 2025, com o objetivo de complementar o mapeamento do perfil do servidor com maior comprometimento financeiro em decorrência de empréstimos consignados.

O questionário aplicado é dividido em 6 seções e foi adaptado dos seguintes autores: Santos; Ferreira (2019), Galindo (2021), Alves (2016), Diniz (2015). O Quadro 5, apresenta os detalhes do instrumento de coleta de dados utilizados nesta pesquisa, orientando a construção do instrumento de pesquisa e análise dos resultados.

Quadro 5 - Detalhes do instrumento de pesquisa

Seção do questionário	Descrição da Seção	Fonte Original	Tipo de adaptação realizada
Dados demográficos e profissionais.	Coleta informações como idade, estado civil, gênero, renda bruta familiar, tipo	Santos;Ferreira (2019).	Inclusão de cargo e tempo no serviço público, bem como a quantidade de

	de moradia, nível de formação, tempo de serviço público e cargo ocupado.		dependentes financeiros.
Hábitos de consumo e administração financeira	Busca compreender os hábitos de consumo dos servidores e como administram suas finanças, incluindo existência de dívidas ativas e reservas financeiras de emergência.	Galindo (2021), Alves (2016).	Inclusão de escala de concordância para cada afirmativa referente ao gasto por categoria.
Endividamento e impacto no orçamento	Visa entender o endividamento dos servidores da UFMS e identificar os principais focos de gastos. O servidor avalia o impacto financeiro de diferentes modalidades de crédito (cartão de crédito, cheque especial, financiamento, empréstimo), classificando o impacto como: nenhum, pouco, moderado, significativo ou crítico.	Alves (2016).	Adaptação de escala de impacto financeiro, construída para medir o comprometimento da renda mensal com base em níveis.
Uso do crédito consignado	Avalia exclusivamente o uso do empréstimo consignado pelos servidores, identificando a quantidade de contratos ativos, as instituições financeiras envolvidas e os motivos que levaram à contratação dessa modalidade de crédito.	Alves (2016).	Inclusão das consignatárias que possuem empréstimo.
Comportamento financeiro	Analisa o comportamento financeiro do servidor e o nível de controle que exerce sobre suas finanças pessoais.	Diniz (2015)	Não se aplica.

Educação financeira: opinião e conhecimento	Investiga a opinião e o conhecimento dos servidores públicos sobre educação financeira, e o quanto consideram relevante a abordagem do tema para melhoria do controle financeiro.	Elaborado pela autora (2025.)	Não se aplica.
---	---	-------------------------------	----------------

Fonte: elaborado pela autora, com base na revisão da bibliográfica (2025)

Conforme relatórios do Sistema de Gestão de Pessoas da UFMS (SGP), atualmente a Universidade possui 3.221 servidores ativos, sendo 1.476 professores e 1.745 técnicos administrativos, e 1.913 servidores aposentados, sendo 633 professores e 1.280 técnicos administrativos.

Com base nos números apresentados, conclui-se que atualmente, a UFMS possui 5.134 servidores, entre ativos e aposentados, aptos a contratarem algum tipo de crédito consignado com desconto direto em folha.

3.1 Cronograma

Quadro 6 - Cronograma

Revisão da literatura	Agosto 2024 a dezembro 2024
Escolha do questionário	Janeiro 2025
Validação questionário	Janeiro 2025 a maio 2025
Alinhamento do projeto	Janeiro a maio 2025
Banca de Qualificação	Junho 2025
Aplicação da Pesquisa	Junho a outubro 2025
Análise dos Resultados	Outubro a novembro 2025
Defesa da Dissertação	Dezembro 2025

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após a descrição dos procedimentos metodológicos, apresenta-se a análise dos dados coletados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise da estatística-descritiva

A amostra da pesquisa é composta por 262 (duzentos e sessenta e dois) respondentes e seu perfil foi substanciado na Tabela 04.

Tabela 4 - Perfil da amostra

Características	Detalhes	Frequências	%
Gênero	Masculino	117	44,65
	Feminino	145	55,34
Idade	De 21 até 30	12	8,01
	De 31 até 40	104	39,69
	De 41 até 50	68	25,95
	De 51 até 60	35	13,35
	Acima de 60	34	12,97
Estado Civil	Casado	137	52,29
	Solteiro	70	26,71
	Divorciado	28	10,68
	União Estável	25	9,54
	Viúvo	1	0,38
Quantidade de Dependentes Financeiros	Nenhum	95	36,25
	1	74	28,24
	2	55	20,99
	3	31	11,83
	4	7	2,67
Quanto tempo está no serviço público	0 a 5 anos	48	18,32
	De 6 a 10 anos	66	25,19
	De 11 a 15 anos	61	23,28
	De 16 a 20 anos	34	12,97
	De 21 a 25 anos	12	4,58
	De 26 a 30 anos	9	3,43
	Acima de 30 anos	31	11,83
Cargo/Carreira na UFMS	Técnico Administrativo	202	77,09
	Docente	60	22,90
É Servidor:	Ativo	200	76,33
	Aposentado	23	8,77
Tipo de Moradia	Alugado	55	20,99
	Imóvel cedido por terceiro	21	8,01
	Própria – financiado	89	33,96
	Própria – quitado	94	35,87
	Mora com os pais	1	0,38
	Permissionário	1	0,38
Renda bruta familiar	Até 4.500,00	8	3,05
	De 4.500,01 a 9.000,00	92	35,11
	De 9.000,01 a 13.500,00	69	26,33
	De 13.500,01 a 18.000,00	43	16,41

	Acima de 18.000,00	50	19,08
Nível de Formação	Ensino Médio	4	1,52
	Técnico Profissionalizante	1	0,38
	Graduação	22	8,39
	Especialização	88	33,58
	Mestrado	72	27,48
	Doutorado	63	24,04
	Pós-Doutorado	12	4,58
Motivação que escolheu o serviço público	Estabilidade	218	83,20
	Remuneração	26	9,92
	Outros	18	6,87
Gasto mensal com Água	Nenhum gasto	27	10,30
	Até 500,00	220	83,96
	De 500,01 a 1.000,00	33	12,59
	Acima de 1.000,00	1	0,38
Gasto mensal com Energia Elétrica	Nenhum gasto	8	3,05
	Até 500,00	225	85,87
	De 500,01 a 1.000,00	6	2,29
	Acima de 1.000,00	1	0,38
Gasto mensal com Telefone e Internet	Nenhum gasto	6	2,29
	Até 500,00	249	95,03
	De 500,01 a 1.000,00	18	6,87
Gasto mensal com Condomínio	Nenhum gasto	171	65,26
	Até 500,00	60	22,90
	De 500,01 a 1.000,00	7	2,67
	Acima de 1.000,00	8	3,05
Gasto mensal com Alimentação	Nenhum gasto	2	0,76
	Até 500,00	60	22,90
	De 500,01 a 1.000,00	60	22,90
	De 1.000,00 a 1.500,00	69	26,33
	De 1.500,00 a 2.000,00	63	24,04
	Acima de 2.000,00	60	22,90
Gasto mensal com Plano de Saúde	Nenhum gasto	25	9,54
	Até 500,00	77	29,38
	De 500,01 a 1.000,00	64	24,42
	De 1.000,00 a 1.500,00	49	18,70
	De 1.500,00 a 2.000,00	27	10,30
	Acima de 2.000,00	20	7,63
Gasto mensal com Educação	Nenhum gasto	107	40,89
	Até 500,00	68	25,95
	De 500,01 a 1.000,00	32	12,21
	De 1.000,00 a 1.500,00	19	7,25
	De 1.500,00 a 2.000,00	17	6,48
	Acima de 2.000,00	19	7,25
Gasto mensal com Lazer	Nenhum gasto	12	4,58
	Até 500,00	118	45,03
	De 500,01 a 1.000,00	79	30,15
	De 1.000,00 a 1.500,00	30	11,45
	De 1.500,00 a 2.000,00	16	6,10
	Acima de 2.000,00	7	2,67
Gasto mensal com	Nenhum gasto	26	9,92

Combustível	Até 500,00	123	46,94
	De 500,01 a 1.000,00	92	35,11
	De 1.000,00 a 1.500,00	16	6,10
	De 1.500,00 a 2.000,00	4	1,52
	Acima de 2.000,00	1	0,38
Gasto mensal com Seguros	Nenhum gasto	104	39,69
	Até 500,00	104	39,69
	De 500,01 a 1.000,00	28	10,68
	De 1.000,00 a 1.500,00	10	3,81
	De 1.500,00 a 2.000,00	5	1,90
	Acima de 2.000,00	8	3,05
Gasto mensal com Financiamento	Nenhum gasto	146	55,72
	Até 500,00	10	3,81
	De 500,01 a 1.000,00	30	11,45
	De 1.000,00 a 1.500,00	29	11,06
	De 1.500,00 a 2.000,00	19	7,25
	Acima de 2.000,00	28	10,68
Gasto mensal com Empréstimo Consignado	Nenhum gasto	102	38,93
	Até 500,00	13	4,96
	De 500,01 a 1.000,00	31	11,83
	De 1.000,00 a 1.500,00	32	12,21
	De 1.500,00 a 2.000,00	21	8,01
	Acima de 2.000,00	63	24,04
Gasto mensal com outros empréstimos	Nenhum gasto	212	80,91
	Até 500,00	18	6,87
	De 500,01 a 1.000,00	11	4,19
	De 1.000,00 a 1.500,00	10	3,81
	De 1.500,00 a 2.000,00	2	0,76
	Acima de 2.000,00	9	3,43
Gasto mensal com Cheque Especial	Nenhum gasto	213	81,29
	Até 500,00	16	6,10
	De 500,01 a 1.000,00	13	4,96
	De 1.000,00 a 1.500,00	5	1,90
	De 1.500,00 a 2.000,00	1	0,38
	Acima de 2.000,00	14	5,34
Gasto mensal com Cartão de Crédito	Nenhum gasto	22	8,39
	Até 500,00	12	4,58
	De 500,01 a 1.000,00	34	12,97
	De 1.000,00 a 1.500,00	28	10,68
	De 1.500,00 a 2.000,00	21	8,01
	Acima de 2.000,00	145	55,34
Outros Gastos	Nenhum gasto	81	30,91
	Até 500,00	52	19,84
	De 500,01 a 1.000,00	52	19,84
	De 1.000,00 a 1.500,00	21	8,01
	De 1.500,00 a 2.000,00	12	4,58
	Acima de 2.000,00	41	15,64
Possui Reserva de Emergência	Não	113	43,12
	Sim (menos de 3 meses)	66	25,19
	Sim (entre 3 e 6 meses)	28	10,68
	Sim (mais de 6 meses)	55	20,99
Possui Dívida Vigente	Sim	190	72,51
	Não	69	26,33
Qual é o impacto das dívidas no seu	Impacto moderado	61	31,61
	Impacto Significativo	58	30,05
	Impacto crítico	28	14,51

orçamento mensal? (Cartão de Crédito)	Nenhum impacto	24	12,44
	Pouco impacto	22	11,40
Qual é o impacto das dívidas no seu orçamento mensal? (Cheque Especial)	Impacto moderado	24	12,44
	Impacto Significativo	10	5,18
	Impacto crítico	5	2,59
	Nenhum impacto	136	70,47
Qual é o impacto das dívidas no seu orçamento mensal? (Financiamento Imobiliário)	Pouco impacto	18	9,33
	Impacto moderado	37	19,17
	Impacto Significativo	16	8,29
	Impacto crítico	2	1,04
Qual é o impacto das dívidas no seu orçamento mensal? (Financiamento Veicular)	Nenhum impacto	115	59,59
	Pouco impacto	23	11,92
	Impacto moderado	21	10,88
	Impacto Significativo	12	6,22
Qual é o impacto das dívidas no seu orçamento mensal? (Empréstimo Pessoal)	Impacto crítico	1	0,52
	Nenhum impacto	136	70,47
	Pouco impacto	23	11,92
	Impacto moderado	14	7,25
Qual é o impacto das dívidas no seu orçamento mensal? (Empréstimo Consignado)	Impacto Significativo	14	7,25
	Impacto crítico	7	3,63
	Nenhum impacto	136	70,47
	Pouco impacto	22	11,40
Qual é o impacto das dívidas no seu orçamento mensal? (Crediário)	Impacto moderado	42	21,76
	Impacto Significativo	44	22,80
	Impacto crítico	36	18,65
	Nenhum impacto	54	27,98
Qual é o impacto das dívidas no seu orçamento mensal? (Crediário)	Pouco impacto	17	8,81
	Impacto moderado	8	4,15
	Impacto Significativo	2	1,04
	Impacto crítico	2	1,04
Percentual da renda mensal comprometida com Empréstimo Consignado	Nenhum impacto	156	80,83
	Pouco impacto	25	12,95
	Nenhum	50	25,91
	Menos de 10%	17	8,81
Motivos que levaram a contratar empréstimo Consignado	De 10% a 20%	35	18,13
	De 21% a 30%	37	19,17
	De 31% a 40%	33	17,10
	Acima de 40%	21	10,88
Motivos que levaram a contratar empréstimo Consignado	Quitar outra dívida	80	55,94
	Comprar veículo	48	33,57
	Utilizar no dia a dia	37	25,87
	Reformar Imóvel	28	19,58
Renegociou Consignado:	Emergência Médica	19	13,29
	Comprar imóvel	22	11,89
	Investimento educacional	7	4,90
	Outros	29	11,06
Renegociou Consignado:	Não	76	53,15
	Uma vez	27	18,88
	Não, mas já considere	10	6,99
	Sim	100	69,93
Anoto e Controlo Todos os meus gastos pessoais	Mais de uma vez	73	51,05
	Concordo parcialmente	94	35,88
	Concordo totalmente	70	26,72
	Discordo totalmente	49	18,7
Anoto e Controlo Todos os meus gastos pessoais	Discordo parcialmente	33	12,60
	Indiferente	16	6,11

Estabeleço metas financeiras	Concordo parcialmente	108	41,22
	Concordo totalmente	66	25,19
	Discordo totalmente	41	15,65
	Discordo parcialmente	25	9,54
	Indiferente	22	8,40
Sigo um orçamento ou plano de gastos	Concordo parcialmente	112	42,75
	Concordo totalmente	50	19,08
	Discordo totalmente	41	15,65
	Discordo parcialmente	42	16,03
	Indiferente	17	6,49
Consigo identificar os custos na compra de um produto	Concordo parcialmente	90	34,35
	Concordo totalmente	95	36,26
	Discordo totalmente	20	7,63
	Discordo parcialmente	29	11,07
	Indiferente	28	10,69
Ao comprar a prazo faço comparações entre opções de crédito	Concordo parcialmente	78	29,77
	Concordo totalmente	132	50,38
	Discordo totalmente	19	7,25
	Discordo parcialmente	14	5,34
	Indiferente	19	7,25
Pago integralmente a fatura do cartão de crédito	Concordo parcialmente	39	14,89
	Concordo totalmente	195	74,43
	Discordo totalmente	8	3,05
	Discordo parcialmente	12	4,58
	Indiferente	8	3,05
Gasto grande quantidade de dinheiro em loterias	Concordo parcialmente	4	1,53
	Concordo totalmente	0	-
	Discordo totalmente	241	91,98
	Discordo parcialmente	13	4,96
	Indiferente	4	1,53
Sou avalista de alguém	Concordo parcialmente	14	5,34
	Concordo totalmente	6	2,29
	Discordo totalmente	227	86,64
	Discordo parcialmente	7	2,67
	Indiferente	8	3,05
Gasto dinheiro impulsivamente	Concordo parcialmente	42	16,03
	Concordo totalmente	6	2,29
	Discordo totalmente	147	56,11
	Discordo parcialmente	49	18,70
	Indiferente	18	6,87
Empresto maior parte do meu salário	Concordo parcialmente	24	9,16
	Concordo totalmente	3	1,15
	Discordo totalmente	199	75,95
	Discordo parcialmente	25	9,54
	Indiferente	11	4,20
Tenho adquirido empréstimo consignado	Concordo parcialmente	51	19,47
	Concordo totalmente	56	21,37
	Discordo totalmente	122	46,56
	Discordo parcialmente	20	7,63
	Indiferente	13	4,96
Guardo dinheiro na poupança	Concordo parcialmente	47	17,94
	Concordo totalmente	36	13,74
	Discordo totalmente	133	50,76
	Discordo parcialmente	27	10,31
	Indiferente	19	7,25
Invisto em títulos públicos	Concordo parcialmente	21	8,02
	Concordo totalmente	32	12,21
	Discordo totalmente	175	66,79

	Discordo parcialmente	15	5,73
	Indiferente	19	7,25
Invisto em CDB – Certificado de Depósito Bancário	Concordo parcialmente	41	15,65
	Concordo totalmente	54	20,61
	Discordo totalmente	143	54,58
	Discordo parcialmente	11	4,20
	Indiferente	13	4,96
Invisto em Ações	Concordo parcialmente	15	5,73
	Concordo totalmente	27	10,31
	Discordo totalmente	193	73,66
	Discordo parcialmente	8	3,05
	Indiferente	19	7,25
Invisto em Fundos Imobiliários	Concordo parcialmente	15	5,73
	Concordo totalmente	31	11,83
	Discordo totalmente	9	3,44
	Discordo parcialmente	9	3,44
	Indiferente	22	8,40
Tenho outra fonte de renda além do serviço público	Concordo parcialmente	40	15,27
	Concordo totalmente	75	28,63
	Discordo totalmente	122	46,56
	Discordo parcialmente	9	3,44
	Indiferente	16	6,11
Acredito que a educação financeira ajudaria a melhorar minha relação com meus gastos	Concordo parcialmente	52	19,85
	Concordo totalmente	163	62,21
	Discordo totalmente	14	5,34
	Discordo parcialmente	8	3,05
	Indiferente	25	9,54
Tenho o hábito de buscar informações relacionadas à educação financeira (em cursos, palestras, internet, livros)	Concordo parcialmente	76	29,01
	Concordo totalmente	55	20,99
	Discordo totalmente	68	25,95
	Discordo parcialmente	24	9,16
	Indiferente	39	14,89
Tenho o hábito de buscar conhecimentos sobre educação financeira com meus colegas	Concordo parcialmente	75	28,96
	Concordo totalmente	35	13,51
	Discordo totalmente	81	31,27
	Discordo parcialmente	30	11,58
	Indiferente	38	14,67
Considero minha família exemplo positivo na minha educação financeira	Concordo parcialmente	57	22,01
	Concordo totalmente	46	17,76
	Discordo totalmente	75	28,96
	Discordo parcialmente	42	16,22
	Indiferente	39	15,06
Faço algum tipo de planejamento financeiro pessoal ou familiar	Concordo parcialmente	97	37,02
	Concordo totalmente	79	30,15
	Discordo totalmente	30	11,45
	Discordo parcialmente	30	11,45
	Indiferente	26	9,92
Se você tivesse um valor extra disponível, qual seria sua prioridade financeira?	Quitar dívidas	130	49,62
	Investir em aplicações financeiras	77	29,39
	Comprar um bem (casa, carro)	40	15,27
	Fazer viagem – lazer	10	3,82
	Outros	5	1,90
Você costuma planejar financeiramente sua aposentadoria?	Não	61	23,28
	Não, mas pretendo começar em breve	96	36,64
	Sim	94	35,88

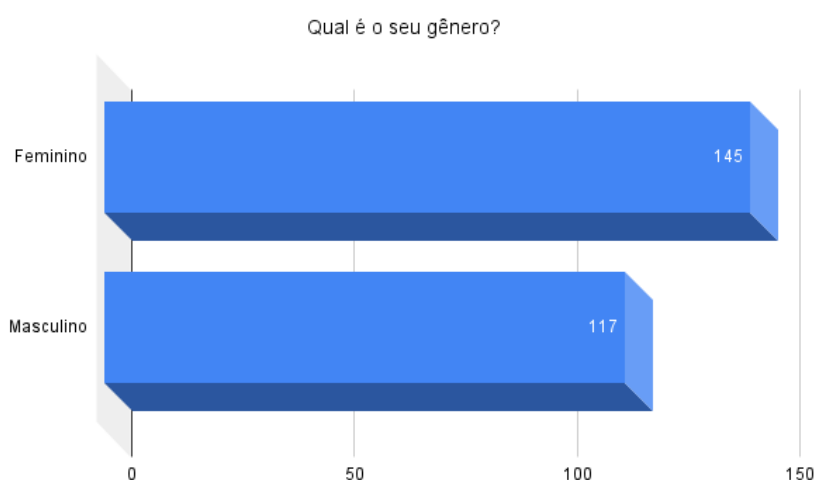
	Faço investimentos, mas sem previdência privada	62	23,66
	Tenho FUNPRESP	33	12,59
	Já sou aposentado	10	3,82
A Educação Financeira poderia melhorar sua relação com seus gastos	Sim	206	78,63
	Talvez	50	19,08
	Não	6	2,29
Quais formatos de programa de Educação Financeira você prefere	Consultoria individual	148	56,49
	Cursos <i>online</i>	138	52,67
	Materiais didáticos	88	33,59
	<i>Workshops</i> presenciais	73	27,86
	Outros	6	2,29
Você teve dificuldade para entender alguma pergunta deste questionário?	Não	114	43,51
	Sim	11	4,19
	Talvez	1	0,38
	Não responderam	136	51,90

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A Tabela 4, detalhou o perfil dos respondentes da pesquisa referente às perguntas fechadas, com alternativas prontas, em frequência e percentual. Algumas perguntas não trazem a frequência total da amostra (262 respondentes) pois não eram perguntas obrigatórias, e alguns servidores deixaram de responder. Os próximos tópicos apresentam o detalhamento das respostas.

4.2 Perfil Sociodemográfico

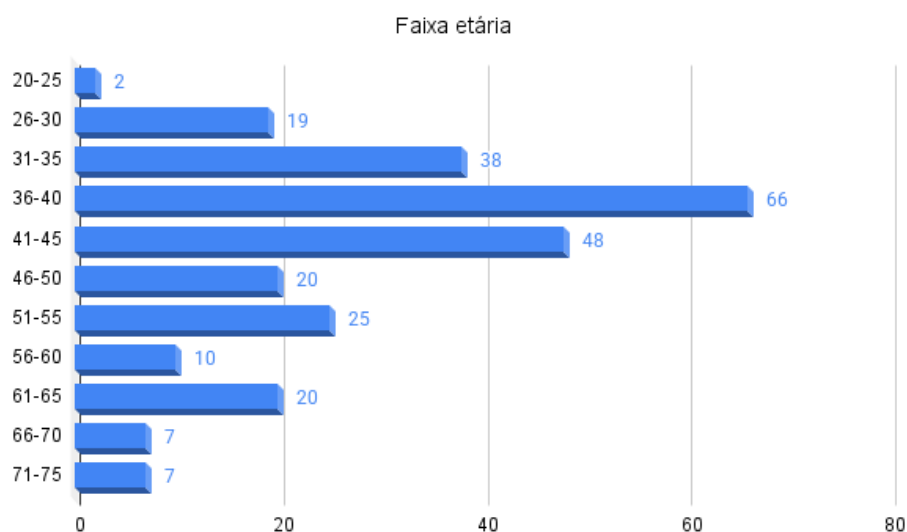
Gráfico 9 - Gênero dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Dos 262 (duzentos e sessenta e dois) questionários válidos, todos concordaram em participar, voluntariamente da pesquisa, e em relação ao gênero, 145 participantes eram do sexo feminino, representando 55,34% da amostra, e 117 eram do sexo masculino, representando 44,65% do total.

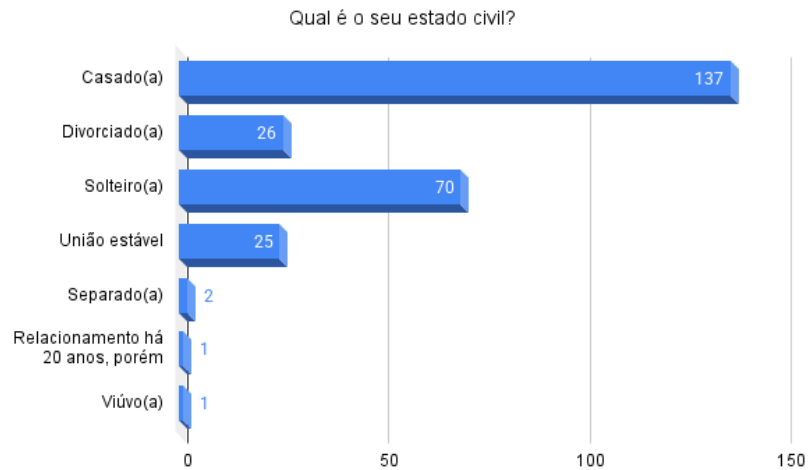
Gráfico 10 - Faixa etária dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Em relação à idade, a faixa etária predominante dos participantes é de 36-40 anos, representando 25,19% (66), e em segundo lugar a faixa etária de 41-45 anos, 18,32% (48), seguidos da faixa etária de 31-35, com 14,50% (38). A faixa etária de idosos, a contar dos 60 anos até 75 anos representa apenas 12,97% (34). Mais adiante foram expostas as dificuldades encontradas para acessar ao público idoso e aposentado.

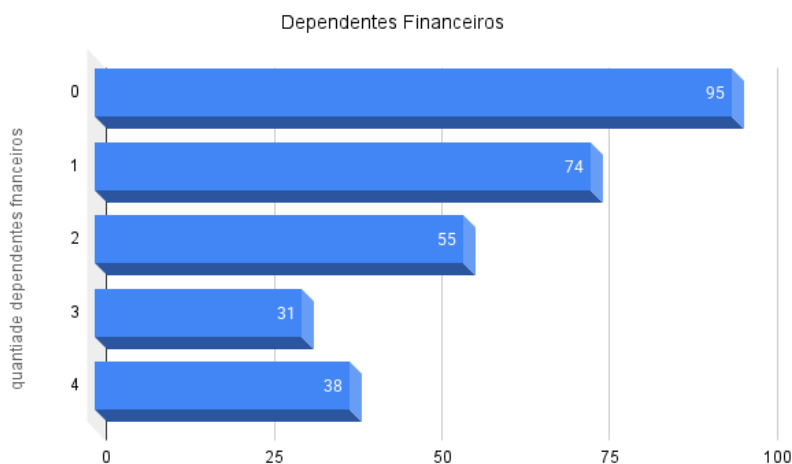
Gráfico 11 - Estado civil dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Quanto ao estado civil, observa-se que mais da metade dos servidores participantes são casados(as), totalizando 52,29% (137), e solteiros representam 26,71% (70). Os demais estados civis, como divorciado, união estável ou viúvos representam, juntos, 20,99% (55).

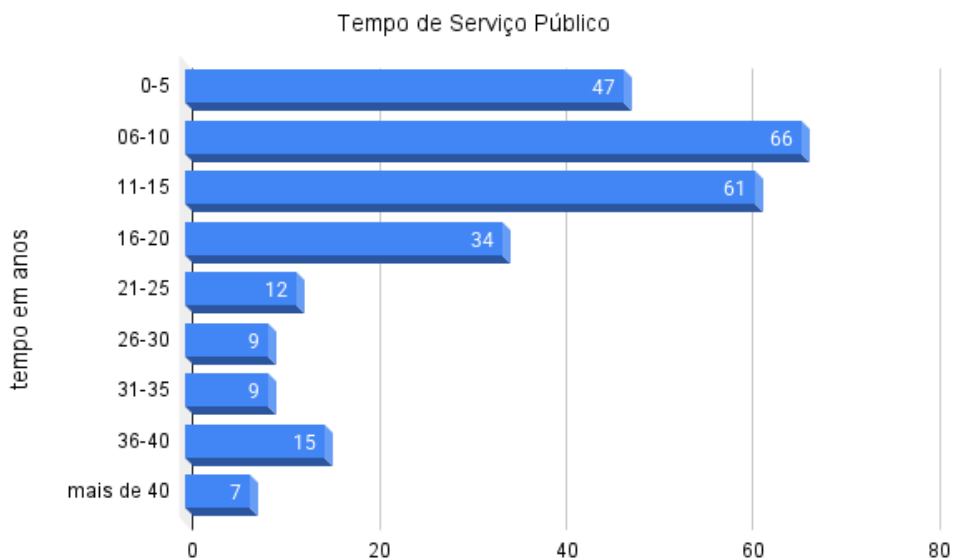
Gráfico 12 - Dependentes financeiros dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Referente à quantidade de dependentes financeiros, a pergunta foi aberta, e foram obtidas as seguintes respostas: nenhum dependente financeiro (95) representando 36,25% da amostra, 1 (um) dependente financeiro (74), 28,24%, 2 (dois) dependentes financeiros (55), 20,99%, e 3 (três) ou mais dependentes financeiros, somados totalizam (69), 26,33%.

Gráfico 13 - Tempo de serviço público dos participantes

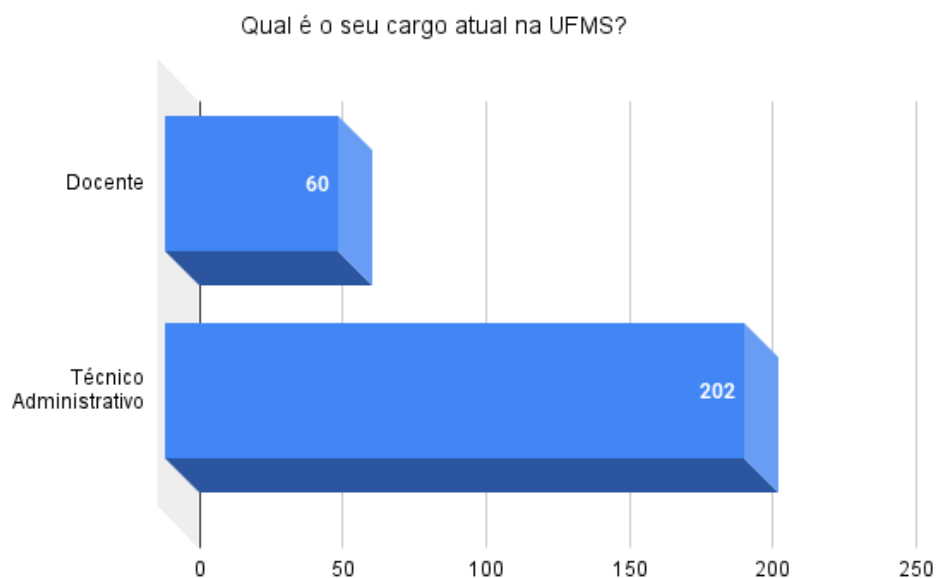


Fonte: dados da pesquisa (2025).

Quanto ao tempo de serviço público, as respostas foram divididas em escalas de 5 anos, e 25,19% (66), sendo a maioria dos respondentes estão trabalhando no serviço público entre 06-10 anos, seguidos de 23,28% (61) que estão entre 11-15 anos no serviço público. Servidores que estão há mais de 20 anos no serviço público representam, somados, 19,84% (52).

Novamente, o número encontrado demonstra a dificuldade em analisar o perfil servidor com mais idade e maior tempo de serviço, considerando a disponibilidade e interesse em responder pesquisas.

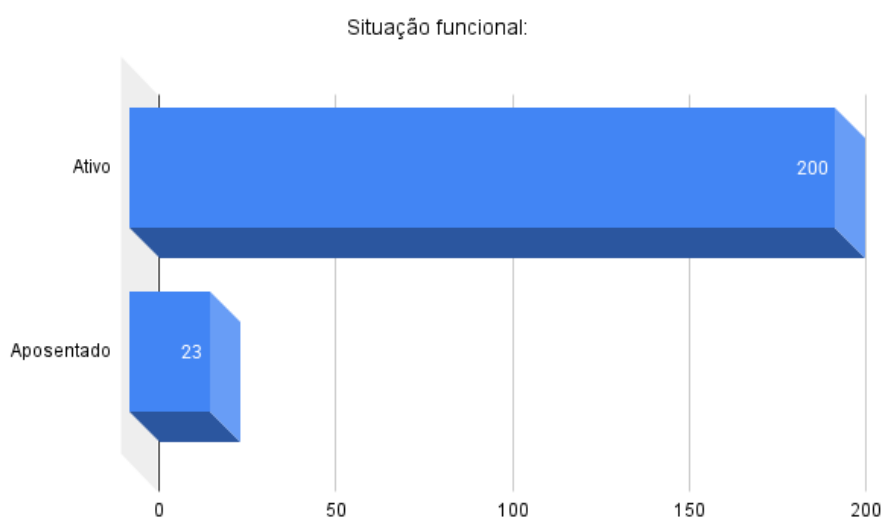
Gráfico 14 - Cargo dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Quanto ao cargo ocupado na UFMS, 22,99% (60) são docentes do magistério superior e 77,09% (202) são Técnicos- Administrativos.

Gráfico 15 - Situação funcional dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2025)

A pergunta seguinte refere-se à situação funcional do participante, se ativo ou aposentado no momento da pesquisa. Nota-se que a resposta obteve retorno de 223

participantes, e não 262 do total da amostra. Das 223 respostas, (200), 89,68% são servidores ativos, e apenas (23), 10,31% aposentados.

É importante destacar que, as duas respostas anteriores, quanto à situação funcional e cargo ocupado tiveram uma diferença alta entre os respondentes, e percebe-se a dificuldade encontrada em incentivar docentes e aposentados a participarem de pesquisas relevantes para suas carreiras.

A Tabela 05 traz o comparativo das respostas entre servidores ativos e aposentados, bem como técnicos administrativos e docentes.

Tabela 5 - Comparativo Cargo X Situação Funcional

	Situação	F. A	F.R%
Docente	Ativo	54	98%
	Aposentado	01	1,81%
Técnico	Ativo	146	86,90%
	Aposentado	22	13,09%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na Tabela 5, é perceptível a diferença no número de participantes ativos e aposentados, tanto no cargo de docente, quanto no cargo de técnico. No entanto, no cargo de técnico a diferença entre ativos e aposentados não é tão elevada, sugerindo que o técnico aposentado é mais acessível que o docente aposentado.

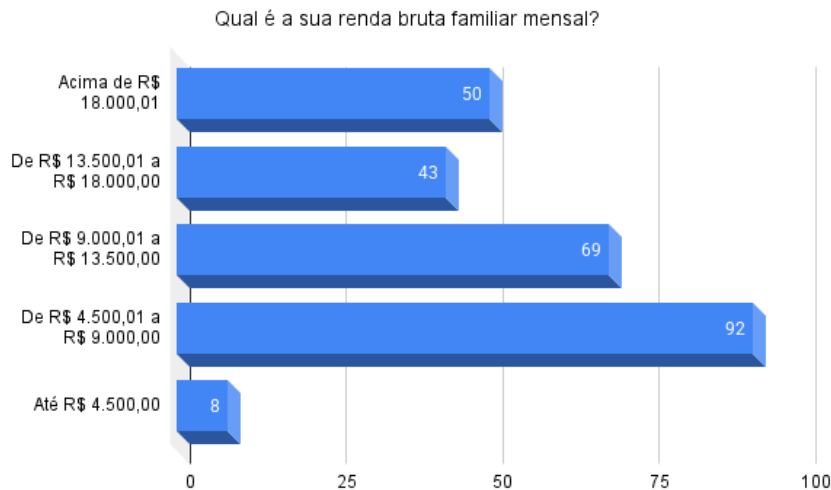
Gráfico 16 - Tipo de moradia dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Quanto ao tipo de moradia do servidor participante, 35,87% (94) possuem imóvel próprio e totalmente quitado, 33,58% (88) possuem imóvel próprio financiado, 20,99% (55) moram em imóvel alugado, e 9,54% (25) moram em imóveis cedidos por parentes, na casa dos pais ou outras condições.

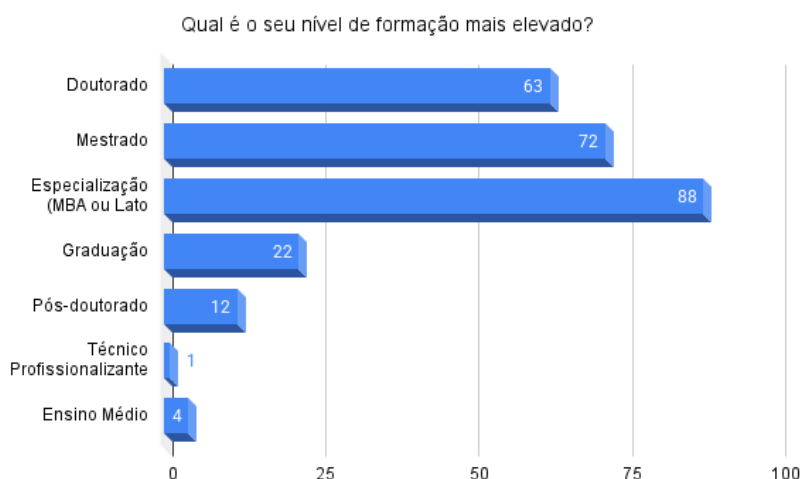
Gráfico 17 - Renda bruta mensal dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Com relação à renda bruta mensal familiar, foram encontradas as seguintes respostas: participantes que possuem até R\$ 4.500,00 de renda bruta mensal familiar foram 3,05% (8), renda de R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00 representando a maioria dos servidores participantes, com 35,11% (92), renda de R\$ 9.000,01 a 13.500,00 em segundo lugar no *ranking*, com 26,33% (69), de R\$ 13.500,01 a R\$ 18.000,00, 16,41% (43), e àqueles que possuem renda acima de R\$ 18.000,00, 19,08% (50).

Gráfico 18 - Grau de formação



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Quando questionados sobre o maior nível de formação do participante, as respostas foram diversificadas, e a maioria dos participantes possuem especialização como seu maior grau de formação, representando 33,58% (88), seguidos por mestres, com 27,48% (72), doutores, 24,04% (63), graduação 8,39% (22), pós doutorado, 4,58% (12), ensino médio e técnico profissionalizando, juntos equivalem a apenas 1,90% (5) da amostra. Nota-se uma boa qualificação dos servidores, justificando os recebimentos apresentados anteriormente.

A Tabela 6, detalha o comparativo entre nível de escolaridade e renda, com o intuito de confirmar se a renda bruta do entrevistado é proporcional ao seu grau de instrução.

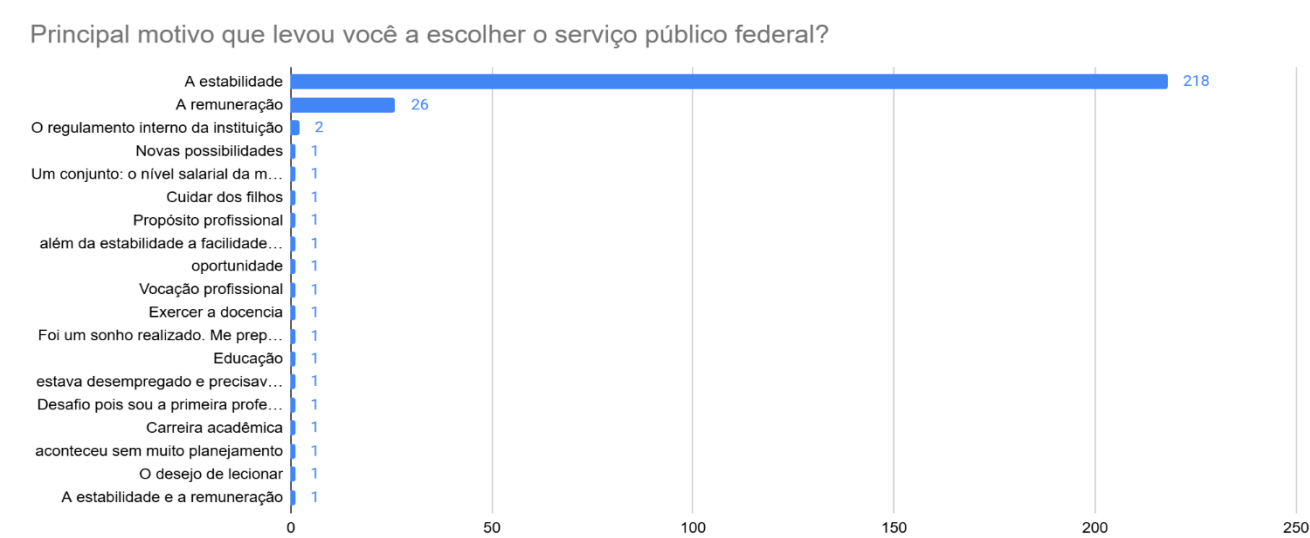
Tabela 6 - Comparativo Renda X Escolaridade

Renda	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós-Doc.
Até R\$ 4.500,00	12,50%	12,50%	62,50%	12,50%	-	-
R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00	2,17%	11,95%	53,26%	21,73%	10,86%	-
R\$ 9.000,01 a R\$ 13.500,00	1,44%	11,59%	33,33%	36,23%	14,49%	2,89%
R\$ 13.500,01 a R\$ 18.000,00	2,32%	4,65%	16,27%	34,88%	30,23%	11,62%
Acima de R\$ 18.000,00	-	-	8%	22%	60%	10%

Fonte: elaborada pela autora conforme dados obtidos na pesquisa (2025)

Conforme a Tabela 6, nota-se que a relação entre renda e escolaridade é proporcional, destacando-se as três últimas faixas de renda, com percepção salarial a partir de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), nas quais a maioria dos servidores possuem, no mínimo, titulação de mestre.

Gráfico 19 - Motivo pelo qual escolheu o serviço público



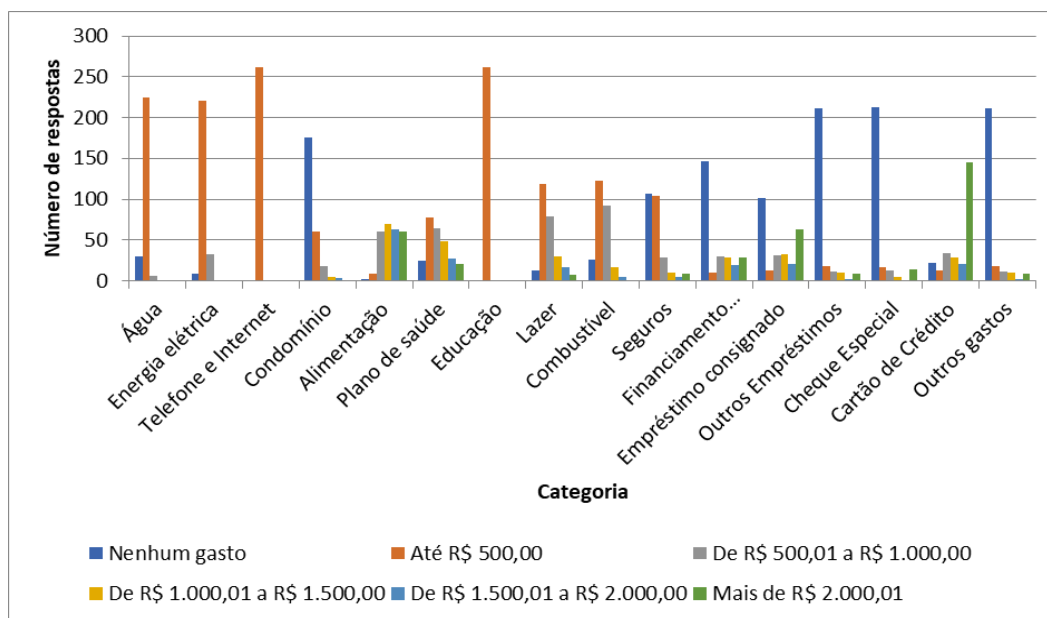
Fonte: dados da pesquisa (2025).

A última pergunta da seção 01, do questionário aborda o motivo que levou o servidor a escolher o serviço público, e a maioria, com 83,2% (218) responderam que a estabilidade foi o fator determinante na decisão, e 9,9% (26), consideraram a remuneração quando escolheram o serviço público. Demais determinantes, juntos, somaram apenas 0,9% (18).

4.2.1 Hábitos de consumo

A seção 02 (dois) do questionário é composta por 03 (três) perguntas com o intuito de entender o perfil do servidor em relação aos seus consumos. Sendo a primeira composta por uma escala de gastos nas seguintes categorias: água, energia elétrica, telefone e internet, condomínio, alimentação, plano de saúde, educação, lazer, combustível, seguros, financiamentos, empréstimo consignado, outros empréstimos, cheque especial, cartão de crédito e outros gastos.

Gráfico 20 - Nível médio de gastos mensal



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Considerando o objetivo principal desta pesquisa, que é analisar o perfil do servidor da UFMS que possuem contratos de empréstimo consignado, a Tabela 07, detalha, exclusivamente, a escala de gastos nas categorias de operações de crédito, incluindo empréstimo consignado.

Tabela 7 - Escala de Gastos com Operações de Crédito

Gasto	Nenhum Gasto	Até R\$ 500,00	R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,01 a R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,01 a R\$ 2.000,01	Mais de R\$ 2.000,01
Financiamento	55,72%	3,81%	11,45%	11,06%	7,25%	10,68 %
Empréstimo Consignado	38,93%	4,96%	11,83%	12,21%	8,015%	24,04 %
Outros Empréstimos	80,91%	6,87%	4,19%	3,81%	-	3,43%
Cheque Especial	81,29%	6,10%	4,96%	1,90%	-	5,34%
Cartão Crédito	8,38%	4,58%	12,97%	10,68%	8,015%	55,3%

Fonte: elaborada pela autora conforme dados da pesquisa (2025).

Analisando a Tabela 7, que traz o comparativo escalonado de gastos dos servidores com as principais operações de créditos, identifica-se que 38,93% (102) afirmar não possuir nenhum gasto mensal com empréstimo consignado, no entanto, a maioria dos participantes possuem algum gasto nesta modalidade de empréstimo, 61,05% (160), e destes, 39,37% (63) possuem gastos mensais superiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com empréstimo consignado. Portanto, apesar da boa qualificação e renda, os servidores tem o hábito de recorrer a contratação de empréstimo consignado.

Ainda considerando a Tabela 7, observa-se que o Cartão de Crédito é a modalidade mais utilizada entre os servidores, e que mais da metade dos entrevistados, 55,3% (145) gastam mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com fatura de cartão de crédito. Mais uma vez, confirma-se os bons rendimentos da categoria, porém, também se destaca a falta de planejamento financeiro por uma parte significativa dos servidores, ao destacar o uso do crédito. Portanto, os servidores não tem o costume de pagar à vista ou no débito.

A Tabela 08, traz relações importantes para a identificação do perfil do servidor com gastos mensais maiores de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com descontos em folha de empréstimos consignados.

Tabela 8 – Perfil dos servidores com gastos mensais superiores a R\$ 2.000,00 em empréstimos consignados

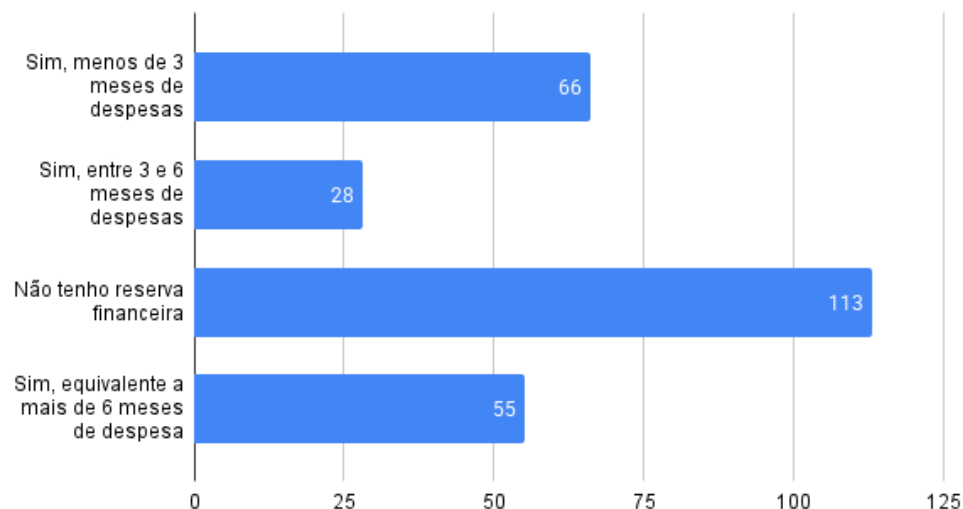
Gênero	%	Estado Civil	%	Cargo	%	Situação Funcional	%	Faixa de Renda (R\$)	%
Masculino	55,55%	Casado	58,73%	Técnico Adm.	61,90%	Ativo	74,60%	Até 4.500,00	1,58
Feminino	44,44%	Solteiro	22,22%	Docente	38,09%	Aposentado	12,69%	4.500,01 – 9.000,00	26,98
		Divorciado	9,52%					9.000,01 – 13.500,00	22,22
		União Estável	7,93%					13.500,01 – 18.000,00	19,04
		Viúvo	1,58%					Acima de 18.000,00	30,15

Fonte: elaborado pela autora conforme dados da pesquisa (2025).

Conforme dados organizados na Tabela 8, é possível iniciar o mapeamento do perfil do servidor da UFMS que utilizam crédito consignado. Algumas variáveis foram utilizadas para fazer comparações com relação aos entrevistados que gastam mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês com empréstimo consignado. Quanto ao gênero, observa-se que a maioria é do sexo masculino, representando 55,55% da amostra, confirmando os estudos de Flores (2012), que identificou a maioria dos endividados sendo do sexo masculino. 58,73% são casados, ocupam o cargo de técnico administrativo, 61,90%, estão em atividade profissional, 74,60%, com renda média acima de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), seguidos de servidores com renda entre R\$ 4.500,01 (quatro mil, quinhentos reais e um centavo) a R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Gráfico 21 - Reserva de emergência

Você possui alguma reserva financeira para emergências?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

A pergunta nº. 13 da seção 03, do questionário busca identificar se o servidor possui alguma reserva de emergência, e caso possua, essa reserva seria equivalente a quantos meses de suas despesas. O Gráfico 21, possibilitou a visualização de forma detalhada, e trouxe um número alarmante: 43,12% (113) dos participantes responderam que não possuem nenhuma reserva de emergência.

Com relação aos servidores que responderam ter reserva de emergência, o percentual daqueles que possuem o valor de menos de 3 (três) meses para suprir suas despesas é de 25,2% (66), possuem mais de 6 meses para suas despesas 21% (55), e àqueles que possuem valores entre 3 a 6 meses de despesas 10,7% (28). De acordo com Sousa e Galvão Junior (2021), a reserva de emergência ideal é aquela capaz de suprir, no mínimo, 6 (seis) meses de despesas do indivíduo.

A Tabela 9 demonstra a relação das variáveis dos participantes em relação à sua reserva de emergência.

Tabela 9 - Perfil dos servidores em relação à reserva de emergência

	Gênero	Faixa Etária	Estado Civil	Cargo	Situação Funcional	Renda	Grau de Instrução
Não Possui	Feminino 53,98%	(41 – 50) 34,51%	Casado 53,98%	Técnico 80,53%	Ativo 71,68%	(4.500,01-9.000,01) 40,70%	Espec. 35,39%
Menos de 03 Meses	Feminino 56,06%	(31-40) 53,03%	Casado 53,03%	Técnico 78,78%	Ativo 71,68%	(9.000,00-13.500,00) 31,81%	Espec. 36,36%
Entre 03 e 06 Meses	Feminino 57,14%	(31-40) 50%	Solteiro 46,42%	Técnico 67,85%	Ativo 82,14%	(4.500,01-9.000,01) 39,28%	Doutorado 39,28%
Mais de 06 meses	Feminino 56,36%	(31-40) 49,09%	Casado 54,54%	Técnico 72,72%	Ativo 85,45%	4.500,01-9.000,01) 30,90%	Mestrado 32,72%

Fonte: elaborada pela autora, conforme dados da pesquisa (2025).

Conforme detalhado na Tabela 9, é possível traçar um perfil para os servidores quanto à reserva de emergência que possuem. Os servidores que não possuem nenhuma reserva de emergência, a maioria é do sexo feminino (53,98%), a faixa etária predominante é de 41 a 50 anos (34,51%), casados (53,98%), técnico administrativos (80,53%), ativos (71,68%), com renda bruta mensal entre R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00, e a maioria com a titulação de especialização ou MBA (35,39%).

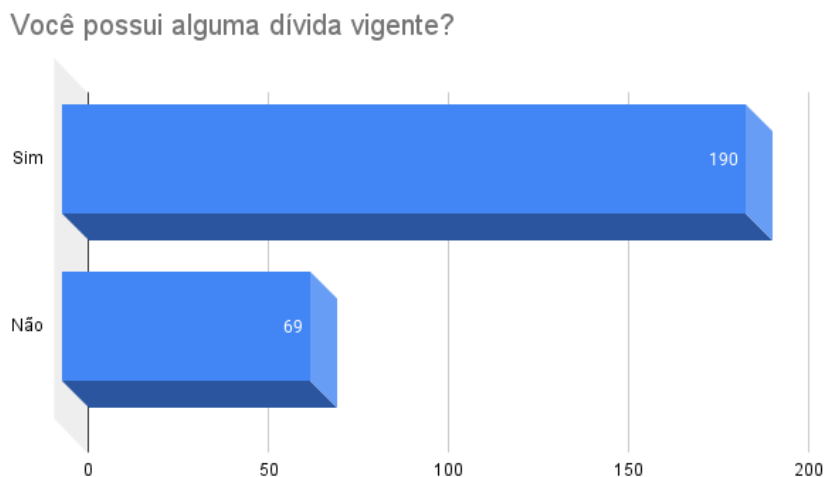
Quanto ao perfil daqueles que responderam possuir algum valor para reserva de emergência, é possível observar que, em todos eles o gênero dominante é o feminino, a faixa etária é dos 31 aos 40 anos, técnico administrativos e ativos.

Apenas três informações divergem entre as faixas de reserva de emergência: àqueles que possuem entre 03 e 06 meses de reserva, a maioria são solteiros, nas demais faixas são casados.

Quanto à faixa de renda bruta mensal, àqueles que possuem menos de 03 meses de reserva, possuem uma faixa de renda entre R\$ 9.000,01 a R\$ 13.500,00, e àqueles que possuem reserva entre 03 e 06 meses, e mais de 06 meses possuem renda mensal bruta entre R\$ R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,01, ou seja, renda inferior daqueles que possuem menos de 03 meses de reserva de emergência. Essa é uma informação de extrema relevância, pois demonstra que o fator renda, isoladamente, não é determinante para construir uma reserva de emergência.

O fator grau de instrução oscila entre as três faixas, pois àqueles que possuem reserva de menos de 03 meses possuem especialização, reserva entre 03 e 06 meses, doutorado, e àqueles que possuem mais de 06 meses de reserva, a maioria possui mestrado.

Gráfico 22 - Dívida Vigente



Fonte: dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 22, traz a representação da pergunta: se o servidor possui alguma dívida vigente? Entende-se por dívida vigente, neste formulário, empréstimos e financiamentos não quitados, saldo de cartão de crédito, cheque especial ou outras obrigações financeiras, que estejam com pagamento em dia ou atrasados.

Conforme observado no gráfico, 73,4% (190) respondeu que possui dívida vigente, e 26,6% (69) não possuem nenhuma dívida vigente. Vale ressaltar que a situação se apresenta preocupante, tendo em vista que a maioria possui dívidas vigentes. Quando comparado com a condição de pouca reserva por parte dos respondentes, a necessidade de atenção torna-se ainda mais evidente.

A Tabela 10, traz informações sobre o impacto das dívidas no orçamento mensal dos servidores.

Tabela 10 - Impacto das dívidas no orçamento mensal do servidor

Dívida	Impacto	F.R %
Cartão de Crédito	nenhum	12,43%
	pouco	11,39%
	moderado	31,60%
	significativo	30,05%
	crítico	14,50%
Cheque Especial	nenhum	70,46%
	pouco	9,32%
	moderado	12,43%
	significativo	5,18%
	crítico	2,59%
Financiamento Imobiliário	nenhum	58,58%
	pouco	11,91%
	moderado	19,17%
	significativo	8,29%
	crítico	1,03%
Financiamento Veicular	nenhum	70,46%
	pouco	11,91%
	moderado	10,88%
	significativo	6,21%
	crítico	-
Empréstimo Pessoal	nenhum	70,46%
	pouco	11,39%
	moderado	7,25%
	significativo	7,25%
	crítico	3,62%
Empréstimo Consignado	nenhum	27,97%
	pouco	8,80%
	moderado	21,76%
	significativo	22,79%
	crítico	18,65%
Crediário	nenhum	80,82%
	pouco	12,95%
	moderado	4,14%
	significativo	-
	crítico	-

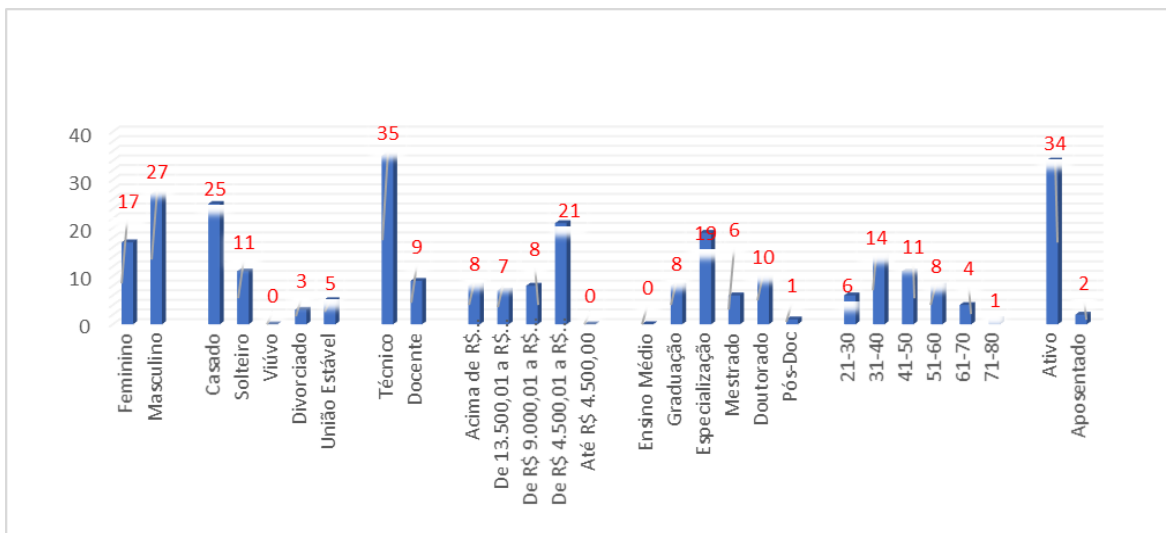
Fonte: elaborado pela autora (2025).

Analisando a Tabela 10, observa-se que a modalidade de crédito em que os servidores mais sentem impacto financeiro é o empréstimo consignado. Nesta pergunta, ao somar os 3 níveis de impacto de maior relevância: moderado, significativo e crítico, obtém-se 63,20% da amostra, e àqueles que responderam sentir impacto crítico em seu orçamento em decorrência de empréstimo consignado representa 18,65%. Portanto, a contratação de empréstimo consignado tem impactado na vida do servidor público.

Apenas a modalidade de cartão de crédito possui impacto crítico próximo ao empréstimo consignado, que é de 14,50%. Pesquisa realizada por Pereira *et al.* (2022), indica que no período da Pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 a

2022, 82,6% dos brasileiros contraíram dívidas com o uso do cartão de crédito, destacando novamente a necessidade de uma reserva de emergência para que situações imprevistas não gerem danos ao orçamento familiar.

Gráfico 23 - Perfil Servidor com Impacto Crítico Empréstimo Consignado



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Analisando o Gráfico 23, com o intuito de identificar o perfil dos servidores que possuem impacto crítico no orçamento mensal em decorrência de empréstimo consignado, é possível observar, pouca diferença em relação ao gênero, 17 servidores são do sexo feminino e 19 masculino. Esse achado encontra respaldo na literatura, tendo em vista que Flores (2012) aponta que os homens possuem tendência a apresentar maior risco ao endividamento, enquanto Berg *et al.* (2010) possui posição contrária, e afirma que mulheres possuem maior risco ao endividamento.

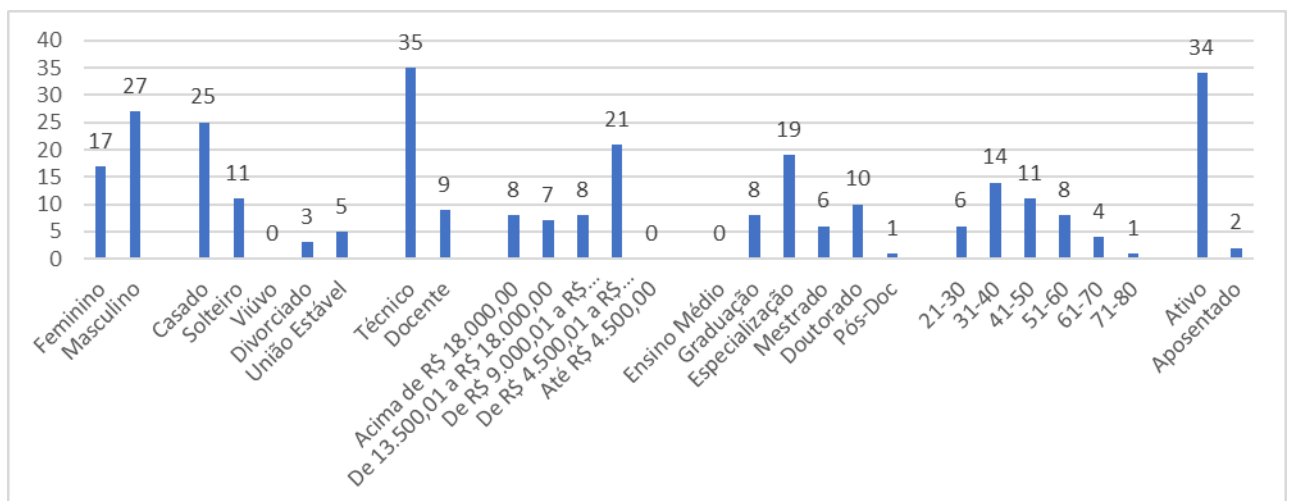
Em relação ao estado civil a diferença é maior, 17 casados, 11 solteiros, 1 viúvo, 5 divorciados e 2 estão em união estável. Em relação ao cargo ocupado, mais uma vez a diferença é alta, sendo 27 técnicos e 9 docentes, sendo 26 ativos e 5 aposentados. Disney e Gathergood (2011) e Flores (2012) apontam que solteiros possuem maior propensão ao endividamento, levando em consideração que possuem menor estabilidade familiar e financeira, dados contrários aos achados no questionário.

Em relação à faixa de remuneração bruta mensal, praticamente houve empate: faixa de renda de R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00 (12), e renda de R\$ 9.000,01

a R\$ 13.500,00 (11). Os achados foram parcialmente confirmados pelos estudos do autor De Lima Cordeiro *et al.* (2023), que aponta o risco do endividamento a menor remuneração.

Quanto à faixa etária, a maioria (13) possui entre 41 a 50 anos, e referente ao grau de instrução, a maioria possui mestrado (17). Gonçalves (2021), acredita que o comportamento de consumo adquirido ao longo da carreira favorece a continuidade do uso da linha de crédito consignado, mesmo nos anos próximos à aposentadoria. De Lima Cordeiro *et al.* (2023), reforça a ideia de que o consumo de crédito consignado tem relação direta com o aumento da idade, uma vez identificada redução do percentual de endividamento considerado saudável entre servidores acima de 50 anos.

Gráfico 24 - Perfil Servidor com Impacto Moderado Empréstimo Consignado



Fonte: dados da pesquisa (2025).

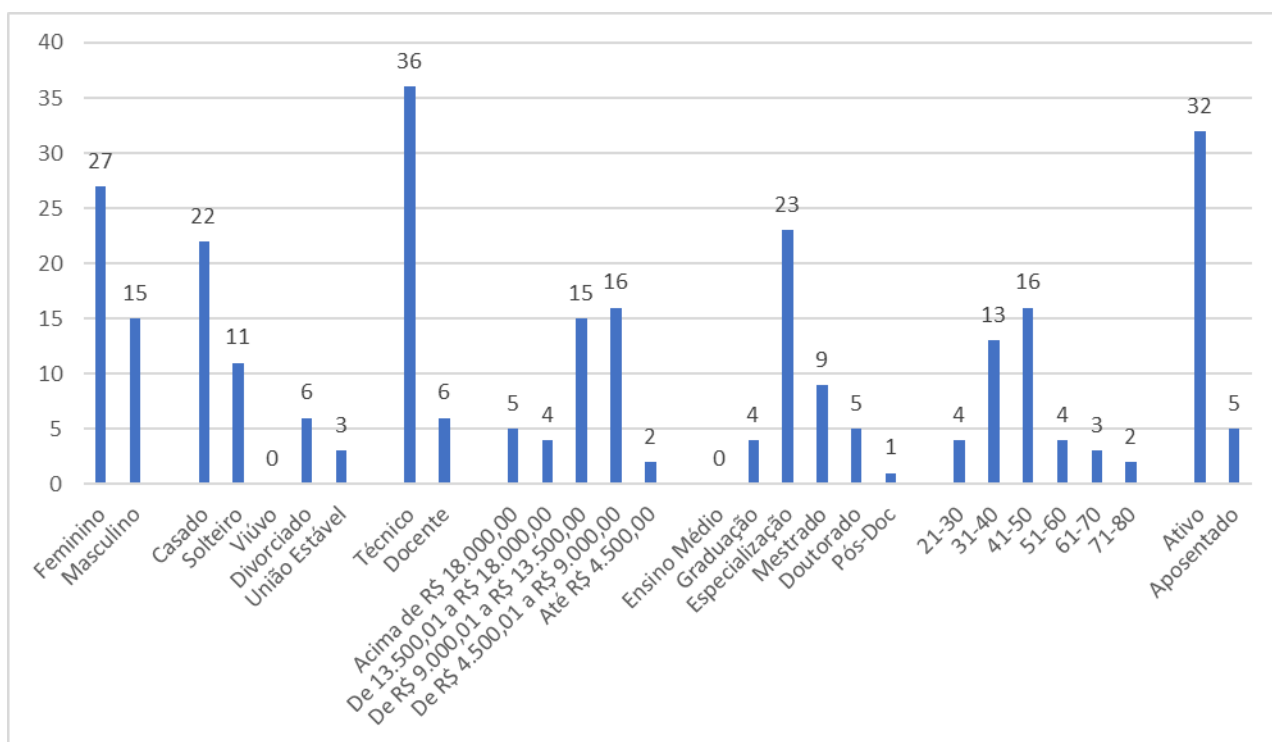
Analisando o Gráfico 24, com o intuito de definir o perfil do servidor que possui impacto moderado no orçamento mensal em decorrência de empréstimo consignado, é possível concluir que em relação ao gênero, neste caso a diferença aumenta em relação àqueles que possuem impacto crítico. Portanto, 27 (vinte e sete) homens e 17 (dezessete) mulheres têm a percepção de impacto moderado no orçamento mensal em relação a empréstimo consignado. Em relação ao estado civil a diferença, também é alta, 22 (vinte e dois) casados, 11 (onze) solteiros, 3 (três) divorciados e 5 (cinco) estão em união estável. Em relação ao cargo ocupado,

novamente a diferença é grande, sendo 35 (trinta e cinco) técnicos e 9 (nove) docentes, sendo 34 (trinta e quatro) ativos e apenas 2 (dois) aposentados.

Em relação à faixa de remuneração bruta mensal, há uma diferença considerável: a faixa de renda de R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00 é a maioria, sendo 21 (vinte e um), e renda de R\$ 9.000,01 a R\$ 13.500,00 8 (oito). Ou seja, neste caso do impacto moderado, observa-se que quanto menor a renda, maior é o impacto percebido pelo servidor.

Quanto à faixa etária, a maioria 14 (quatorze) possui entre 31 a 40 anos, e referente ao grau de instrução, a maioria possui especialização ou MBA (19) (dezenove).

Gráfico 25 - Perfil Servidor com Impacto Significativo Empréstimo Consignado



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Analisando o Gráfico 25, com o intuito de definir o perfil do servidor que possui impacto significativo no orçamento mensal em decorrência de empréstimo consignado, é possível concluir que em relação ao gênero é possível perceber que neste caso, as mulheres são maioria, 27 (vinte e sete) mulheres e 15 (quinze) homens têm a percepção de impacto significativo no orçamento mensal em relação

a empréstimo consignado. Em relação ao estado civil a diferença também é alta, 22 (vinte e dois) casados, 11 (onze) solteiros, 6 (seis) divorciados e 3 (três) estão em união estável. Em relação ao cargo ocupado, novamente a diferença é grande, sendo 36 (trinta e seis) técnicos e 6 (seis) docentes, sendo 32 (trinta e dois) em atividade e 5 (cinco) aposentados.

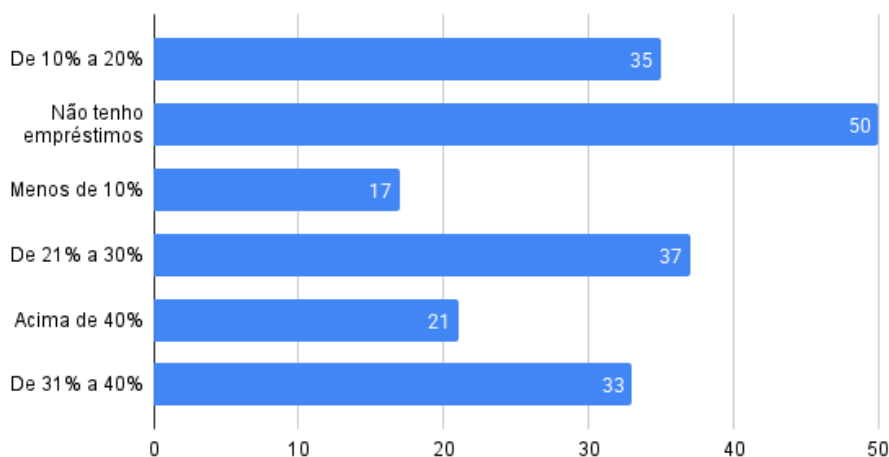
Em relação à faixa de remuneração bruta mensal, praticamente houve empate: a faixa de renda de R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00 (16 dezesseis), e renda de R\$ 9.000,01 a R\$ 13.500,00 (15 quinze).

Quanto à faixa etária, a maioria (16 dezesseis) possui entre 41 a 50 anos, e referente ao grau de instrução, a maioria também possui especialização ou MBA (23 vinte e três).

A próxima pergunta, na seção 03 sobre Endividamento buscou identificar o percentual de comprometimento da renda mensal do servidor com empréstimo consignado.

Gráfico 26 - Percentual de comprometimento da renda com consignado

Qual percentual da sua renda mensal está comprometido com empréstimos consignados?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Analisando o Gráfico 26, observa-se que os respondentes que estão com comprometimento de renda mensal superior a 21% correspondem a 91 (noventa e um) servidores, representando 46,90% da amostra.

Tabela 11 - Perfil do servidor X comprometimento de renda com empréstimo consignado

Comprometimento	Gênero	Faixa Etária	Estado Civil	Cargo	Situação Funcional	Renda	Grau de Instrução
De 21% a 30%	Masculino 51,35%	(41 – 50) 32,43 %	Casado 62,16 %	Técnico 72,97 %	Ativo 89,18%	(4.500,01-9.000,01) 40,54%	Espec. 35,13%
De 31% a 40%	Feminino 51,51%	(31-40) 33,33 %	Casado 54,54 %	Técnico 81,81 %	Ativo 72,72%	(4.500,01-9.000,01) 42,52	Espec. E Mestrado 33,33%
Acima de 40%	Masculino 61,90%	(41-50) 28,57 %	Casado 42,85 %	Técnico 67,85 %	Ativo 76,19%	(4.500,01-9.000,01) 38,09%	Espec. E Mestrado 23,80%

Fonte: elaborada pela autora, conforme dados obtidos na pesquisa (2025).

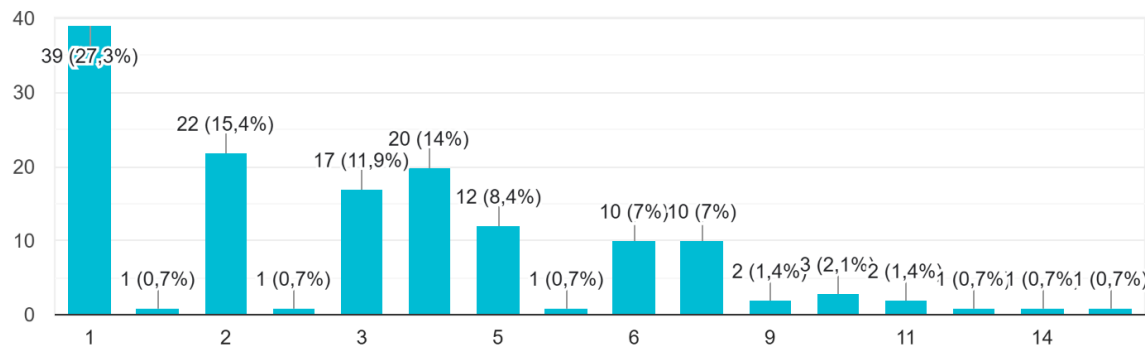
Na Tabela 11, é possível perceber que dentre as 03 faixas de comprometimento de renda, a maioria dos servidores são casados, estão em atividade e a renda bruta mensal familiar está na faixa de R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00, e que houve empate nas duas últimas faixas de comprometimento quanto ao grau de instrução, sendo que a maioria possui especialização ou mestrado.

Na primeira faixa de comprometimento, a maioria dos servidores possuem especialização, ou seja, se a análise for exclusivamente sobre faixa de endividamento e grau de instrução, não se pode afirmar que quanto maior o endividamento, menor seria o grau de instrução. No entanto, em nenhuma das 03 maiores faixas de comprometimento identifica-se como maioria àqueles que possuem doutorado ou pós-doutorado.

Quanto ao cargo ocupado, a maioria, nas 03 faixas de comprometimento são Técnicos, e apenas na faixa de comprometimento de 31% a 40% a maioria é do sexo feminino. Em relação à faixa etária, na primeira e terceira faixa, a faixa etária é entre 41 e 50 anos, e na segunda faixa é de 31 a 40 anos.

Gráfico 27 - Quantidade de contratos ativo

Quantos contratos de empréstimos consignados você possui atualmente?
143 respostas



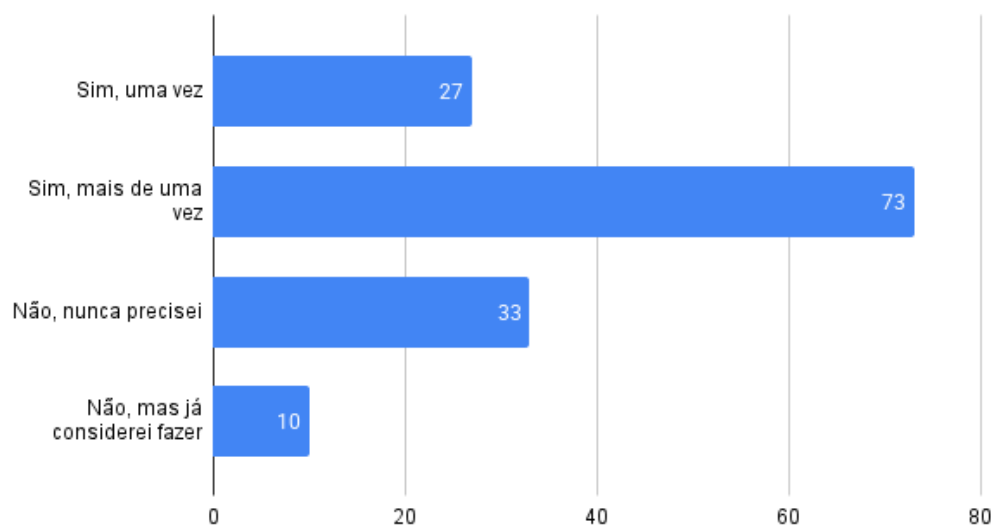
Fonte: dados da pesquisa (2025).

Considerando o Gráfico 27, é possível concluir que a maioria dos respondentes do questionário, 27,3% (39), possuem apenas 01 contrato de consignado ativo. Pode-se inferir que o baixo número de contratos ativos cause espanto em um primeiro momento, no entanto, alguns fatores devem ser observados, tais como o fator de refinanciamento de contratos, ou até mesmo compra de contratos de uma financeira para outra, que pode fazer a junção de vários contratos em apenas um, somando o valor das parcelas e liberando um valor a mais ao servidor, denominado “troco” por algumas consignatárias.

A análise dos dados da próxima questão do questionário pode ajudar na compreensão da análise do gráfico anterior.

Gráfico 28 - Refinanciamento de Consignado

Você já renegociou ou refinanciou um empréstimo consignado?

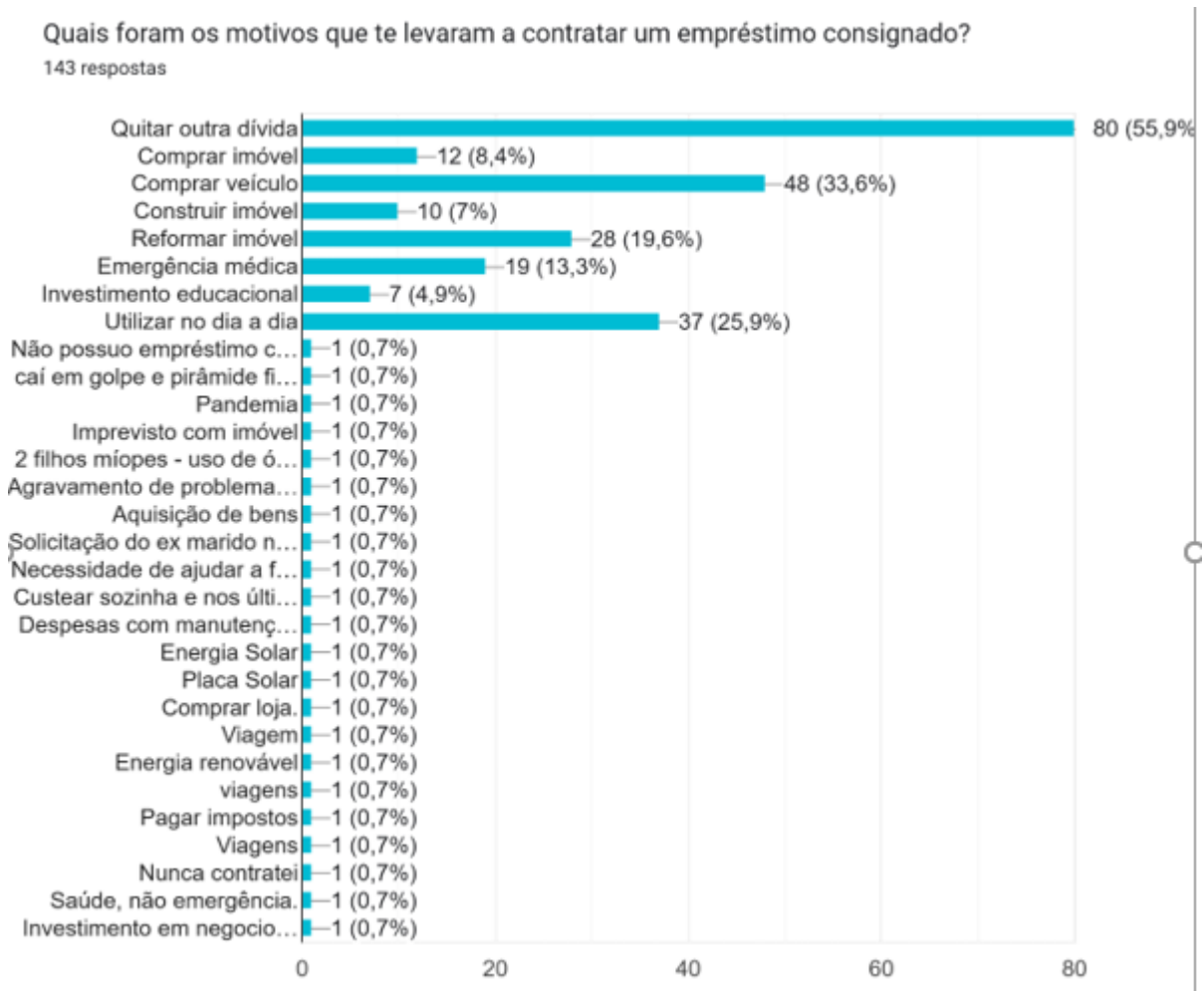


Fonte: dados da pesquisa (2025).

Observando o Gráfico 28, é possível concluir que a maioria absoluta dos servidores já fez renegociação de consignado, mais de uma vez, 51,04% (73), e 18,88% (27) fez renegociação, apenas uma vez.

Com relação aos motivos que levaram os servidores a contratarem o empréstimo consignado, mais uma vez temos uma maioria absoluta, conforme podemos observar no Gráfico 29:

Gráfico 29 - Motivos da Contratação de Consignado



Fonte: dados da pesquisa (2025).

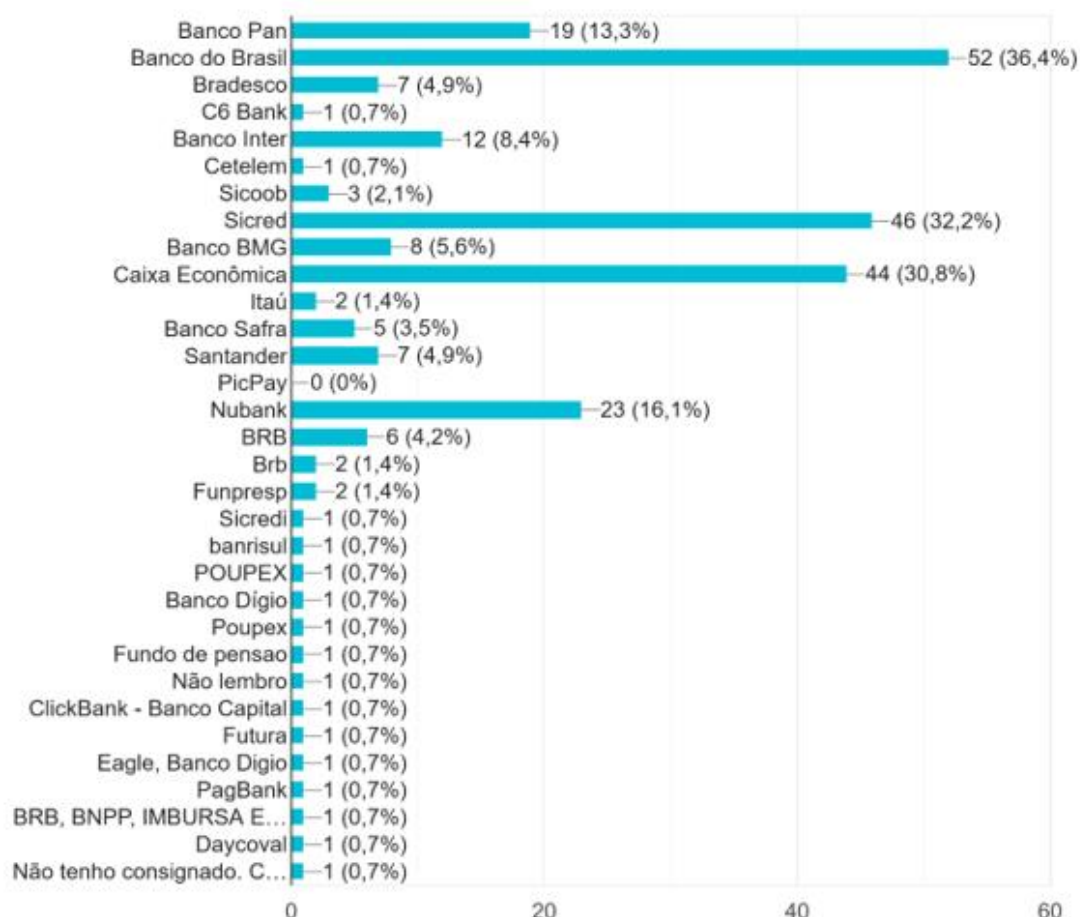
Conforme observa-se no Gráfico 29, 55,9% (80) dos servidores afirmam que contrataram empréstimo consignado com o objetivo de quitar outra dívida. Em segundo lugar, o empréstimo foi utilizado para comprar veículo, 33,6% (48), e em terceiro lugar, o valor adquirido em empréstimo consignado foi utilizado no dia a dia, 25,9% (37).

Os resultados obtidos confirmam os estudos de Nunis (2024); Viana (2020); Felipe (2023) e Da Costa Marinoni (2022), sobre a principal motivação para aquisição de um consignado: a quitação de dívidas anteriormente adquiridas.

O quadro 3 trouxe os fatores (des)motivadores para aquisição de consignado segundo a literatura, e foram confirmados nos resultados obtidos.

O Gráfico 30, apresenta os bancos consignatários utilizados pelos servidores com mais contratos ativos de consignado.

Gráfico 30 - Consignatárias



Fonte: dados da pesquisa (2025).

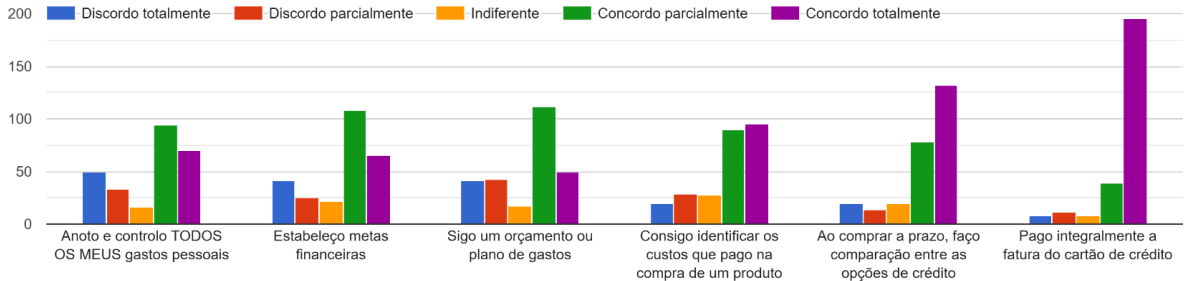
Observa-se, analisando o Gráfico 30, que a maioria dos servidores da UFMS que responderam ao questionário possuem contratos com o Banco do Brasil, 36,4% (52), Sicredi 32,2% (46), e Caixa Econômica Federal 30,8% (44).

Os números confirmam os dados inicialmente analisados dos relatórios da folha de pagamento dos servidores desta instituição de ensino, que indicou as três maiores consignatárias em folha no mês de maio de 2024.

A questão seguinte do formulário buscou compreender a forma que o servidor organiza suas despesas e qual o nível de controle que possui em relação aos seus gastos e finanças.

Gráfico 31 - Comportamento Financeiro

Avalie as seguintes afirmações sobre seu comportamento financeiro



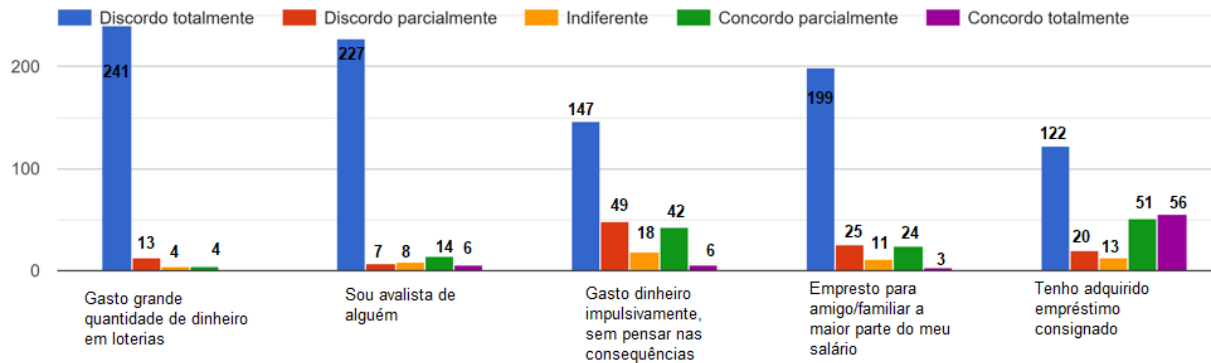
Fonte: dados da Pesquisa (2025).

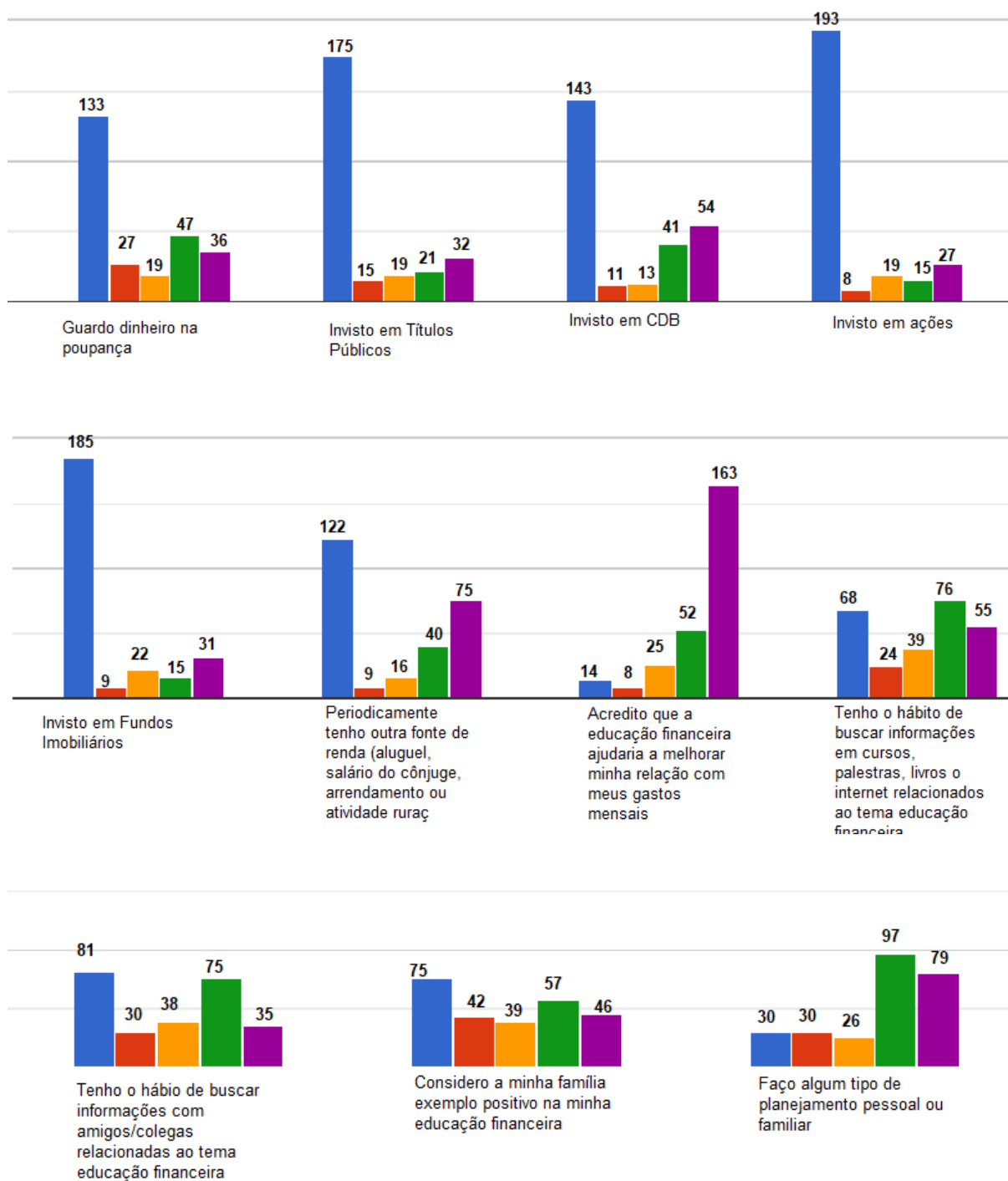
Analisando o Gráfico 31, observa-se que em relação a anotar e controlar todos os gastos pessoais, a maioria dos servidores 35,87% (94) concorda parcialmente com a afirmação.

Apenas duas afirmações tiveram a maioria respondendo que concordam totalmente, que foram: “Ao comprar a prazo, faço comparação entre as opções de crédito”, 50,38% (132), e “Pago integralmente a fatura do cartão de crédito”, 74,42% (194).

O Gráfico 27, aponta o nível de concordância dos servidores em relação a determinadas afirmações quanto a investimentos e riscos financeiros.

Gráfico 32 - Investimentos e Riscos Financeiros





Fonte: dados da pesquisa (2025).

Tomando por base o Gráfico 32, ilustra a forma de avaliação utilizada pelo servidor em relação aos investimentos e riscos financeiros, conclui-se que a maioria dos servidores discordam totalmente sobre gastarem grande quantidade de dinheiro em loterias (91,98%), e também não costumam guardar dinheiro na poupança, pois

(50,76%) discordam totalmente da afirmação, apenas (13,74%) concordam totalmente com a afirmação, e guardam dinheiro na poupança.

Também, verifica-se que a maioria não realiza outros tipos de investimentos financeiros: (66,79%) discordam totalmente que investem em títulos públicos; (54,58%) discordam totalmente que investem em CDB – Certificado de Depósito Bancário, (73,66%) discordam totalmente sobre investir em ações; (70,61%) discordam totalmente sobre investir em fundos imobiliários.

Considera-se que a maioria dos servidores respondentes da pesquisa não possuem o hábito de investir, e também (62,21%) acreditam que o conhecimento em Educação Financeira ajudaria a melhorar sua relação com as despesas mensais, e consequentemente com o seu relacionamento com o dinheiro.

Referente ao planejamento de gastos pessoais ou familiar, (37,02%) concordam parcialmente que realizam algum tipo de planejamento, e (30,15%) concordam totalmente com a afirmação de realizar algum tipo de planejamento financeiro.

Gráfico 33 - Prioridade Financeira

Se você tivesse um valor extra disponível, qual seria sua prioridade financeira?

262 respostas



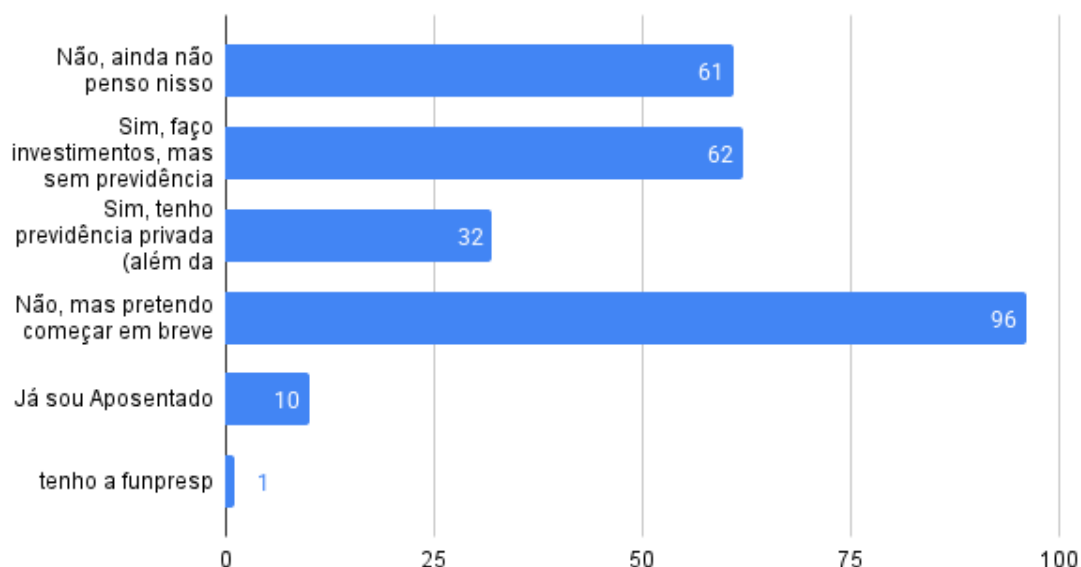
Fonte: dados da pesquisa (2025)

De acordo com a ilustração do Gráfico 33, observa-se praticamente a metade dos servidores responderam (49,6%), quando questionados sobre o que fariam caso recebessem um valor extra, responderam “quitariam dívidas”; em segundo lugar (29,4%) disseram “investiriam esse dinheiro extra em aplicações financeiras”; e em

terceiro lugar (15,3%) adquiriam um bem de alto valor, como uma casa, ou carro, por exemplo.

Gráfico 34 - Planejamento financeiro para aposentadoria

Você costuma planejar sua aposentadoria financeiramente?



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Com relação ao planejamento futuro com a aposentadoria, grande parte dos participantes (36,64%) disseram que ainda não começaram a planejar sua aposentadoria, mas pretendem começar em breve, e (23,28%), ainda não começaram a pensar nesse assunto; (23,66%) já começaram o planejamento para aposentadoria e estão realizando investimentos, mas não possuem previdência complementar; (3,86%) já são aposentados.

Os resultados encontrados reafirmam a importância do planejamento financeiro e previdenciário como parte fundamental da preparação para aposentadoria. Lusardi e Mitchell (2014) afirmam que o conhecimento financeiro abrange, entre outros quesitos, a necessidade da preparação para aposentadoria.

De Lima Cordeiro *et al.* (2023), destaca que muitos servidores adiam o planejamento da aposentadoria devido ao acúmulo de dívidas, evidenciando, novamente a necessidade urgente de propor estratégias preventivas de organização financeira a longo prazo.

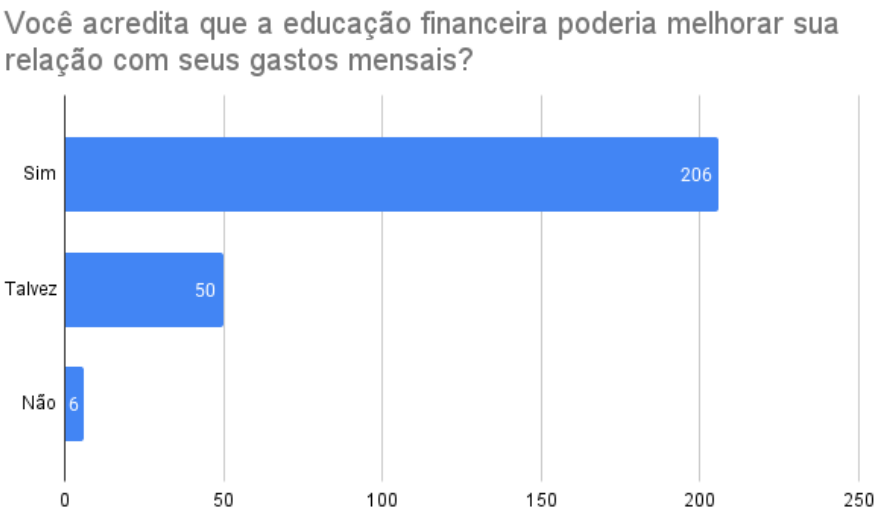
Gráfico 35 – Relação com Dinheiro



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Quando questionados sobre a relação com o dinheiro, a maioria (39,31%) respondeu que planejam, mas às vezes fazem compras impulsivas; (26,33%) possuem total controle sobre seus gastos; (22,90%) não planejam muito, mas conseguem pagar suas contas.

Gráfico 36 - Educação Financeira



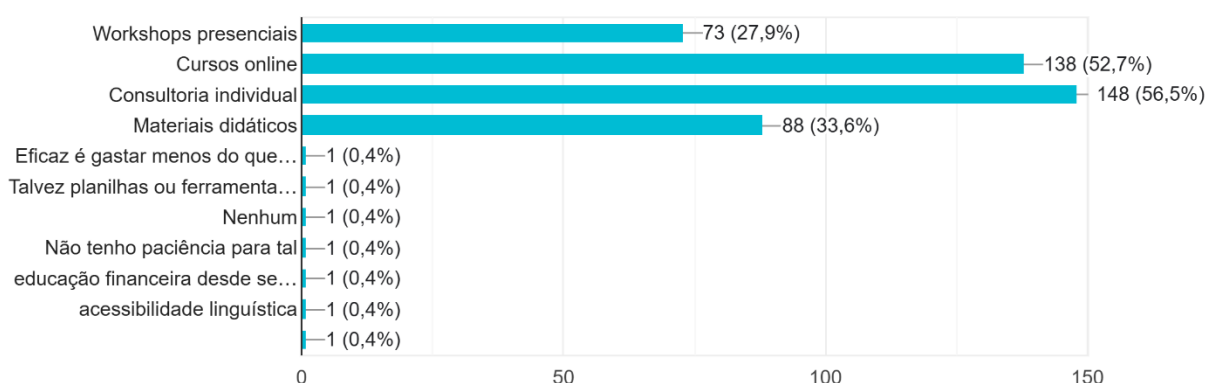
Fonte: dados da pesquisa (2025).

Referente à Educação Financeira, a maioria, (78,62%) acreditam na melhoria da sua relação com os gastos mensais com a aquisição de conhecimentos financeiros; (19,08%) são indiferentes ao conhecimento, e talvez melhore sua relação com os gastos mensais em decorrência da educação financeira; e apenas (2,29%) não acreditam que a Educação Financeira traga melhorias em sua relação com os gastos mensais.

Gráfico 37 - Modalidades de Programas de Educação Financeira

Quais formatos de programa de educação financeira você considera mais eficazes?

262 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Com relação à modalidade de capacitação financeira de preferência, o Gráfico 32, trouxe os seguintes resultados: 56,5% gostariam de receber uma consultoria individual; 52,7% preferem cursos *online*; e 27,9% gostariam adquirir conhecimentos por meio de *workshops* presenciais; 33,6% consideram a distribuição de materiais didáticos suficiente para obtenção de conhecimentos financeiros.

Tabela 12 - Modalidades de Programas Educação Financeira X Perfil do Servidor

Formato Educação Financeira	Faixa Etária	Cargo	Situação	Tempo de UFMS
<i>Workshop</i> Presencial	Acima de 60 (46,66%)	Técnico (80,00%)	Ativo (66,66%)	Mais de 30 anos (40,00%)
Cursos <i>Online</i>	41-50 (32,50%)	Técnico (75,00%)	Ativo (85,00%)	11-20 (42,50%)
Consultoria Individual	41-50 (33,89%)	Técnico (81,35%)	Ativo (74,57%)	11-20 (40,67%)
Materiais Didáticos	41-50 (32,50%)	Técnico (75,00%)	Ativo (85,00%)	11-20 (42,50%)

Fonte: elaborada pela autora conforme dados obtidos em pesquisa (2025).

De acordo com a Tabela 12, considerando o perfil dos servidores, pode-se concluir que, a modalidade presencial de *workshop* é preferência entre àqueles da faixa etária acima de 60 anos, com mais de 30 anos de serviço público. Em todas as modalidades escolhidas, a maioria dos respondentes do questionário é composta por técnicos administrativos, ainda em atividade.

A parcela de servidores com preferência por cursos *online* está inserida na faixa etária entre 41-50 anos e estão no serviço público entre 11-20. Os servidores com preferência em consultoria individual possuem entre 41-50 anos e entre 11-20 anos de serviço público.

Os servidores que preferem materiais didáticos, possuem a mesma faixa etária e mesmo tempo de serviço público federal daqueles com preferência por cursos *online*. Ou seja, possivelmente a combinação de curso *online* e material didático seria o formato mais apropriado para este público de servidores: faixa etária entre 41-50 anos.

O quadro 7 traz a relação entre as hipóteses sugeridas e suas confirmações ou não confirmações, considerando as respostas obtidas no questionário aplicado. Vale destacar que, não foi possível confirmar a H2, pois, conforme mencionado nas limitações da pesquisa, houve grande dificuldade de localizar servidores idosos e aposentados para responderem ao questionário, ainda que de forma presencial.

Tabela 13 - Perfil dos Servidores com alta incidência de consignado

Aspecto	Dados institucionais	Dados do questionário	Conclusão
Faixa etária predominante	41 a 50 anos	41 a 50 anos	Confirmado
Segunda faixa mais frequente	31 a 40 anos	31 a 40 anos	Confirmado
Faixas etárias menos representativas	21 a 30 anos e acima de 50 anos	21 a 30 anos e acima de 50 anos	Alinhadas
Renda bruta familiar	Entre R\$4.500,01 a R\$ 9.000,00	Entre R\$4.500,01 a R\$ 9.000,00	Confirmado
Escolaridade predominante	Ensino superior completo	Ensino superior completo (com elevada proporção de pós-graduação)	Confirmado e reforçado
Fontes de informação	Sistema de Gestão de Pessoas da UFMS	Questionário aplicado aos servidores da UFMS	—

Fonte: elaborada pela autora conforme dados obtidos em pesquisa (2025).

A tabela 13, traz o perfil encontrado dos servidores da UFMS, com relação ao consumo de crédito consignado, comparando os dados obtidos por meio de coleta documental, e também pelo questionário aplicado.

Nota-se que os dados obtidos por meio do questionário aplicado reforçaram a coleta documental do Sistema de Gestão de Pessoas da UFMS, confirmando que maioria dos servidores, os quais utilizam o crédito consignado são técnicos administrativos, em atividade, e com faixa de renda bruta familiar mensal entre R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00. Esse mesmo perfil é observado quando analisamos àqueles com comprometimento de renda mensal superior a 40% com empréstimos consignados.

Além disso, verificou-se coerência entre as informações coletadas no questionário e os dados institucionais extraídos do SGP da Universidade. Ambos os conjuntos de dados apontam que a maior concentração de servidores com crédito consignado encontra-se na faixa etária entre 41 a 50 anos, seguida pela faixa de 31 a 40 anos.

Quanto à escolaridade, observou-se na coleta documental a predominância de servidores com ensino superior completo, com uma parcela expressiva de servidores pós-graduados, o que reforça o alto nível de qualificação da comunidade universitária e a consistência entre as fontes analisadas. As informações encontradas foram confirmadas na análise dos dados do questionário.

4.3 Síntese das Hipóteses

Nesta seção, serão apresentados os resultados das hipóteses considerando as respostas do questionário aplicado.

Quadro 7 - Análises das Hipóteses

Hipótese	Descrição	Resultado da Pesquisa	Conclusão
H1	Servidores com menor remuneração apresentam maior incidência na contratação de crédito consignado.	Observou-se que servidores com rendas familiares entre R\$ 4.500,01 e R\$ 9.000,00 concentram a maior proporção de contratos ativos. Embora o grupo de menor renda absoluta tenha sido menos representativo, proporcionalmente apresentou maior comprometimento da renda.	Parcialmente confirmada – A renda influencia o nível de endividamento, mas o crédito consignado também é amplamente utilizado por faixas intermediárias de renda.
H2	Quanto maior a idade, maior o consumo do crédito consignado.	A faixa etária predominante entre os contratantes que responderam ao questionário está entre 41 e 50 anos, seguida de 31 a 40. Não foi possível confirmar essa hipótese em virtude da dificuldade de entrevistar servidores mais idosos e aposentados, o que pode ter reduzido a representatividade dessa faixa.	Não foi possível confirmar - Tendo em vista as limitações da pesquisa, considerando a dificuldade em acesso aos servidores idosos e aposentados que respondessem ao formulário.
H3	A falta de conhecimento em educação financeira influencia positivamente a contratação de crédito consignado.	A maioria dos respondentes reconhece ter pouco ou nenhum conhecimento sobre finanças pessoais e gestão de orçamento, confirmando correlação entre baixa educação financeira e maior uso do consignado.	Confirmada.

H4	A contratação do crédito consignado ocorre, em sua maioria, para quitação de dívidas anteriores.	59% dos participantes declararam ter recorrido ao crédito consignado para quitar dívidas anteriores, reforçando o ciclo de endividamento.	Confirmada.
----	--	---	--------------------

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Destaca-se, que a relação entre idade e comprometimento de renda não foi confirmada de forma integral, em decorrência da dificuldade de acesso a servidores mais idosos e aposentados durante a aplicação dos questionários. Essa limitação pode ter influenciado a representatividade dessa faixa etária, e reduziu a precisão da análise sobre o comportamento financeiro dos servidores inativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar o perfil dos servidores públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na utilização do crédito consignado, compreender as causas que levam à contratação dessa modalidade e avaliar os riscos de endividamento associados. A análise dos resultados obtidos permitiu constatar que o endividamento entre os servidores é uma realidade significativa, com tendência de crescimento, tanto em número de contratos quanto em valores absolutos de consignações em folha.

Flores (2012) mencionado no Quadro 1, e Souza (2015) afirmam que quanto maior a escolaridade, menor o endividamento. A pesquisa realizada com os servidores da UFMS não confirma os achados dos autores acima, pois identificou que a maior parte dos servidores com alto comprometimento de renda são pós-graduados.

Considerando o aos motivos que levam o servidor a contratar o empréstimo consignado, percebe-se que a maior parte das contratações foram realizadas para quitar dívidas já existentes, podendo criar um ciclo de endividamento recorrente. Mais da metade dos que responderam a pesquisa já renegociou seus contratos de consignado ao menos uma vez, e grande parte da amostra não possui nenhum valor guardado para reserva de emergência, demonstrando a fragilidade financeira do grupo estudado. Os achados são coerentes com a afirmação de Nunis (2024), ao destacar que longos prazos de parcelas de consignados tendem a resultar em endividamento futuro, pois imprevistos financeiros podem acontecer antes da quitação do contrato, fazendo com que o servidor já endividado recorra novamente ao crédito.

Outro ponto importante observado com a análise dos dados foi o baixo nível de investimento que os servidores possuem, e a carência de um planejamento financeiro pessoal e familiar a longo prazo, inclusive em relação à aposentadoria.

Quanto à educação financeira, a maior parte reconhece a importância desta temática e acredita que ela poderia contribuir para uma melhor gestão dos gastos pessoais, sendo que a consultoria individual e os cursos *online* foram os formatos mais desejados para futuras capacitações.

Esses resultados confirmam parcialmente as hipóteses formuladas na pesquisa: verificou-se que o nível de escolaridade não é, isoladamente, um fator

protetor contra o endividamento; que o comprometimento de renda é elevado entre os servidores ativos; e que há desconhecimento sobre práticas de controle financeiro e investimentos, o que potencializa a vulnerabilidade diante das modalidades de crédito facilitadas.

O estudo reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas à educação financeira permanente, que orientem os servidores quanto ao uso consciente do crédito e à real necessidade da formação de reservas financeiras.

Em conformidade com os resultados encontrados na pesquisa, foi elaborado Relatório Técnico, um Produto Técnico apresentando o Perfil do Servidor na UFMS na utilização de empréstimo consignado, e o nível de conhecimento financeiro destes servidores. O Relatório Técnico servirá de base para a Gestão de Pessoas da UFMS propor a criação de programas de capacitação financeira, com maior direcionamento, tendo em vista a entrega do mapeamento do perfil dos servidores com menores conhecimentos financeiros e alto comprometimento de renda em decorrência de consignados.

Diante dos resultados apresentados no Relatório Técnico, recomenda-se que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) por meio da PROGEP, avalie a inclusão de cursos de Educação Financeira entre as formações obrigatórias previstas no Programa de Gestão e Desempenho (PGD), tendo em vista que atualmente, a participação no programa exige a conclusão de determinados cursos institucionais. No entanto, não contempla a temática financeira, que é essencial para o equilíbrio e bem-estar do servidor.

Sugere-se que cursos de Educação Financeira sejam ofertados, também como opção de capacitação para compensação de horas de recesso de final de ano, permitindo que os servidores adquiram conhecimento útil à vida pessoal e profissional enquanto cumprem as exigências estabelecidas para compensação do período de recesso de final de ano.

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), oferece diversos cursos gratuitos e de curta duração voltados ao tema proposto, tais como: Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais, Planejamento Financeiro Familiar e Finanças Pessoais e Investimentos para Servidores Públicos.

Além das ações acima mencionadas, e ainda considerando os resultados obtidos nesta pesquisa, recomenda-se que a PROGEP inclua um módulo específico sobre Educação Financeira e Planejamento, exclusivo para servidores prestes a se

aposentarem, no Curso de Preparação para Aposentadoria, realizado anualmente. Esse módulo poderia abranger temas como gestão de orçamento familiar, planejamento financeiro para aposentadoria, reorganização da renda após o desligamento, prevenção ao superendividamento e alternativas seguras de investimento, orientando o servidor a realizar uma transição mais estável e consciente para a nova fase da vida.

A ENAP possui um curso *online* denominado “Preparação para Aposentadoria – Caminho”, que trata das regras vigentes de aposentadoria, além de ensinar a realizar um planejamento financeiro para a aposentadoria. O curso mencionado, poderia ser inicialmente enviado pela Secretaria de Aposentadoria e Pensão (SEAP) aos servidores que estejam próximos de completar os requisitos para aposentadoria.

Tais medidas poderiam minimizar o endividamento entre os aposentados, fortalecer o vínculo institucional e promover o bem-estar financeiro e pessoal do servidor em inatividade, que muitas vezes se sente excluído da comunidade universitária.

Adicionalmente, recomenda-se que a UFMS proponha a criação de um programa de consultoria individual em educação financeira, que foi um dos modelos de educação financeira mais requisitados pelos servidores, e que seja voltado a toda comunidade universitária, servidores e estudantes, que desejam orientação personalizada sobre orçamento, endividamento e investimentos. Essa consultoria poderia ser conduzida sob a coordenação da PROGEP, com o apoio de unidades acadêmicas como a Escola de Administração e Negócios (ESAN).

A presente ação pode gerar benefícios duplos, formação prática dos alunos e atendimento à comunidade universitária, e desta forma reforçar o compromisso da UFMS, com a valorização do servidor e aluno e com o bem-estar financeiro de sua comunidade interna e externa.

5.1 Limitações da Pesquisa

Alguns dos fatores que limitaram a coleta de dados de forma mais abrangente foi a dificuldade de acesso aos dados de servidores aposentados, por falta de informações públicas dos dados destes servidores, tais como telefone ou *e-mail* para contato, tendo em vista que dados de sistemas internos da UFMS são protegidos

pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e não foram repassados.

5.2 Sugestões para pesquisas futuras

Por fim, para estudos futuros, recomenda-se a ampliação de pesquisas que aprofundem a análise das causas subjetivas do endividamento, tais como o baixo nível de educação financeira, a priorização de soluções financeiras de curto prazo, a percepção reduzida de risco associada ao crédito consignado. Sugere-se a dos impactos dos programas de educação financeira recomendados nesta pesquisa, e de que forma contribuíram para a redução da dependência do empréstimo consignado, no âmbito desta instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

ACORDI, Francine Patricia Costa. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ALVES, L. A. O QUE É E COMO ALCANÇAR A QUALIDADE DE VIDA? WHAT IS AND HOW TO ACHIEVE QUALITY OF LIFE?. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 40, n. 01, p. 1–22, 2020. DOI: 10.5216/bgg.v40i01.57699. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/57699>. Acesso em: 23 set. 2025.

ANDELIC, Nicole; FEENEY, Aidan. Poor mental health is associated with the exacerbation of personal debt problems: A study of debt advice adherence. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 69, n. 2, p. 286-293, 2023.

ARRUDA FILHO, J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. 2ª edição. Minha Biblioteca, Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178768/>. Acesso em, v. 21, 2024.

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. **Promoting Financial Inclusion through Financial Education: OECD/INFE Evidence, Policies and Practice**. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n. 34. Paris: OECD Publishing, 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/promoting-financial-inclusion-through-financial-education_5k3xz6m88smp-en.html. Acesso em: 18 set. 2025.

ALVES, H. H. da S. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2016. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças pessoais (Conteúdo Básico)**. Brasília, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Glossário simplificado de termos financeiros**. Brasília: BCB, 2013b. 46 p. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/glossario_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BARROS, J. P. L.; Soares, R. M. F. **Diálogos jurídicos XII: Direito Privado em pauta**. 5. Aportamentos sobre o dever de informação ao consumidor superendividado no sistema jurídico brasileiro. Org. Lianne Macedo Soares; Pedro Camilo de Figueiredo Neto; Urbano Félix Pugliese do Bomfim. No prelo, 2023.

BERG, C. J., Sanem, J. R., Lust, K. A., Ahluwalia, J. S., & Kirch, M. A. (2010). Health-related characteristics and incurring credit card debt as problem behaviors among college students. **The Internet Journal of Mental Health**, 6(2), 1-9

BONOMO, B.; Mainardes, E. W.; Laurett, R. Compra não planejada e endividamento pessoal: uma análise de relação. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 19, n. 3, p. 49-69, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021**. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 02 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 11.150, de 26 de julho de 2022**. Regulamenta a Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021, para dispor sobre o mínimo existencial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.567, de 13 de junho de 2023**. Altera o Decreto nº 11.150, de 26 de julho de 2022, para atualizar o valor de referência do mínimo existencial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jun. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.286, de 26 de dezembro de 2024**. Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRICKER, J., Kennickell, A. B., Moore, K. B. & Sabelhaus, J. (2012). **Changes in U.S. family finances from 2007 to 2010**: evidence from the Survey of Consumer Finances. *Federal Reserve Bulletin*, 98 (2): 1-80.

BRUNO, M.; Gentil, D. L. **Endividamento dos Servidores Públicos Brasileiros**: armadilhas da expropriação salarial impulsionada pelo próprio Estado. In: Caderno da Reforma Administrativa, n. 33, Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), p. 3-23.

CAPUCHO, Vinicius. **Dinheiro e Mercado: Puramente Comportamental**. Editora Bibliomundi, 2023.

CORTEZ, G. C. O instituto do cartão de crédito à luz das relações financeira, empresarial e consumerista. **Revista Avant**, v. 3, n. 2, p. 99-121, 2019. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/6987>. Acesso em: 26 maio. 2025.

DE LIMA CORDEIRO, Antônio Maria *et al.* Educação financeira: uma política pública de combate ao endividamento dos servidores da SEPLAD no Estado do Pará. **CODS-Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 14, 2023.

CAMPOS, Leandro S.; GUIMARÃES, Rita de Cássia R. **Educação financeira e funcionalismo público: um estudo com servidores municipais**. Revista Brasileira de Educação Financeira, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 95–115, 2023. DOI: 10.20435/edufin.v7i2.1432.

CANHETE, Daniel Palaro. **Concorrência entre produtos de crédito: os mercados relevantes do cheque especial e do cartão de crédito rotativo**. 2021. 31 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Políticas Públicas) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.

COLLARES, Cristiane Lorenzetti. **Endividamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do poder executivo do Estado do Ceará com empréstimos consignados**. 2019. 39f. - Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2019.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; OLIVEIRA, Adriel Rodrigues; CAMPOS, Octávio Valente. Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029>. Acesso em: 4 jun. 2025.

DA CRUZ FREITAS, Urânia Flores. **Desenvolvimento à moda brasileira: dinheiro e desigualdades na educação**. Editora Dialética, 2021.

DA SILVA, J. G.; Neto, O. S. S.; Da Cunha, R. C. A. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2017.

DA SILVA, J. M.; Gois, M. R. Crédito consignado e o risco de endividamento: perfil dos servidores e diagnóstico na Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Revista dos Mestrados Profissionais**, v. 10, n. 1, p. 44-66, 2021.

DA SILVA, R.; Teixeira, A.; Beiruth, A. X. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do Centro-Oeste brasileiro. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 5, n. 10, 2016

DE ALMEIDA, I. X.; Schelske, F. L.; Rover, A. Percepção dos fatores motivacionais de Maslow no contexto organizacional. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 10, n. 1, p. 37-44, 2019.

DE CARVALHO, Armando Geraldo Araújo; RIGAMONTE, Ademar Augusto. Crédito Consignado, Endividamento e Seus Impactos na Saúde Mental e no Desempenho de Técnicos Administrativos em **Educação. Educação & Inovação**, 2025.

DE SOUSA, Caio Láutini Oliveira; JÚNIOR, Paulo Francisco Monteiro Galvão. O Impacto da Educação Financeira nos orçamentos pessoais e para os investidores no Brasil. **Revista Campo do Saber**, v. 6, n. 2, 2020.

DEL FIORI, Diogo *et al.* O endividamento da população brasileira: o papel da educação financeira. **Informe Econômico** (UFPI), v. 49, n. 2, 2024.

DE SOUZA, E. A. A educação financeira contra a armadilha do endividamento dos funcionários públicos pelo empréstimo consignado. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 3, p. 1014-1027, 2024.

DISNEY, Richard; GATHERGOOD, John. Financial literacy and indebtedness: new evidence for UK consumers. **The University of Nottingham**, p. 11-05, 2011.

DOS SANTOS, Gabriela Martins *et al.* O papel da educação financeira no endividamento: estudo de servidores de uma instituição pública de ensino do estado de São Paulo. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2020.

DOS SANTOS, Pamela Caetano; FRANÇA, Paola Machado; BATISTA, Valquiria Constancio. O IMPACTO DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NA QUALIDADE DE VIDA: FATORES, BENEFÍCIOS E RECOMENDAÇÕES. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 10, p. e6589-e6589, 2024.

ELEFThERIADES, Renee; FIALA, Clare; PASIC, Maria D. The challenges and mental health issues of academic trainees. **F1000Research**, v. 9, p. 104, 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV SOCIAL – Centro de Políticas Sociais. Qual a faixa de renda familiar das classes? Disponível em: <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FLORES, Silva Amélia Mendonça. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento**: uma análise de fatores comportamentais. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.

GONÇALVES, Guilherme Campos. **Endividamento pessoal**: uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2021.

HALLES, C. R. *et al.* **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola do Governo e Universidades Estaduais. Curitiba, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.820.htm. Acesso em: 15 mai. 2025.

KOLLING, M. Entre Cuidado e Exploração. Quando a Dívida Entra nas Relações de Família e Vizinhança num Bairro Periférico. **Ibero-Americana-Nordic Journal of Latin American & Caribbean Studies**, v. 51, n. 1, 2022.

OLIVEIRA, Elton Parente de. **Qualidade de vida no trabalho**: relações com literacia financeira, bem-estar financeiro e desempenho no trabalho. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. **Empréstimos consignados e endividamento familiar**: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. 2016.

LIRA, C. C. **Crédito consignado**: cenários no Brasil e diagnóstico na UFPE (2010 a 2012). 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

LUSARDI, A.; Mitchell, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, American Economic Association, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MACEDO, T. **Endividamento e uso de crédito consignado**: um olhar sobre a realidade do servidor público federal da UNIVASF. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Vale de São Francisco.

MASLOW, A. H. A Theory of Human Motivation. 1943. **Psychological Review**, 50, 370-396, <https://doi.org/10.1037/h0054346>.

MARISCO, F. M.; Fernandes, R. M. P. A responsabilidade civil na concessão do empréstimo consignado: uma análise do superendividamento do servidor público no estado de Rondônia. **Revista do Direito Público**, v. 7, n. 2, p. 157-180, 2012.

JÚNIOR, Orozimbo; LUIZ, Makário. **A educação financeira como mitigação do superendividamento**: um estudo de caso com servidores públicos. 2021. Dissertação – Profiap – Universidade Federal de Goiás.

KAMAKIA, Margaret Gatuiri; MWANGI, Cyrus Iraya; MWANGI, Mirie. Financial literacy and financial wellbeing of public sector employees: A critical literature review. **European Scientific Journal, ESJ**, v. 13, n. 16, p. 233, 2017.

NUNIS, E. A. **Desequilíbrios nas finanças dos servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília: avaliação do período de pandemia**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/47784>. Acesso em: 28 jan. 2025.

OLIVEIRA, A. A.; Silva, F. F. Limites e decorrências das teorias das necessidades humanas de Abraham Harold Maslow. **Caderno de Administração, Maringá**, v.29, n.2, jul.-dez./2021, DOI: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v29i2.57015>.

PACHECO, G. B.; Campara, J. P.; Da Costa Jr.; Newton, C. A. Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, p. 54-73, 2018.

PEREIRA, R. M. Endividamento e qualidade de vida: Um olhar dos servidores públicos brasileiros. **Revista De Estudos Sociais**, v. 23, n. 47, p. 30-50, 2021.

PEREIRA, Ronei Mendes *et al.* CRÉDITO CONSIGNADO E ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL. **Razão Contábil e Finanças**, v. 11, n. 2, 2020.

PEREIRA, Mara de Souza Mendes; DE OLIVEIRA, Cláudio Roberto Meira; RODRIGUES, Fabricio Lopes. O endividamento das famílias brasileiras e suas causas a partir da pandemia de COVID-19. **Revista Com Ciência, uma Revista multidisciplinar**, v. 7, n. 9, p. 116-120, 2022.

PICCINI, R. A. B. *et al.* Planejamento financeiro pessoal e familiar. 2014. **Unoesc & Ciência – ACSA**. v. 5, n. 1, pp. 95-102. Joaçaba-SC. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/download/4555/pdf_23/. Acesso em: 20 MAI. 2025.

PIRES, Cerqueira Machado de Santana, Henrique *et al.* Superendividamento e a preservação salarial do servidor público dentro do mínimo existencial: a perspectiva jurisprudencial que garante a dignidade da pessoa humana. **Direito UNIFACS– Debate Virtual-Qualis A2 em Direito**, n. 303, 2025.

PONCHIO, M. C.; Rohden, S. F.; Mette, F. B. Perceived financial well-being as antecedent of psychological well-being: evidence from Brazil. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 21, n. 5, p. 1631-1676, 2022.

PORTO, E. A. **Evolução do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RIBEIRO, S. P.; Rizzo, M. R.; Scarauzi, V. G. S. Educação financeira sob a ótica da análise bibliométrica embasada no portal SPELL. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 11, n. 3, p. 34-44, 2020. Disponível em: <https://www.sustenere.inf.br/index.php/rbadm/article/view/CBPC2179-684X.2020.003.0003>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ROCHMAN, R.; Eid Júnior, W. **Alicerce para uma vida feliz**. Centro de Estudos em Finanças, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

ROSSATO, Vanessa Piovesan; BESKOW, Rhuan Pivetta; PINTO, Nelson Guilherme Machado. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019.

ROTHBARD, Murray N. **O que o governo fez com o nosso dinheiro?**. LVM Editora, 2022.

SANTOS, D. B.; Gallucci Netto, H. Analfabetismo financeiro e histórico de crédito do cliente. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 421-436, 2020.

SILVA, A. B. B. Mentes consumistas: do consumismo à compulsão por compras. **Principium**, 2014.

SAVOIA, J. R. F.; Saito, A. T.; Santana, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

SENAÇON. Produto 2 – **Cenário superendividamento no Brasil e no Mundo**. [Recurso eletrônico]. – SENACON, ago. 2021. 181 p.

SILVA, Adriana Cristina *et al.* Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, 2020

SILVA, C. da C.; CASAGRANDA, Y. G. Como identificar a qualidade de vida de aposentados e pensionistas nas organizações públicas?. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 8, n. 18, p. e081846, 2025. DOI: 10.55892/jrg.v8i18.1846. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1846>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SOARES, J. R. *et al.* Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. **10º Congresso Consad de Gestão Pública**. 2017. Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-07_03.pdf. Acesso em: 18 set. 2025

SOARES, Júnia Rosa; CAVALHERO, Alexandre; TREVISAN, Rafaela. Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. In: **CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA**. 2017.

SOUZA, D. R. **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação na UnB**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOUZA, E. A. de. A educação financeira contra a armadilha do endividamento dos funcionários públicos pelo empréstimo consignado. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 1014–1027, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i3.13185. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13185>. Acesso em: 28 jan. 2025.

VIANA, Sandro Roberto Rodrigues. **Crédito consignado e endividamento dos servidores técnico-administrativos**: uma análise econômica da situação da Universidade de Brasília. 2020. 121 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Silvia Amélia Mendonça; CAMPARA, Jéssica Pulino. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2014.

ZAMBELLI, A. C. O. de O.; RIBEIRO, S. P. Avaliação do uso de empréstimos consignados e o endividamento do servidor público: uma revisão sistemática da literatura. In: **Anais do Segundo Congresso Internacional e Terceiro Congresso Nacional em Administração Pública da Rede Nacional PROFIAP.**, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ii-ciap-congresso-internacional-de-administracao-publica-da-rede-nacional-profiap-433510/934738-AVALIACAO-DO-USO-DE-EMPRESTIMOS-CONSIGNADOS-E-O-ENDIVIDAMENTO-DO-SERVIDOR-PUBLICO--UMA-REVISAO-SISTEMATICA-DA-LIT>. Acesso em: 26/05/2025

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

Nesta seção, coletamos informações básicas sobre você, como idade, estado civil, cargo e tempo de serviço público. Esses dados são importantes para entender o perfil dos participantes e analisar possíveis diferenças nos comportamentos financeiros com base em características demográficas e profissionais.

Quadro 8 - Seção 1 – Dados Demográficos e Profissionais

1.	Qual a sua idade:		
2.	Gênero:	☐ Masculino	☐ Feminino
3.	Estado Civil:	☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ União Estável	☐ Divorciado(a) ☐ Viúvo(a) ☐ Separado
4.	Quantos dependentes financeiros você tem?		
5.	Há quantos anos trabalha no serviço público?		
6.	Cargo na UFMS	☐ Docente	☐ Técnico Administrativo
7.	Qual seu tipo de moradia?	☐ Própria e quitada ☐ Própria e financiada	☐ Alugada ☐ Imóvel cedido por terceiro (familiar, amigo, etc). ☐ Outro
8.	Renda bruta familiar R\$	☐ Até R\$ 4.500,00 ☐ De R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00 ☐ De R\$ 9.000,01 a R\$ 13.500,00	☐ De R\$ 13.500,01 a R\$ 18.000,00 ☐ Acima de R\$ 18.000,01
9.	Educação (grau de instrução):	☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Graduação	☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado ☐ Pós-Doutorado

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Nesta seção, buscamos entender como você administra seus gastos e quais são suas principais despesas mensais. As informações coletadas ajudarão a analisar os padrões de consumo dos servidores públicos e identificar oportunidades para uma melhor gestão financeira.

Quadro 9 - Seção 2 – Hábitos de Consumo

1.	Qual seu nível médio de gastos mensais nas seguintes categorias? (considere valores médios dos últimos 3 meses).					
		Nenhum Gasto	Até R\$ 500,00	De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00	De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	Acima de R\$ 2.000,01
	Água	☐	☐	☐	☐	☐
	Energia Elétrica	☐	☐	☐	☐	☐
	Telefone e Internet	☐	☐	☐	☐	☐
	Condomínio e Aluguel	☐	☐	☐	☐	☐
	Alimentação	☐	☐	☐	☐	☐
	Plano de Saúde	☐	☐	☐	☐	☐
	Educação	☐	☐	☐	☐	☐
	Lazer	☐	☐	☐	☐	☐
	Combustível	☐	☐	☐	☐	☐
	Seguros	☐	☐	☐	☐	☐
	Empréstimo Consignado	☐	☐	☐	☐	☐
	Outros Empréstimos	☐	☐	☐	☐	☐
	Cheque Especial	☐	☐	☐	☐	☐
	Cartão de Crédito	☐	☐	☐	☐	☐
	Outros gastos	☐	☐	☐	☐	☐
2.	Você possui alguma dívida ativa? (Condera-se dívida ativa qualquer valor pendente de pagamento, como empréstimos, financiamentos, saldo de cartão de crédito, cheque especial ou outras obrigações financeiras).				☐ Sim	☐ Não

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Aqui investigamos a existência de dívidas, os tipos de compromissos financeiros assumidos e o impacto desses débitos no seu orçamento. O objetivo é compreender os desafios enfrentados pelos servidores no gerenciamento de suas finanças e possíveis necessidades de apoio em educação financeira.

Quadro 10 – Seção 3 – Endividamento

Quadro 10 - Seção 3 – Endividamento

1.	Qual é o impacto das dívidas no seu orçamento mensal?					
		Nenhum Impacto	Pouco Impacto	Impacto Moderado	Impacto Significativo	Impacto crítico
	Cartão de Crédito	☐	☐	☐	☐	☐
	Cheque Especial	☐	☐	☐	☐	☐
	Financiamento Imobiliário	☐	☐	☐	☐	☐
	Financiamento veicular	☐	☐	☐	☐	☐
	Empréstimo pessoal	☐	☐	☐	☐	☐
	Empréstimo	☐	☐	☐	☐	☐

	consignado					
	Credciário	☐	☐	☐	☐	☐
Qual outro tipo de dívida você possui e qual impacto no seu orçamento?						
2.	Qual percentual da sua renda mensal está comprometida com empréstimo consignado?				☐ Menos de 10% ☐ De 10% a 20% ☐ De 21% a 30%	☐ De 31% a 40% ☐ Acima de 40% ☐ Não possuo consignado

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Nesta parte, investigamos se você possui empréstimos consignados, quantos contratos mantém e qual o impacto dessas dívidas na sua renda. O objetivo é entender como esse tipo de crédito influencia o planejamento financeiro dos servidores.

Quadro 11 - Seção 4 – Empréstimos Consignados

1.	Quantos contratos de empréstimo consignado possui atualmente?		
2.	Quais bancos concederam seu(s) empréstimos?:	☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ União Estável	☐ Banco Inter ☐ Cetelem ☐ Sicoob ☐ Sicredi ☐ Caixa Econômica Federal ☐ Santander ☐ Picpay
3.	Quais foram os motivos que te levaram a contratar um empréstimo consignado?	☐ Quitar outra Dívida ☐ Comprar imóvel ☐ Reformar imóvel ☐ Emergência médica ☐ Empréstimo para um terceiro (familiar, amigo)	☐ Comprar veículo ☐ Construir imóvel ☐ Investimento educacional ☐ Utilizar no dia a dia ☐ Outro: _____

Fonte: elaborado pela autora. (2025)

Aqui analisamos seus hábitos financeiros, incluindo controle de gastos, planejamento e investimentos. Essas informações são essenciais para avaliar o nível de educação financeira dos participantes e identificar padrões de comportamento.

Quadro 12 - Seção 5 – Comportamento Financeiro

1.	Avalie as afirmações sobre seu comportamento financeiro.					
		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
	Anoto e control todos os meus gastos pessoais	☐	☐	☐	☐	☐
	Estabeleço metas financeiras	☐	☐	☐	☐	☐
	Sigo um orçamento ou plano de gastos	☐	☐	☐	☐	☐
	Consigo identificar os custos que pago na compra de um produto	☐	☐	☐	☐	☐
	Ao comprar a prazo, faço comparação entre as opções de crédito	☐	☐	☐	☐	☐
	Pago integralment e as faturas de cartão de crédito	☐	☐	☐	☐	☐
2.	Como você avalia sua relação com investimentos e riscos financeiros?					
		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
	Gasto grande quantidade de dinheiro em loterias	☐	☐	☐	☐	☐
	Sou avalista de alguém	☐	☐	☐	☐	☐
	Gasto dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências	☐	☐	☐	☐	☐
	Empréstimo para amigo/familiar a maior parte do meu salário	☐	☐	☐	☐	☐
	Tenho	☐	☐	☐	☐	☐

	adquirido empréstimo consignado					
	Guardo dinheiro na poupança	☐	☐	☐	☐	☐
	Invisto em títulos públicos	☐	☐	☐	☐	☐
	Invisto em CDB	☐	☐	☐	☐	☐
	Invisto em ações	☐	☐	☐	☐	☐
	Invisto em fundos imobiliários	☐	☐	☐	☐	☐
	Tenho outra fonte de renda além do salário	☐	☐	☐	☐	☐
	Acredito que a educação financeira ajudaria a melhorar minha relação com meus gastos mensais	☐	☐	☐	☐	☐
	Tenho o hábito de buscar conhecimento financeira em cursos, palestras, livros	☐	☐	☐	☐	☐
	Tenho o hábito de buscar informações sobre educação financeira com amigos	☐	☐	☐	☐	☐
	Considero minha família exemplo positivo na minha educação financeira	☐	☐	☐	☐	☐
	Faço algum tipo de planejamento financeiro pessoal ou familiar	☐	☐	☐	☐	☐
	Acha relevante a UFMS oferecer cursos sobre educação financeira	☐	☐	☐	☐	☐

3.	Se você tivesse um valor extra disponível, qual seria sua prioridade financeira?	☐ Quitar dívidas ☐ Comprar um bem de alto valor (casa, carro). ☐ Outro: _____	☐ Investir em aplicações financeira ☐ Fazer uma viagem ou lazer
4.	Você costuma planejar sua aposentadoria financeiramente?	☐ Sim, tenho previdência privada e outros investimentos ☐ Sim, faço investimentos, mas sem previdência privada	☐ Não, mas pretendo começar em breve ☐ Não, ainda não penso sobre isso

Fonte: elaborado pela autora (2025).

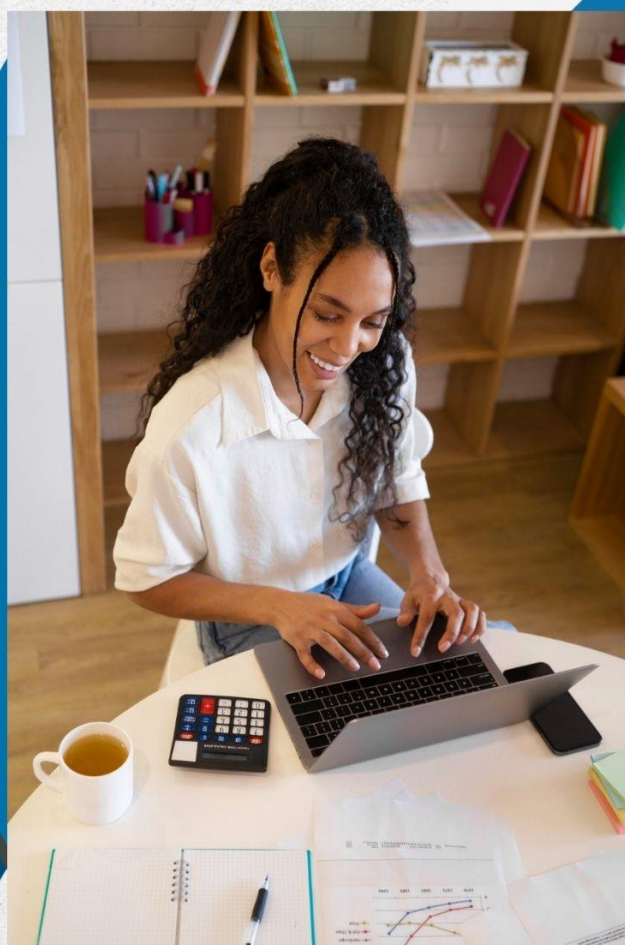
Nesta última seção, queremos conhecer sua opinião sobre a importância da educação financeira e quais iniciativas poderiam contribuir para melhorar a gestão financeira dos servidores públicos.

Quadro 13 - Seção 6 – Educação Financeira

1.	Qual das opções melhor descreve sua relação com o dinheiro?	☐ Tenho total controle sobre meus gastos e investimentos ☐ Não planejo muito, mas consigo pagar minhas contas	☐ Planejo, mas às vezes faço compras impulsivas ☐ Tenho dificuldades para gerenciar meu dinheiro e evito pensar nisso ☐ Outro: _____
2.	Você acredita que a educação financeira poderia melhorar sua relação com seus gastos mensais	☐ Sim ☐ Talvez	☐ Não
3.	Quais os formatos de educação financeira você considera mais eficazes?	☐ Workshops presenciais ☐ Cursos online ☐ Outro: _____	☐ Consultoria individual ☐ Materiais didáticos
4.	Você teve alguma dificuldade para entender ou responder alguma pergunta deste questionário?	☐ Sim: _____ <i>Em caso positivo mencione em qual questão teve dificuldade.</i>	☐ Não

Fonte: elaborado pela autora (2025)

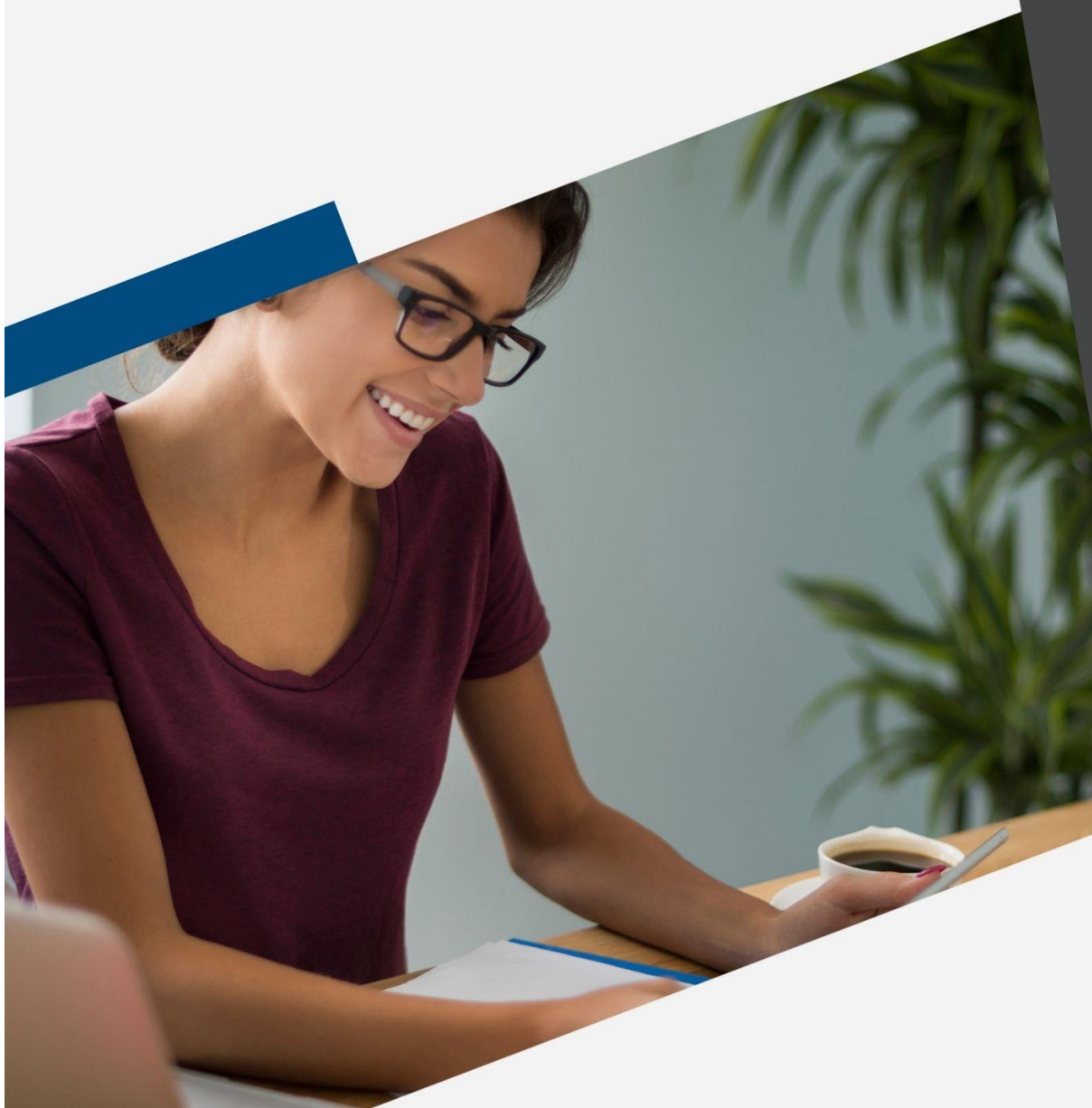
APÊNDICE B – Relatório Técnico (PTT) derivado do TCC



PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E A UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E A UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Relatório técnico apresentado pela mestranda Amanda Caroline Ortega de Oliveira Zambelli ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Silvio Paula Ribeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo	03
Objetivos	04
Contextualização	05
Fundamentação Teórica	06
Procedimentos Metodológicos	07
Diagnóstico e análise	08
Resultados encontrados	10
Propostas de Intervenção	11
Responsáveis pela proposta	13
Referências	14

RESUMO

O presente Relatório Técnico de Diagnóstico Institucional constitui o Produto Técnico Tecnológico (PTT) derivado da dissertação de mestrado profissional intitulada “ Perfil dos Servidores Públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Utilização de Crédito Consignado”, desenvolvida no âmbito do PROFIAP/UFMS.

O documento sugere a criação de um Programa Permanente de Educação Financeira voltado aos servidores da UFMS, fundamentado nos dados da pesquisa sobre o endividamento e o uso do crédito consignado. O Programa será apresentado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e tem como objetivo incentivar o uso responsável do crédito, de forma a promover a diminuição do comprometimento da renda dos servidores em decorrência do uso descontrolado de crédito.



A partir de uma análise documental e aplicação de questionário estruturado com 262 respondentes, foi possível traçar o perfil dos servidores com maior comprometimento financeiro em decorrência da utilização do crédito consignado e medir o seu conhecimento em finanças e investimentos.

OBJETIVO DO RELATÓRIO

Apresentar o diagnóstico técnico do perfil dos servidores da UFMS na utilização do crédito consignado, e propor a criação de Programa de Educação Financeira voltado aos servidores da UFMS, ativos e aposentados, com o objetivo de informar, capacitar e promover o uso responsável do crédito, principalmente na modalidade consignado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar, com base nos resultados da pesquisa, os principais fatores que levam ao endividamento dos servidores da UFMS;
- Propor a elaboração de material educativo, com base nos dados encontrados na pesquisa, para promover orientação aos servidores quanto ao uso consciente do crédito consignado;
- Propor programas de capacitação aos servidores ativos e aposentados quanto à Educação Financeira;



CONTEXTO

A pesquisa mostrou um quadro alarmante de dívidas e fragilidade financeira entre os servidores da UFMS, causado principalmente pelo uso frequente do crédito com desconto em folha, falta de reserva de emergência e baixo nível de conhecimento financeiro.

A análise dos dados do questionário aplicado demonstrou que mais da metade dos entrevistados disse que já pegou crédito consignado pelo menos uma vez, sendo o principal motivo para pagar dívidas antigas. A maioria dos que responderam tinha uma renda familiar entre R\$ 4.500,01 e R\$ 9.000,00, que é a faixa onde há mais comprometimento de renda.

Esses dados reforçam a necessidade de ações institucionais voltadas à educação financeira e que possam promover a conscientização, o planejamento financeiro e o uso responsável do crédito, que são elementos fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores.

A UFMS, através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), tem uma estrutura consolidada para capacitação e programas de desenvolvimento, como o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que prevê cursos obrigatórios para adesão. Além disso, a PROGEP sugere, anualmente, a realização de cursos para a compensação das horas em decorrência do recesso de final de ano, isso cria uma oportunidade concreta para incluir formações em educação financeira entre as temáticas disponibilizadas aos servidores.



Mais da metade dos servidores que responderam ao questionário aplicado afirmaram que já contrataram empréstimo consignado pelo menos uma vez.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta se baseia nos princípios da educação financeira como política pública de bem-estar social. Savóia, Saito e Santana (2007) e Lusardi e Mitchell (2014) afirmam que o conhecimento financeiro leva a decisões mais conscientes, diminui o endividamento e ajuda a manter o equilíbrio econômico e emocional.

O Banco Central do Brasil (2022), através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), enfatiza que o desenvolvimento de competências financeiras deve ser uma prioridade também nas instituições públicas, visando à sustentabilidade econômica dos servidores.

A literatura ainda aponta que a educação financeira no setor público é capaz de aumentar o engajamento, reduzir o absenteísmo e melhorar a produtividade ao proporcionar mais segurança e tranquilidade nas decisões pessoais e familiares.

O aprendizado eficiente da educação financeira vai além de aprender a reduzir despesas, proporciona uma mudança na mentalidade do consumidor, quando o assunto é dinheiro, formando consumidores conscientes e capazes de tomar decisões financeiras de qualidade e com autonomia, o que consequentemente gera uma melhor qualidade de vida ao indivíduo (De Souza, 2024).

Ao sugerir a criação de um Programa Permanente de Educação Financeira, este documento técnico pretende estar em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), que foi estabelecida pelo Decreto nº 9.991/2019. O objetivo da administração pública federal é desenvolver competências técnicas, gerenciais e comportamentais para alcançar os objetivos institucionais. Portanto, a base teórica que orienta esta proposta junta a educação financeira como política pública, o comportamento financeiro do servidor e a gestão de pessoas no setor público. Isso forma a base conceitual para o planejamento e a execução das ações recomendadas neste relatório.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste Produto Técnico-Tecnológico se baseou nos resultados da dissertação "Perfil dos Servidores Públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Utilização de Crédito Consignado". A pesquisa original foi aplicada, com uma abordagem quantitativa e descritiva, realizada através de um questionário estruturado aplicado a 262 servidores da UFMS, além da análise documental de dados institucionais fornecidos pela Universidade, referentes à folha de pagamento e às consignações em folha.

As informações obtidas permitiram identificar o perfil socioeconômico dos respondentes, os principais fatores relacionados ao endividamento e a percepção sobre educação financeira.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O diagnóstico elaborado com os dados práticos e a análise de documentos da UFMS mostrou que há alta incidência de endividamento entre os servidores públicos, em decorrência do uso constante do crédito consignado de forma indiscriminada, e utilizado, principalmente, como forma de quitar dívidas anteriores.

A análise das 262 respostas válidas obtidas pelo questionário aplicado mostrou o seguinte quadro:

Indicador analisado	Principais resultados	Percentual (%)
Perfil funcional	Técnicos administrativos	65,3
	Docentes	30,2
	Aposentados	4,5
Faixa etária predominante	41 a 50 anos	41,6
	31 a 40 anos	28,2
Situação funcional	Servidores em atividade	78,6
Renda familiar bruta mensal	Servidores aposentados	21,4
	R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00	53,1
	Acima de R\$ 9.000,00	28,4
Principal motivo para contratação de crédito consignado	Até R\$ 4.500,00	18,5
	Quitar dívidas anteriores	61,2
	Custear despesas domésticas	18,6
Renegociação de consignado	Já renegociou contratos	57,8
	Não possui reserva de emergência	62,4
	Possui algum tipo de investimento	17,6
Comprometimento da renda	Acima de 30% da renda líquida	38,9
Conhecimento financeiro	Reconhecem possuir baixo conhecimento sobre finanças pessoais	74,2
Percepção sobre capacitação	Consideram necessária a inclusão da temática de Educação Financeira nos cursos da UFMS	81,7

Os dados apontam que o endividamento entre os servidores da UFMS é um fenômeno abrangente, envolvendo diferentes faixas de renda e perfis funcionais. Apesar de a maioria dos participantes ter nível superior e estabilidade profissional, o uso do crédito consignado é comum, especialmente como forma de pagamento de dívidas anteriores, indicando um sinal de fragilidade no planejamento financeiro pessoal.

A análise confirma que o problema não é só econômico, trata-se também de comportamentos culturais, necessitando de uma abordagem institucional que seja educativa e preventiva. Nesse sentido, faz sentido criar o Programa Permanente de Educação Financeira da UFMS, que busca mudar o saber em ação e ajudar no bem-estar financeiro dos servidores públicos.



ANÁLISE TÉCNICA E INTERPRETAÇÃO

A análise dos dados coletados no diagnóstico empírico e documental mostra um quadro de vulnerabilidade financeira estrutural entre os servidores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Os resultados indicam que, apesar da maioria dos respondentes ter estabilidade profissional e alta escolaridade, existem deficiências significativas na gestão das finanças pessoais, refletidas no uso frequente do crédito consignado e na falta de planejamento financeiro a longo prazo.

A alta proporção de servidores que usam o crédito consignado para pagar dívidas anteriores (61,2%) revela um ciclo contínuo de endividamento que compromete a renda e limita a capacidade de reserva financeira. Esse comportamento demonstra dependência de crédito e falta de reserva financeira, aumentando a exposição a imprevistos e agravando o comprometimento orçamentário.

Do ponto de vista técnico, esse cenário caracteriza um problema de gestão financeira individual e institucional, pois a ausência de políticas educativas voltadas à formação financeira impacta diretamente o bem-estar, a produtividade e a qualidade de vida dos servidores. Além disso, o fato de aproximadamente 10% da folha de pagamento da UFMS estar comprometida com consignações evidencia a dimensão orçamentária e administrativa do problema, reforçando a necessidade de uma ação institucional estruturada.

Dessa forma, propõe-se aqui a implantação do Programa Permanente de Educação Financeira da UFMS como resposta técnica e institucional ao diagnóstico realizado. O programa busca atuar integrada e continuamente por meio das ações educativas que incentivem o planejamento financeiro, consumo consciente, uso responsável do crédito contribuindo assim para bem-estar financeiro emocional dos servidores públicos federais.



ANÁLISE TÉCNICA E INTERPRETAÇÃO

A análise dos dados coletados no diagnóstico empírico e documental mostra um quadro de vulnerabilidade financeira estrutural entre os servidores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Os resultados indicam que, apesar da maioria dos respondentes ter estabilidade profissional e alta escolaridade, existem deficiências significativas na gestão das finanças pessoais, refletidas no uso frequente do crédito consignado e na falta de planejamento financeiro a longo prazo.

A alta proporção de servidores que usam o crédito consignado para pagar dívidas anteriores (61,2%) revela um ciclo contínuo de endividamento que compromete a renda e limita a capacidade de reserva financeira. Esse comportamento demonstra dependência de crédito e falta de reserva financeira, aumentando a exposição a imprevistos e agravando o comprometimento orçamentário.

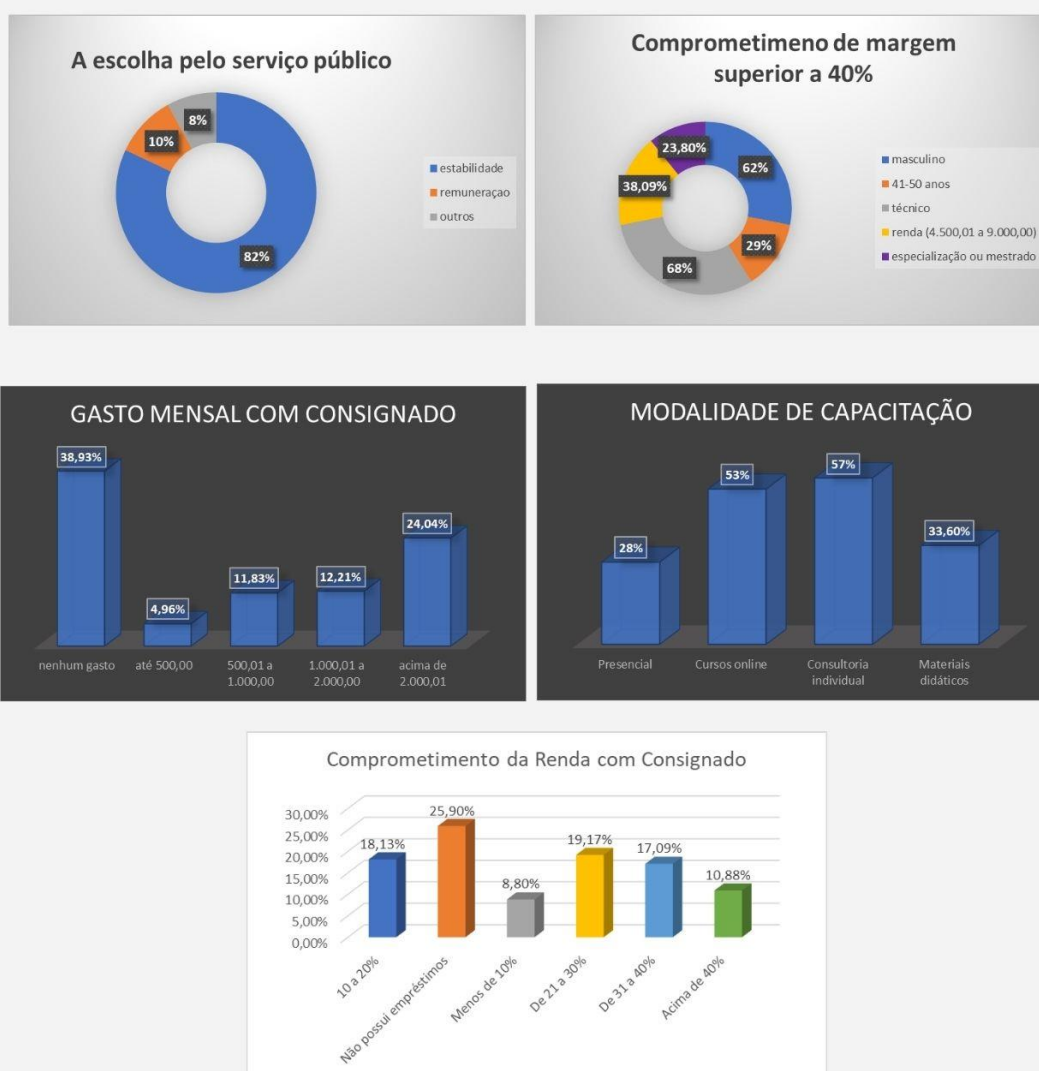
Do ponto de vista técnico, esse cenário caracteriza um problema de gestão financeira individual e institucional, pois a ausência de políticas educativas voltadas à formação financeira impacta diretamente o bem-estar, a produtividade e a qualidade de vida dos servidores. Além disso, o fato de aproximadamente 10% da folha de pagamento da UFMS estar comprometida com consignações evidencia a dimensão orçamentária e administrativa do problema, reforçando a necessidade de uma ação institucional estruturada.

Dessa forma, propõe-se aqui a implantação do Programa Permanente de Educação Financeira da UFMS como resposta técnica e institucional ao diagnóstico realizado. O programa busca atuar integrada e continuamente por meio das ações educativas que incentivem o planejamento financeiro, consumo consciente, uso responsável do crédito contribuindo assim para bem-estar financeiro emocional dos servidores públicos federais.



PRINCIPAIS VARIÁVEIS IDENTIFICADAS NO USO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Os gráficos abaixo mapeiam os principais achados da análise dos perfis dos servidores com maior índice de utilização de crédito consignado na UFMS, por meio de dados obtidos no questionário aplicado.



Servidores que possuem comprometimento de margem superior a 40% são representados por homens, faixa etária entre 41-50 anos, casados e possuem especialização ou mestrado, e quanto ao tipo de capacitação preferem cursos online e/ou consultoria individual.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

EIXO 1 – SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO

- Usar os resultados da pesquisa como base científica para a criação de uma cartilha institucional de Educação Financeira, adaptada à faixa etária mais vulnerável identificada (41 a 50 anos);
- Definir temas prioritários, tais como: planejamento financeiro pessoal e familiar, uso responsável do crédito consignado, formação de reserva de emergência, consumo consciente e preparação para aposentadoria;
- Disponibilizar a cartilha em formato digital e acessível no site da PROGEF e nos ambientes virtuais de capacitação da UFMS, bem como a distribuição na integração de novos servidores;
- Integrar o material como apoio pedagógico em cursos e treinamentos futuros de educação financeira.

EIXO 2 – CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO CONTINUADA E CONSULTORIA INDIVIDUAL

- Sugerir cursos de Educação Financeira no catálogo oficial de capacitações da PROGEF, e que estejam dentre os cursos obrigatórios para a inclusão validade para o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e para compensação de recesso;
- Promover capacitações on-line, presenciais ou híbridas, com carga horária entre 10 e 20 horas, voltadas a temas de finanças pessoais, endividamento e investimentos, que podem ser ministradas por servidores, estudantes ou parcerias, tais como grandes instituições financeiras próximas à UFMS, como Cooperativa Sicredi e Caixa Econômica Federal;
- Implantar um serviço de consultoria individual em educação financeira, voltado aos servidores interessados em orientações personalizadas sobre orçamento, dívidas e planejamento financeiro;

- Propor parceria entre a PROGEF e a Escola de Administração e Negócios (ESAN/UFMS), para que as consultorias sejam conduzidas por estudantes de Administração, Ciências Contábeis e Economia, sob supervisão docente, permitindo a integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- Criar ferramentas no SGP - Sistema de Gestão de Pessoas da PROGEF capazes de filtrar o comprometimento da renda de cada servidor em decorrência de empréstimo consignado, emitindo um alerta para a gestão de pessoas e para o servidor sobre o risco de um superendividamento;

EIXO 3 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A APOSENTADORIA

- Incluir módulo sobre Educação Financeira e Planejamento Pós-Carreira no Curso de Preparação para Aposentadoria promovido anualmente pela PROGEF;
- Abordar assuntos como a mudança da renda depois da aposentadoria, controle do orçamento da casa, cuidados necessários para evitar o superendividamento e orientações sobre investimentos de baixo risco;
- Filtrar no SGP (após a criação de módulo sugerido), os servidores que estão aptos a aposentarem e apresentam alto comprometimento com consignados, emitindo alerta e os convidando para participarem da consultoria individual de finanças;
- Promover campanhas de sensibilização contínua, alertando sobre ofertas de crédito consignado, golpes financeiros e fraudes direcionadas a idosos e aposentados;
- Incentivar a criação de grupos permanentes de apoio e troca de experiências entre aposentados, onde se compartilhem práticas de planejamento financeiro e adaptação à nova rotina, em parceria com a Unapi/UFMS - Universidade aberta à pessoa idosa.

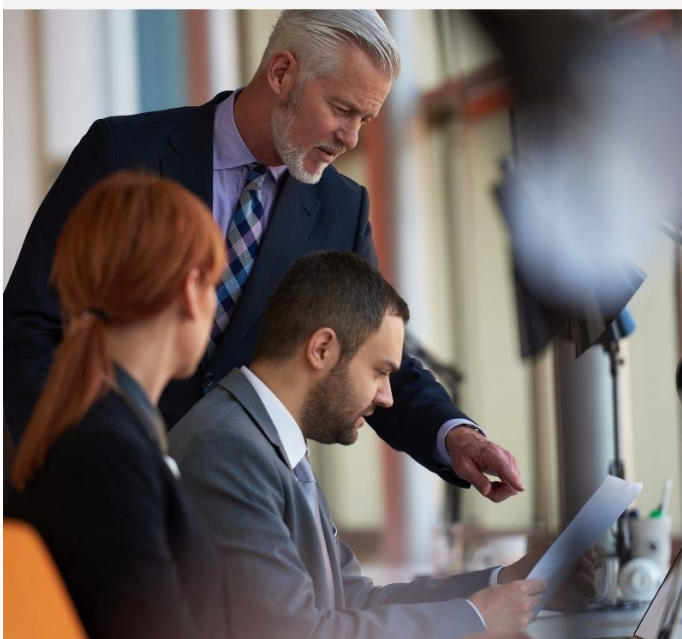
CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO PÚBLICA

Este relatório técnico traz uma contribuição direta à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) ao sugerir a criação do Programa Permanente de Educação Financeira, baseado em dados coletados na própria instituição, por meios documentais e questionário aplicado.

A proposta oferece suporte prático para o planejamento e a realização de ações que visem capacitar, prevenir o endividamento e promover o bem-estar financeiro dos servidores, fortalecendo as políticas de gestão de pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e ajudando a criar um ambiente de trabalho mais equilibrado e produtivo.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES:

- Aprimoramento da administração e das diretrizes de Gestão de Pessoas na UFMS;
- Prevenção ao endividamento e promoção do equilíbrio financeiro entre servidores ativos e aposentados;
- Criação de políticas permanentes de capacitação, alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP);
- Inovação na gestão universitária, com modelo replicável em outras instituições federais;
- Fortalecimento da imagem institucional da UFMS, como promotora de boas práticas em educação financeira e sustentabilidade organizacional.



RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Autora

Amanda Caroline Ortega de Oliveira
Zambelli

Orientador

Silvio Paula Ribeiro

Data do Relatório:

11 de dezembro de 2025



REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças pessoais (Conteúdo Básico). Brasília, 2013.

BRASIL. Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Brasília, DF: 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Brasília, DF: 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

LUSARDI, A.; Mitchell, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, American Economic Association, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

SAVOIA, J. R. F.; Saito, A. T.; Santana, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração pública*, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Ofício Circular Interno n.º 4/2023 – PROGEP/UFMS. Campo Grande, 2023. Disponível em: https://news.ufms.br/uploads/sei_5949968_oficio_circular_interno_4.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Campo Grande, [s.d.]. Disponível em: <https://progep.ufms.br/pagina-inicial/programa-de-gestao-e-desempenho-pgd/>

Discente: Amanda Caroline Ortega de Oliveira Zambelli
Orientador: Prof. Dr. Silvio Paula Ribeiro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

11 de dezembro de 2025

